

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), também denominada "Companhia" ou "Controladora", é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas sendo denominadas, em conjunto, "Grupo"). A sede social da Companhia está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de valores de São Paulo, a B3, S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas ("UPV"), localizada no Município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui atividades comerciais nos Estados Unidos e operações em Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida nos municípios de Congonhas, Ouro Preto e Belo Vale, no Estado de Minas Gerais, pela controlada CSN Mineração S.A. ("CSN Mineração").

O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e estão sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de Carvão e Minérios do Porto de Itaguaí ("TECAR"), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Estado do Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são também feitas por meio desse terminal por intermédio de prestação de serviços pela CSN Mineração à CSN. As atividades de mineração englobam ainda a exploração de estanho no Estado de Rondônia, a fim de suprir as necessidades da UPV. O excedente dessa matéria-prima é comercializado com controladas e terceiros.

As atividades de mineração da Companhia utilizam barragens de rejeitos para as quais são regularmente adotadas todas as medidas cabíveis para mitigar os riscos inerentes à manipulação e descarte dos rejeitos e cumprir a legislação ambiental vigente. É importante reiterar que operar sem a dependência dessas barragens é uma prioridade em nossas atividades minerárias, tendo sido investidos cerca de R\$250 milhões em duas plantas de filtragem de rejeitos, as quais já se encontram em fase de *ramp up* operacional adequando seu funcionamento, identificando e implementando diversas otimizações de processo. Com isso a CSN Mineração passará a processar integralmente os rejeitos em processo a seco, descartando a utilização de barragens em suas atividades de minério de ferro. Como consequência dessas medidas, o descomissionamento das barragens é o caminho natural do processamento de rejeito a seco.

A totalidade das nossas barragens de mineração estão devidamente adequadas à legislação ambiental em vigor.

- **Cimentos:**

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado das instalações da UPV, em Volta Redonda/RJ, a Companhia instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III utilizando a escória produzida pelos altos-fornos da própria UPV. Explora ainda calcário e dolomito na unidade de Arcos, no Estado de Minas Gerais, para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimento. Adicionalmente em Arcos/MG, localiza-se a operação de produção de clínquer. Com isso a Companhia é autossuficiente na produção de cimento, com capacidade instalada de 4,7 milhões de toneladas anuais.

- **Logística:**

Ferrovias:

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a Malha Sudeste da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"), a Transnordestina Logística S. A. ("TLSA") e a FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), sendo que essas duas últimas detêm a concessão para operar a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Eliseu Martins-Trindade, Trindade-Salgueiro, Salgueiro-Porto Suape, Salgueiro - Missão Velha e Missão Velha – Pecém (Malha II), em fase de construção, e a FTL responsável pelos trechos de São Luís a Altos, Altos a Fortaleza, Fortaleza a Sousa, Sousa a Recife/Jorge Lins, Recife/Jorge Lins a Salgueiro, Jorge Lins a Propriá, Paula Cavalcante a Cabedelo, Itabaiana a Macau (Malha I).

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S. A., o Terminal de Contêineres ("TECON"), e, por meio de sua controlada CSN Mineração, o TECAR, ambos no Porto de Itaguaí. Localizados na baía de Sepetiba, possuem privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No TECON são realizadas movimentação e estocagem de contêineres, veículos, produtos siderúrgicos, carga geral entre outros produtos e no TECAR as atividades operacionais de carga e descarga e embarque de navios de graneis sólidos, armazenamento e distribuição (rodoviário e ferroviário) de carvão, coque, coque de petróleo, clínquer, concentrado de zinco, enxofre, minério de ferro entre outros graneis destinado ao mercado transoceânico, para consumo próprio ou para clientes diversos

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência.

A nota 25 - "Informações por Segmento de Negócios" apresenta o detalhamento das informações financeiras por segmento de negócios da CSN.

- **Continuidade Operacional:**

Em 2019 a Companhia amortizou, entre principal e juros, cerca de R\$13,8 bilhões de seus empréstimos e financiamentos. Em 2020 são esperados pagamentos de empréstimos, que, incluindo os juros a serem incorridos no próximo exercício, montam aproximadamente R\$6,5 bilhões. A alavancagem financeira pode afetar adversamente os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, sendo os seguintes principais impactos considerados pela Administração:

- Dedicção de parte substancial do caixa gerado das operações para pagamento de empréstimos e financiamentos;
 - Exposição (i) a flutuações das taxas de juros, pela repactuação de dívidas e eventuais novas captações de empréstimos e financiamentos; e (ii) ao câmbio, uma vez que parte importante dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira;
-

- Aumento de vulnerabilidade econômico-financeira pelas eventuais condições adversas da indústria e segmento, pela limitação de recursos disponíveis no curto prazo, considerando a alta alavancagem financeira e os desembolsos de caixa previstos;
- Limitação da habilidade da Companhia na realização de novos negócios (aquisições) até que a alavancagem financeira seja reduzida;
- Limitação da habilidade da Companhia em obter novas linhas de crédito em condições mais favoráveis de juros em função dos riscos relacionados à alavancagem financeira atual.

A habilidade da Companhia em continuar operando em base de continuidade depende, portanto, de atingimento de metas operacionais determinadas pela administração, além de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

Além do foco contínuo em melhorias do resultado operacional, a administração tem diversas iniciativas em curso para aumentar a liquidez da Companhia por meio de alongamento de prazos de pagamento de empréstimos e financiamentos. Este plano foi iniciado em 2015, com a repactuação de R\$2,5 bilhões com a Caixa Econômica Federal e de R\$ 2,2 bilhões com o Banco do Brasil S.A, deslocando os vencimentos de 2016 e 2017 para 2018 a 2022. Em 2016, a Companhia prorrogou parcelas de determinados contratos de NCE no montante de R\$100 milhões e US\$66 milhões de Pré-pagamento junto ao Bradesco, deslocando o vencimento de 2016 para 2019, que foram liquidados durante o referido exercício. Sempre engajada no plano de alongamento do prazo do seu endividamento, principalmente de curto prazo, a administração da Companhia concluiu, em fevereiro de 2018, a rolagem de R\$ 4,98 bilhões da dívida com o Banco do Brasil, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2022 para vencimentos até 2024. Ainda em fevereiro de 2018 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), no valor de USD 350 milhões por meio de sua controlada CSN Resources S.A., com vencimento em 2023 e promoveu oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A., tendo sido recomprados USD350 milhões em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. Em abril 2019, a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), no valor de USD 1 bilhão por meio de sua controlada CSN Resources S.A., sendo: USD400 milhões com vencimento em 2023 e USD600 milhões com vencimento em 2026. Promoveu oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A., e foram recomprados USD1 bilhão em títulos, cujos vencimentos eram previstos para setembro 2019 e julho 2020, respectivamente. Em julho 2019, a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), no valor de USD 175 milhões por meio de sua controlada CSN Resources S.A., com vencimento em 2023 e promoveu o pagamento final da dívida em mercado externo ("Notes") emitida pela empresa CSN Islands XI Corp em setembro 2019, no valor de USD142 milhões.

Adicionalmente, a Administração estuda alternativas de desalavancagem financeira a partir da alienação de ativos não estratégicos. Entretanto, não é possível afirmar que estas vendas ocorrerão dentro de um período de 12 meses. Assim, a Companhia não segregou e não reclassificou quaisquer ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

Com base nas projeções de fluxos de caixa da administração que abrangeram o período operacional até fevereiro de 2021, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como das renegociações dos empréstimos e financiamentos, a administração entende que a Companhia possui os recursos adequados para dar continuidade às suas operações. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 - Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber de clientes;
- Nota explicativa 14 - Imposto de renda e contribuição social diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 10.a - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
- Nota explicativa 12 - Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (*"hedge accounting"*).
- Nota explicativa 16 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 26 - Benefício de aposentadoria;

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 04 de março de 2020.

2.b) Base de apresentação

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos, conforme demonstrado a seguir:

- **Empresas**
-

| Empresas | Quantidade de ações detidas pela CSN (em unidades) | Participação no capital social (%) | | Atividades principais |
|--|---|---------------------------------------|------------|--|
| | | 31/12/2019 | 31/12/2018 | |
| Participação direta em controladas: consolidação integral | | | | |
| CSN Islands VII Corp. | 20.001.000 | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Islands XI Corp. | 50.000 | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Islands XII Corp. | 1.540 | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Steel S.L.U. | 22.042.688 | 100,00 | 100,00 | Participações societárias e operações financeiras |
| TdBB S.A. (*) | | 100,00 | 100,00 | Participações societárias |
| Sepetiba Tecon S.A. | 254.015.052 | 99,99 | 99,99 | Serviços portuários |
| Minérios Nacional S.A. | 141.719.295 | 99,99 | 99,99 | Mineração e participações societárias |
| Companhia Florestal do Brasil | 42.551.519 | 99,99 | 99,99 | Reflorestamento |
| Estanho de Rondônia S.A. | 195.454.162 | 99,99 | 99,99 | Mineração de Estanho |
| Companhia Metalúrgica Prada | 445.921.292 | 99,99 | 99,99 | Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos |
| CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda. ⁽¹⁾ | | | 99,99 | Gestão de recursos e a administração de carteiras de títulos e valores mobiliários |
| CSN Mineração S.A. | 158.419.480 | 87,52 | 87,52 | Mineração e participações societárias |
| CSN Energia S.A. | 43.149 | 99,99 | 99,99 | Comercialização de energia elétrica |
| FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. | 486.592.830 | 92,38 | 91,69 | Logística ferroviária |
| Nordeste Logística S.A. | 99.999 | 99,99 | 99,99 | Serviços portuários |
| Aceros México CSN ⁽²⁾ | | | 0,08 | Representação comercial, venda de aço e atividades correlatas |
| CSN Inova Ltd. | | 100,00 | 100,00 | Assessoria e implementação de novos projetos de desenvolvimento |
| CSN Equipamentos S.A. ⁽³⁾ | 999 | 99,99 | | Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais |
| CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ⁽⁴⁾ | 3.752.292 | 100,00 | | Prestação de Serviços |
| Participação indireta em controladas: consolidação integral | | | | |
| Lusosider Proyectos Siderúrgicos S.A. | | 100,00 | 100,00 | Participações societárias e comercialização de produtos |
| Lusosider Aços Planos, S. A. | | 99,99 | 99,99 | Siderurgia e participações societárias |
| CSN Resources S.A. | | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras e participações societárias |
| Companhia Brasileira de Latas | | 99,99 | 99,99 | Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias |
| Companhia de Embalagens Metálicas MMSA | | 99,67 | 99,67 | Produção e comercialização de latas e atividades afins |
| Companhia de Embalagens Metálicas - MTM | | 99,67 | 99,67 | Produção e comercialização de latas e atividades afins |
| CSN Steel Holdings 1, S.L.U. | | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| CSN Productos Siderúrgicos S.L. | | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| Stalwerk Thüringen GmbH | | 100,00 | 100,00 | Produção e comercialização de aços longos e atividades afins |
| CSN Steel Sections UK Limited (*) | | 100,00 | 100,00 | Comercialização de aços longos |
| CSN Steel Sections Polska Sp.Zo.o | | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| CSN Asia Limited ⁽⁵⁾ | | | 100,00 | Representação Comercial |
| CSN Mining Holding, S.L | | 87,52 | 87,52 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| CSN Mining GmbH | | 87,52 | 87,52 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| CSN Mining Asia Limited | | 87,52 | 87,52 | Representação comercial |
| Aceros México CSN ⁽²⁾ | | | 99,92 | Representação comercial, venda de aço e atividades correlatas |
| Lusosider Ibérica S.A. | | 100,00 | 100,00 | Siderurgia, atividades comerciais e industriais, e participações societárias. |
| CSN Mining Portugal, Unipessoal Lda. | | 87,52 | 87,52 | Comercialização e representação de produtos. |
| Companhia Siderúrgica Nacional, LLC | | 100,00 | 100,00 | Importação e distribuição/revenda dos produtos |
| Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-operation: consolidação proporcional | | | | |
| Itá Energética S.A. | 253.606.846 | 48,75 | 48,75 | Geração de energia elétrica |
| Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava | | 17,92 | 17,92 | Consórcio de energia elétrica |
| Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial | | | | |
| MRS Logística S.A. ⁽⁶⁾ | 63.377.198 | 18,64 | 18,64 | Transporte ferroviário |
| Aceros Del Orinoco S.A. | | 31,82 | 31,82 | Companhia dormente |
| CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ⁽⁴⁾ | | | 50,00 | Prestação de Serviços |
| Transnordestina Logística S.A. ⁽⁷⁾ | 24.670.093 | 47,26 | 46,30 | Logística ferroviária |
| Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial | | | | |
| MRS Logística S.A. | | 16,30 | 16,30 | Transporte ferroviário |
| Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial | | | | |
| Arvedi Metalfer do Brasil S.A. | 46.994.971 | 20,00 | 20,00 | Metalurgia e participações societárias |

(*) Companhias dormentes, portanto não apresentadas na nota 8.a, onde são divulgadas informações de empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e valor justo por meio do resultado e resultados abrangentes.

1. A CSN Gestão de Recursos Financeiros foi liquidada em 13 de junho de 2019.
2. Em 01 de fevereiro de 2019 foi cancelado o Registro Federal de Contribuinte e, portanto, finalizado o processo de liquidação da empresa Aceros Mexico CSN, contudo, perante terceiros e para efeitos de direito mercantil, a liquidação retroage à 18 de setembro de 2018;
3. Empresa constituída em 22 de Agosto de 2019;
4. Em 29 de novembro de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda de ações, por meio do qual a Companhia Siderúrgica Nacional adquiriu a totalidade da participação que a CKTR Brasil Serviços Ltda detinha na CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura. Com isso, a partir da data mencionada, a CSN passou a deter 100% do capital social da CBSI.
5. Em 06 de agosto de 2019 a CSN Asia Limited foi liquidada;
6. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia possuía diretamente 26.611.282 ações ordinárias, 2.673.312 ações preferenciais Classe A e 34.092.604 ações preferenciais Classe B, totalizando 36.765.916 ações preferenciais da empresa MRS Logística S.A.;

7. Em 10 de maio de 2019, houve a transferência de 501.789 ações do acionista FINOR, todas preferenciais da classe B, para a acionista CSN. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 24.168.304 ações ordinárias, 501.789 ações preferenciais Classe B (em 31 de dezembro 2018 possuía 24.168.304 ações ordinárias e não possuía ações preferenciais).

• Fundos Exclusivos

| | Participação no capital social (%) | | |
|--|------------------------------------|------------|-----------------------|
| Fundos Exclusivos | 31/12/2019 | 31/12/2018 | Atividades principais |
| Participação direta: consolidação integral | | | |
| Diplic II - Fundo de investimento multimercado crédito privado | 100,00 | 100,00 | Fundo de investimento |
| Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado | 100,00 | 100,00 | Fundo de investimento |
| VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado | 100,00 | 100,00 | Fundo de investimento |

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram adotados os seguintes procedimentos de consolidação:

• Transações entre controladas, coligadas, *joint-ventures* e *joint-operations*

Os ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades, cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Controladas em Conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado contratualmente convencionado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais das partes envolvidas.

As operações em conjunto (*joint operations*) são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

A Companhia reclassifica o efeito no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, e desta forma é reclassificada parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos, receita de vendas e imposto de renda e contribuição social.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

• Transações e participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, são apresentados os investimentos em controladas e coligadas contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

2.d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico na qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Em consonância com o CPC 02 e a ICPC 21 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento, as operações onde a Companhia reconhece um ativo não monetário ou passivo não monetário, que envolvam pagamentos ou recebimentos antecipados em moeda estrangeira, são registradas pela taxa de câmbio da data que a entidade reconheceu inicialmente (data de transação) o ativo não monetário ou passivo não monetário.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2019, US\$1 equivale a R\$4,0307 (R\$3,8748 em 31 de dezembro de 2018) e €\$ 1 equivale a R\$4,5305 (R\$4,4390 em 31 de dezembro de 2018), conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes e;
- Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

2.e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e estão classificados como aplicações financeiras, conforme nota 4.

2.f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras.

Com a adoção do novo CPC 48 / IFRS 09 – Instrumentos financeiros, a Companhia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas para a vida inteira, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. Essas perdas de crédito esperadas são estimadas conforme matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo.

A Companhia considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas.

2.g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

2.h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita ou (despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas nas contas de ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

2.i) Propriedade para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem-se de terrenos e edificações mantidos para auferir rendas de aluguel e valorização do capital. O método de mensuração utilizado é o do custo de aquisição ou construção reduzido da depreciação acumulada e redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação acumulada é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada das propriedades sujeitas à depreciação conforme Nota 8.g. Os terrenos não são depreciados por terem vida útil indefinida.

2.j) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

2.k) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor conforme nota 9. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
 - Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
 - Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
-

- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

2.1) Arrendamento mercantil

Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado.

A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor.

Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utilizada taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia.

Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e a qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos.

Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor.

Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente.

Também será aplicado o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

2.m) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como direitos e licenças no grupo de intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições em combinação de negócio é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) ou a qualquer tempo quando as circunstâncias indicarem uma possível perda. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada em até 10 anos.

2.n) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados e propriedades para investimento, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente a cada exercício para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

2.o) Benefícios a empregados

i. Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado pelo método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. O valor presente dos benefícios econômicos é calculado levando-se em consideração as exigências de custeio aplicáveis aos planos da Companhia. Um benefício econômico está disponível para a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Quando os benefícios se tornam direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocados ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

2.p) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Os honorários de êxito são provisionados à medida em que torna provável a ocorrência de desembolsos. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.q) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou vendidas. Quando essas ações são subsequentemente vendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.r) Reconhecimento de receita

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47/ IFRS 15 foi adotado pela Companhia, todos os ativos estão registrados conforme a respectiva prática.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente.

O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços.

A transferência é considerada efetuada quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Os serviços de frete exportação nas modalidades CFR (*Cost and Freight*) e CIF(*Cost, Insurance and Freight*), onde a Companhia é responsável pelo serviço de frete, são considerados serviços distintos e, portanto, uma obrigação separada, tendo sua alocação à parte do preço da transação e com reconhecimento no resultado conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo. Tal receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia e, portanto, a mesma não é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização.

2.s) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, receita de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, dividendos sobre ações preferenciais, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável.

2.u) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

2.v) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

As despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

As obrigações com desativação de ativos A.R.O (Asset retirement obligation) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

2.w) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

2.y) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 / IFRS 9 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

i) Ativos financeiros

Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

- **Reconhecimento e Mensuração**

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias: i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

- i. Custo de amortização**

Os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia reconhece suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado.

- ii. Valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

iii. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida: os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes". No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

- **Desreconhecimento Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivo financeiro ao custo amortizado**

A companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado e contratos de garantia.

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento, dividendo, arrendamento, forfait, debêntures e fornecedores.

- **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

- **Desreconhecimento Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente.

iv) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

- **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica Resultado Financeiro na demonstração do resultado.

- **Hedge de fluxo de caixa**

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de *hedge* de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica "*Hedge Accounting*". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidos em outras despesas/receitas operacionais, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados no resultado operacional nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado.

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda acumulada existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido e, a partir desse momento, as variações cambiais são registradas no resultado financeiro. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda é reclassificado para o resultado operacional. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica "Outras Operacionais".

As movimentações dos valores de hedge denominados como *hedge* de fluxo de caixa de exportação estão demonstradas na nota 12 – Instrumentos Financeiros.

- **Hedge de investimento líquido**

A Companhia designa para o *hedge* de investimento líquido uma parte de seus passivos financeiros como instrumento de *hedge* de seus investimentos no exterior com moeda funcional diferente da moeda do Grupo de acordo com o CPC38/IAS39. Essa relação ocorre, pois, passivos financeiros estão relacionados aos investimentos nos montantes necessários para a relação efetiva.

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os objetos protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de investimento líquido é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica *Hedge Accounting*. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidas em Outras Operacionais, quando aplicável. Se em algum momento da relação de *hedge* o saldo da dívida for superior ao saldo do investimento, a variação cambial sobre o excesso de dívida será reclassificada para a demonstração do resultado como outras receitas/despesas operacionais (inefetividade do *hedge*).

Os valores acumulados no patrimônio serão realizados na demonstração do resultado pela alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

As movimentações dos valores de *hedge* denominados como *Hedge* de investimento líquido estão demonstradas na nota 12 - Instrumentos Financeiros.

2.z) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

2.a.a) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver segurança de que:

- a Companhia irá atender as condições relacionadas à subvenção;
- a subvenção será recebida.

A subvenção deverá ser reconhecida como receita à medida que a Companhia reconhecer os custos objetos de compensação da subvenção.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Sul, Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

2.a.b) Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não pelo uso contínuo.

Os critérios de classificação de itens mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*.

2.a.c) Demonstração do valor adicionado

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

A demonstração do valor adicionado deve evidenciar a riqueza criada pela Companhia e demonstrar sua distribuição.

2.a.d) Nova norma e interpretação ainda não adotada

A seguinte norma e interpretação foi emitida e será obrigatória para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2020 e 2021 e não teve sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019:

| Norma | Principais pontos introduzidos pela norma | Vigência |
|--|--|-----------------------|
| Estrutura Conceitual para relatórios financeiros | Revisão da Estrutura Conceitual estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes. | 1º de janeiro de 2020 |

- CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework for Financial Reporting*) define os conceitos fundamentais para relatórios financeiros que orientam os órgãos normatizadores no desenvolvimento das suas normas contábeis.

As alterações propostas visam trazer aos preparadores e usuários das informações contábeis uma melhor compreensão do alcance da aplicação da norma. A Companhia estima que não terá impactos relevantes trazidos pela revisão do CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, uma vez que já aplica de forma assídua os conceitos estabelecidos pela norma.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|------------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Circulante | | | | |
| Disponibilidades | | | | |
| Caixa e Bancos | 496.769 | 1.124.714 | 99.835 | 37.323 |
| Aplicações Financeiras | | | | |
| No País: | | | | |
| Títulos públicos | 69.093 | 10.247 | 735 | 477 |
| Títulos privados | 462.831 | 609.480 | 291.537 | 410.036 |
| | 531.924 | 619.727 | 292.272 | 410.513 |
| No Exterior: | | | | |
| Títulos privados | 60.262 | 503.563 | | 92.017 |
| Total das Aplicações Financeiras | 592.186 | 1.123.290 | 292.272 | 502.530 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.088.955 | 2.248.004 | 392.107 | 539.853 |

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional. A Companhia aplica parte dos recursos através dos fundos de investimentos exclusivos, cujas demonstrações financeiras foram consolidadas na Companhia. Os fundos são administrados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Os recursos financeiros disponíveis no exterior são aplicados em títulos privados, em bancos considerados pela Administração como de primeira linha e é remunerada a taxas pré-fixadas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

| | Consolidado | | | | Controladora | |
|---|------------------|----------------|----------------|--------------|------------------|----------------|
| | Circulante | | Não Circulante | | Circulante | Não Circulante |
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| CDB - Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾ | 481.409 | 882.376 | | | 481.409 | 882.376 |
| Títulos públicos ⁽²⁾ | 37.144 | 13.337 | | | 395 | 621 |
| Time Deposit ⁽³⁾ | | | | 7.772 | | |
| Ações Usiminas ⁽⁴⁾ | 2.114.620 | | | | 2.114.620 | |
| Bonds ⁽⁵⁾ | | | 95.719 | | | 95.719 |
| | 2.633.173 | 895.713 | 95.719 | 7.772 | 2.596.424 | 882.997 |

(1) Aplicação financeira com modalidade restrito e vinculada em Certificado de Depósito Bancário para garantia de carta fiança junto a instituições financeiras.

(2) Aplicação financeira em títulos Públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por seus fundos exclusivos.

(3) Em 31 de dezembro de 2019 foi resgatada integralmente a aplicação financeira em Time Deposit em custódia para cobertura de despesas adicionais da alienação da CSN LLC.

(4) Em dezembro de 2019 a Companhia optou por reclassificar o investimento da Usiminas para o ativo circulante (vide nota 8.f e 12.II), sendo que parte das ações garante uma parcela da dívida da Companhia.

(5) Bonds junto ao banco Fibra com vencimento em fevereiro de 2028.

5. CONTAS A RECEBER

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Cientes | | | | |
| Terceiros | | | | |
| Mercado interno | 1.118.632 | 1.369.396 | 852.434 | 1.094.323 |
| Mercado externo | 1.003.905 | 852.821 | 62.833 | 141.484 |
| | 2.122.537 | 2.222.217 | 915.267 | 1.235.807 |
| Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa | (245.194) | (237.352) | (167.247) | (176.855) |
| | 1.877.343 | 1.984.865 | 748.020 | 1.058.952 |
| Partes Relacionadas (nota 18 b) | 170.588 | 93.317 | 943.623 | 906.865 |
| | 2.047.931 | 2.078.182 | 1.691.643 | 1.965.817 |

A Companhia realiza operações de cessão de crédito sem coobrigação, em que após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a CSN liquida as contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação. Em 31 de dezembro de 2019 essa operação no Consolidado totaliza um montante de R\$ 51.161 (R\$46.210 em 31 de dezembro de 2018) e na Controladora R\$ 47.994 (R\$40.849 em 31 de dezembro de 2018).

A composição do saldo bruto das contas a receber de clientes terceiros é demonstrada da seguinte forma:

| | Consolidado | | Controladora | |
|----------------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| A vencer | 1.739.746 | 1.514.847 | 731.377 | 758.433 |
| Vencidos até 30 dias | 132.845 | 177.287 | 9.089 | 48.705 |
| Vencidos até 180 dias | 23.877 | 47.684 | 6.684 | 8.361 |
| Vencidos acima de 180 dias | 226.069 | 482.399 | 168.117 | 420.308 |
| | 2.122.537 | 2.222.217 | 915.267 | 1.235.807 |

As movimentações nas perdas de crédito de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

| | Consolidado | | Controladora | |
|-----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Saldo inicial | (237.352) | (191.979) | (176.855) | (140.392) |
| Perdas de crédito esperadas | (43.313) | (53.706) | (18.540) | (39.042) |
| Recuperação de créditos | 35.471 | 8.333 | 28.148 | 2.579 |
| Saldo final | (245.194) | (237.352) | (167.247) | (176.855) |

6. ESTOQUES

| | Consolidado | | Controladora | |
|-----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Produtos acabados | 1.691.842 | 1.501.969 | 1.141.385 | 951.529 |
| Produtos em elaboração | 1.294.369 | 1.217.611 | 1.081.050 | 959.414 |
| Matérias-primas | 1.493.129 | 1.584.140 | 1.021.350 | 1.273.029 |
| Almoxarifado | 902.135 | 857.402 | 502.591 | 495.385 |
| Adiantamento a fornecedores | 35.828 | 36.192 | 31.541 | 28.185 |
| (-) Perdas estimadas | (134.553) | (157.754) | (41.201) | (45.076) |
| | 5.282.750 | 5.039.560 | 3.736.716 | 3.662.466 |

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|------------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Saldo inicial | (157.754) | (135.840) | (45.076) | (51.968) |
| (Perdas estimadas)/Reversão de estoques de baixa rotatividade e obsolescência | 23.201 | (21.914) | 3.875 | 6.892 |
| Saldo final | (134.553) | (157.754) | (41.201) | (45.076) |

7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

| | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Circulante | | Não Circulante | | Circulante | | Não Circulante | |
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Depósitos judiciais (nota 16) | | | 328.371 | 347.950 | | | 224.300 | 255.595 |
| Créditos junto a PGFN ⁽¹⁾ | | | 46.774 | 46.774 | | | 46.774 | 46.774 |
| Tributos a recuperar ⁽²⁾ | 1.282.415 | 1.412.335 | 2.119.940 | 1.822.388 | 1.129.584 | 1.265.003 | 1.907.420 | 1.692.274 |
| Despesas antecipadas | 107.428 | 49.830 | 126.213 | 49.808 | 82.664 | 25.716 | 110.099 | 34.450 |
| Despesa com frete ⁽³⁾ | 96.305 | 117.156 | | | | 2.357 | | |
| Ativo atuarial - partes relacionadas (nota 18 b) | | | 13.714 | 99.894 | | | | 85.415 |
| Instrumentos financeiros derivativos (nota 12 l) | 1.364 | 351 | 4.203 | | | | 4.203 | |
| Títulos para negociação (nota 12 l) | 4.034 | 4.503 | | | 3.875 | 4.352 | | |
| Estoque minério de ferro ⁽⁴⁾ | | | 144.499 | 144.499 | | | | |
| Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR | | | 199 | 26.598 | | | 199 | 26.598 |
| Empréstimos com partes relacionadas (nota 18 b e 12 l) | | 2.675 | 846.300 | 706.605 | | 22.807 | 883.394 | 588.285 |
| Outros créditos com partes relacionadas (nota 18 b) | 1.830 | 3.649 | 428.672 | 218.840 | 14.770 | 15.395 | 674.800 | 458.177 |
| Outros títulos a receber (nota 12 l) | | | 7.059 | 7.451 | | | 1.109 | 1.213 |
| Empréstimo compulsório da Eletrobrás (nota 12 l) ⁽⁵⁾ | | | 845.284 | 813.428 | | | 844.438 | 812.803 |
| Dividendos a receber (nota 18 b) | 44.554 | 46.171 | | | 33.447 | 259.186 | | |
| Débitos de empregados | 33.045 | 31.645 | | | 20.657 | 19.684 | | |
| Outros | 102.021 | 84.709 | 146.326 | 988 | 17.979 | 3.055 | 146.326 | 986 |
| | 1.672.996 | 1.753.024 | 5.057.554 | 4.285.223 | 1.302.976 | 1.617.555 | 4.843.062 | 4.002.570 |

- Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009.
- Refere-se principalmente a PIS/COFINS, ICMS a recuperar e imposto de renda e contribuição social a compensar. Em 20 de setembro de 2018 transitou em julgado o Mandado de Segurança e Recurso Especial impetrado em 2006, no qual são partes CSN e União Federal, relacionado à discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo sido confirmado o direito da CSN de compensar os valores indevidamente recolhidos em decorrência da base de PIS e COFINS estar majorada pela inclusão do ICMS no período de 2001 a 2014.
- Refere-se a pagamento de despesas com frete e seguro marítimo sobre receitas de vendas não reconhecidas.
- Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o *Pellet Feed* com expectativa de início de realização prevista a partir do 2º semestre de 2021.
- Trata-se principalmente de valor líquido, certo e exigível, oriundo do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Companhia, a qual é irrevogável e irrevogável, no sentido de aplicar o posicionamento consolidado do STJ sobre o tema, que culminou na condenação da Eletrobrás ao pagamento dos corretos juros e correção monetária do Empréstimo Compulsório. O referido trânsito em julgado, bem como a certeza e segurança sobre valores envolvidos na liquidação de sentença (procedimento judicial para requerer a satisfação do direito), permitiram a conclusão de que a entrada desse valor é certa. Além deste valor já contabilizado, a Companhia continua buscando alternativas para a recuperação de créditos adicionais cuja estimativa pode atingir um valor superior a R\$350 milhões.

8. INVESTIMENTOS

- Plano de desalavancagem**

Com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a Administração está empenhada com um plano de alienação de um conjunto de ativos, entretanto, não é possível confirmar que a venda, dentro de um período de 12 meses, seja altamente provável para nenhum dos ativos contemplados no plano. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. Nesse contexto, a Companhia não segregou e não reclassificou tais ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

8.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

| Empresas | 31/12/2019 | | | | | 31/12/2018 | | | | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|---|
| | Participação no | | | | | Participação no | | | | |
| | | | Patrimônio | Fair | Lucro líquido / (prejuízo) do exercício | | | Patrimônio | Fair | Lucro líquido / (prejuízo) do exercício |
| | Ativo | Passivo | líquido | Value | | Ativo | Passivo | líquido | Value | |
| Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial | | | | | | | | | | |
| Controladas | | | | | | | | | | |
| CSN Islands VII Corp. | 361.540 | 2.208.748 | (1847.208) | | (98.112) | 338.645 | 1.987.741 | (1649.096) | | (1470.943) |
| CSN Islands XI Corp. | 3.997.823 | 4.232.102 | (234.279) | | (102.641) | 2.178.010 | 2.309.647 | (131.637) | | (89.133) |
| CSN Islands XII Corp. | 2.219.057 | 4.036.189 | (1817.132) | | (339.727) | 2.402.671 | 3.880.076 | (1477.405) | | (331.582) |
| CSN Steel S.L.U. | 3.642.029 | 135.672 | 3.506.357 | | (49.406) | 3.763.095 | 242.722 | 3.520.373 | | 1793.490 |
| Sepetiba Tecon S.A. | 719.750 | 406.738 | 313.012 | | (4.422) | 480.459 | 163.026 | 317.433 | | 23.853 |
| Minérios Nacional S.A. | 141.442 | 52.275 | 89.167 | | 17.495 | 110.446 | 38.774 | 71.672 | | (13.819) |
| Valor Justo - Minérios Nacional | | | 2.123.507 | | | | | 2.123.507 | | |
| Estanho de Rondônia S.A. | 49.860 | 59.804 | (9.944) | | (14.685) | 48.181 | 45.207 | 2.974 | | (1998) |
| Companhia Metalúrgica Prada | 735.887 | 589.658 | 146.229 | | 60.662 | 644.954 | 559.386 | 85.568 | | (84.265) |
| CSN Mineração S.A. | 13.888.599 | 5.698.541 | 8.190.058 | | 3.207.097 | 13.235.705 | 4.190.564 | 9.045.141 | | 929.358 |
| CSN Energia S.A. | 98.866 | 37.306 | 61.560 | | 12.854 | 138.644 | 45.778 | 92.866 | | 54.596 |
| FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. | 500.984 | 247.780 | 253.204 | | (54.576) | 403.623 | 123.220 | 280.403 | | (33.626) |
| Companhia Florestal do Brasil | 52.939 | 19.586 | 33.353 | | (533) | 34.990 | 1604,0 | 33.386 | | (556) |
| Nordeste Logística | 82 | 60 | 22 | | (7) | 85 | 56 | 29 | | 4 |
| CSN Equipamentos S.A. | 1 | | 1 | | | | | | | |
| CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura | 82.332 | 70.942 | 11.390 | | 7.422 | | | | | |
| Ágio - CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura | | | 15.225 | | | | | | | |
| | 26.491.191 | 17.795.401 | 10.834.522 | | 2.541.421 | 23.779.508 | 13.587.801 | 12.315.214 | | 775.379 |
| Joint-venture e Joint-operation | | | | | | | | | | |
| Itá Energética S.A. | 259.777 | 16.255 | 243.522 | | 5.995 | 258.835 | 16.288 | 242.547 | | 9.188 |
| MRS Logística S.A. | 2.073.125 | 1308.439 | 764.686 | | 93.822 | 1.563.350 | 846.813 | 716.537 | | 97.226 |
| CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura | | | | | | 25.941 | 19.997 | 5.944 | | 4.501 |
| Transnordestina Logística S.A. (*) | 4.398.434 | 3.209.378 | 1.189.056 | 271.116 | (17.100) | 4.065.604 | 2.883.851 | 1.181.753 | 271.116 | (20.429) |
| | 6.731.336 | 4.534.072 | 2.197.264 | 271.116 | 82.717 | 5.913.730 | 3.766.949 | 2.146.781 | 271.116 | 90.486 |
| Coligada | | | | | | | | | | |
| Arvedi Metalfer do Brasil | 44.435 | 317,12 | 12.723 | | (1.682) | 40.712 | 26.308 | 14.404 | | (5.087) |
| | 44.435 | 317,12 | 12.723 | | (1.682) | 40.712 | 26.308 | 14.404 | | (5.087) |
| Classificados como valor justo através do resultado (nota 12 I) | | | | | | | | | | |
| Usiminas | | | | | | | | 2.250.623 | | |
| Panatlântica | | | 47.300 | | | | | 28.566 | | |
| | | | 47.300 | | | | | 2.279.189 | | |
| Outros Investimentos | | | | | | | | | | |
| Lucros nos estoques de controladas | | | (18.563) | | 97.811 | | | (116.375) | | (43.903) |
| Outros | | | 63.538 | | 170 | | | 63.538 | | (243) |
| | | | 44.975 | | 97.981 | | | (52.837) | | (44.146) |
| Total dos investimentos | | | 13.407.900 | | 2.720.437 | | | 16.973.867 | | 816.632 |
| Classificação dos investimentos no balanço patrimonial | | | | | | | | | | |
| Investimentos no ativo | | | 17.316.463 | | | | | 20.232.005 | | |
| Investimentos com passivo a descoberto | | | (3.908.563) | | | | | (3.258.138) | | |
| | | | 13.407.900 | | | | | 16.973.867 | | |

(*) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Fair Value gerado na perda do controle da Transnordestina Logística S.A. é de R\$659.105 e impairment de R\$387.989.

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/(prejuízo) do exercício referem-se à participação detida pela CSN nessas empresas.

8.b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Saldo inicial dos investimentos | 5.630.613 | 5.499.995 | 20.232.005 | 22.894.885 |
| Saldo inicial de provisão para perdas | | | (3.258.138) | (1.366.480) |
| Aumento de capital / Aquisições de ações | 27.909 | | 66.621 | 81.594 |
| Dividendos ⁽¹⁾ | (94.603) | (87.846) | (4.166.291) | (5.529.277) |
| Resultados abrangentes ⁽²⁾ | (2.592) | 272 | 31.441 | 15.186 |
| Resultado equivalência patrimonial ⁽³⁾ | 175.524 | 173.145 | 2.720.437 | 816.632 |
| Venda ações Usiminas | | (39.377) | | (39.377) |
| Atualização de ações VJR (nota 12 II) | (118.780) | 96.133 | (118.780) | 96.133 |
| Reclassificação ações Usiminas | (2.114.620) | | (2.114.620) | |
| Ágio Aquisição 50% CBSI (nota 8 d) | | | 15.225 | |
| Consolidação CBSI (nota 8 d) | (8.775) | | | |
| Amortização valor justo - Investimento MRS | (11.747) | (11.746) | | |
| Outros | 45 | 37 | | 4.571 |
| Saldo dos investimentos | 3.482.974 | 5.630.613 | 17.316.463 | 20.232.005 |
| Saldo de provisão p/ investimentos com passivo a descoberto | | | (3.908.563) | (3.258.138) |
| Total | 3.482.974 | 5.630.613 | 13.407.900 | 16.973.867 |

1. Em 2019 refere-se à destinação de dividendos da Itá Energética, CSN Energia, CSN Mineração, Sepetiba Tecon, CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura e da joint-venture MRS Logística.
2. Refere-se a conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior cuja moeda funcional não é o Real, ganho/perda atuarial reflexo e ganho/perda de *hedge* de investimentos reflexo de investimentos avaliados por equivalência patrimonial.
3. A conciliação do resultado de equivalência das empresas com controle compartilhado classificadas como *joint-venture* e coligadas e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da CSN com essas empresas:

| | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Resultado equivalência de coligada e joint-venture | | |
| MRS Logística S.A. | 187.597 | 194.403 |
| CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ⁽¹⁾ | 6.695 | 4.501 |
| Transnordestina Logística S.A. | (17.100) | (20.429) |
| Arvedi Metalfer do Brasil S.A. | (1.682) | (5.087) |
| Outros | 14 | (243) |
| | 175.524 | 173.145 |
| Eliminações | | |
| Para Custo Produtos Vendidos | (57.908) | (42.806) |
| Para Impostos | 19.689 | 14.554 |
| Outros | | |
| Amortização Valor Justo - Invest. MRS | (11.747) | (11.746) |
| Outros | 157 | 2.559 |
| Resultado de equivalência ajustado | 125.715 | 135.706 |

(1) Refere-se ao resultado de equivalência até 30 de novembro de 2019.

8.c) Informações adicionais sobre empresas controladas operacionais

- SEPETIBA TECON S.A. ("Tecon")

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S. A. Os serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviços de lavagem, manutenção e higienização de contêineres.

A Tecon foi vencedora do procedimento licitatório, tendo celebrado o contrato de arrendamento em 23 de outubro de 1998 para a exploração do terminal portuário pelo prazo de 25 anos, prorrogáveis por igual período.

Na extinção do contrato de arrendamento, retornarão à União todos os direitos e benefícios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- ESTANHO DE RONDÔNIA S.A. ("ERSA")

Sediada no Estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste/RO e outra em Ariquemes/RO. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico, que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA ("Prada")

A Prada atua em dois segmentos: embalagens metálicas de aço e processamento e distribuição de aços planos.

Embalagens

No segmento de embalagens metálicas de aço, a Prada produz o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício, fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Distribuição

A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, *blanks*, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

- CSN ENERGIA S.A.

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

- FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("FTL")

Sociedade criada com a finalidade de incorporar a parcela cindida da Transnordestina Logística S.A. Explora serviços públicos de transporte ferroviário de cargas da malha nordeste do Brasil, nos trechos entre as cidades de São Luís e Altos, Altos e Fortaleza, Fortaleza e Sousa, Sousa e Recife/Jorge Lins, Recife/Jorge Lins e Salgueiro, Jorge Lins e Propriá, Paula Cavalcante e Cabedelo (Ramal de Cabedelo) e Itabaiana e Macau (Ramal de Macau) ("Malha I")

Em 13 de novembro de 2019, a CSN subscreveu ações da FTL mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 27.670, passando sua participação no capital social da FTL de 91,69% para 92,38%. Em decorrência das operações descritas acima que ocasionaram variação na participação dos acionistas, a Companhia registrou uma perda no montante de R\$293, registrada no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”

- CSN MINERAÇÃO S.A. (“CSN Mineração”)

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a CSN Mineração tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. A partir de 30 de novembro de 2015, a CSN Mineração passou a centralizar as operações de mineração da CSN, incluindo os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, do porto TECAR e participação de 18,63% na MRS. A participação da CSN nessa controlada é de 87,52%.

- MINÉRIOS NACIONAL S.A. (“Minérios Nacional”)

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a Minérios Nacional tem por objetivo principal a produção e a venda de minério de ferro. A controlada concentra os ativos de direitos minerários relativos às minas de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, todas em Minas Gerais transferidos para essa controlada na operação de combinação de negócios ocorrido em 2015.

8.d) Investimentos em empresas controladas em conjunto (*joint ventures*) e em operações em conjunto (*joint operations*)

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% dos resultados das empresas:

| Participação (%) | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | | |
|--|-------------------|---------------------------|-----------------|------------------|---------------|---------------------------|----------------|
| | Joint-Venture | | Joint-Operation | Joint-Venture | | Joint-Operation | |
| | MRS Logística | Transnordestina Logística | Itá Energética | MRS Logística | CBSI | Transnordestina Logística | Itá Energética |
| | 34,94% | 47,26% | 48,75% | 34,94% | 50,00% | 46,30% | 48,75% |
| Balanço Patrimonial | | | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 670.296 | 17.166 | 65.793 | 345.962 | 2.091 | 19.234 | 29.870 |
| Adiantamento a fornecedores | 20.100 | 3.240 | 363 | 17.750 | 73 | 1.734 | 937 |
| Outros ativos circulantes | 1.326.281 | 59.405 | 15.955 | 736.768 | 41.284 | 108.851 | 16.718 |
| Total ativo circulante | 2.016.677 | 79.811 | 82.111 | 1.100.480 | 43.448 | 129.819 | 47.525 |
| Ativo não circulante | | | | | | | |
| Outros ativos não circulantes | 789.562 | 258.391 | 24.361 | 804.570 | 2.111 | 222.630 | 25.840 |
| Investimentos, Imobilizado e Intangível | 8.316.033 | 8.968.447 | 426.403 | 6.482.292 | 6.324 | 8.428.567 | 457.578 |
| Total ativo não circulante | 9.105.595 | 9.226.838 | 450.764 | 7.286.862 | 8.435 | 8.651.197 | 483.418 |
| Total do Ativo | 11.122.272 | 9.306.649 | 532.875 | 8.387.342 | 51.883 | 8.781.016 | 530.943 |
| Passivo circulante | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 653.784 | 103.877 | | 422.793 | 4.350 | 75.906 | |
| Arrendamento mercantil | 256.034 | | | | | | |
| Outros passivos circulantes | 1.561.684 | 171.821 | 16.793 | 1.368.290 | 33.844 | 179.816 | 18.298 |
| Total passivo circulante | 2.471.502 | 275.698 | 16.793 | 1.791.083 | 38.194 | 255.722 | 18.298 |
| Passivo não circulante | | | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 2.369.615 | 6.084.424 | | 2.111.518 | 1.262 | 5.754.073 | |
| Arrendamento mercantil | 1.650.758 | | | | | | |
| Outros passivos não circulantes | 527.871 | 430.603 | 16.550 | 640.535 | 539 | 218.839 | 15.113 |
| Total passivo não circulante | 4.548.244 | 6.515.027 | 16.550 | 2.752.053 | 1.801 | 5.972.912 | 15.113 |
| Patrimônio líquido | 4.102.526 | 2.515.924 | 499.532 | 3.844.206 | 11.888 | 2.552.382 | 497.532 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 11.122.272 | 9.306.649 | 532.875 | 8.387.342 | 51.883 | 8.781.016 | 530.943 |

| Participação (%) | 01/01/2019 a 30/11/2019 | 01/01/2019 a 31/12/2019 | | | | 01/01/2018 a 31/12/2018 | | | |
|---|----------------------------|-------------------------|---------------------------|-----------------|--|-------------------------|--------------|---------------------------|----------------|
| | CBSI | Joint-Venture | | Joint-Operation | | Joint-Venture | | Joint-Operation | |
| | | MRS Logística | Transnordestina Logística | Itá Energética | | MRS Logística | CBSI | Transnordestina Logística | Itá Energética |
| | | 34,94% | 47,26% | 48,75% | | 34,94% | 50,00% | 46,30% | 48,75% |
| Demonstrações de Resultados | | | | | | | | | |
| Receita Líquida | 267.436 | 3.200.809 | | 163.048 | | 3.726.448 | 166.080 | | 166.358 |
| Custos dos Produtos e Serviços Vendidos | (233.830) | (2.382.828) | | (83.129) | | (2.476.628) | (142.254) | | (77.829) |
| Lucro Bruto | 33.606 | 817.981 | | 79.919 | | 1.249.820 | 23.826 | - | 88.529 |
| (Despesas) e Receitas Operacionais | (12.328) | 207.840 | (18.077) | (62.660) | | (313.606) | (10.884) | (18.020) | (60.104) |
| Resultado Financeiro Líquido | (1.460) | (268.089) | (18.386) | 1.183 | | (151.839) | (179) | (26.103) | (126) |
| Lucro antes do IR/CSL | 19.818 | 757.732 | (36.463) | 18.442 | | 784.375 | 12.763 | (44.123) | 28.299 |
| IR / CSL correntes e diferidos | (6.428) | (254.378) | | (6.147) | | (262.760) | (3.761) | | (9.452) |
| Lucro líquido(prejuízo) do exercício | 13.390 | 503.354 | (36.463) | 12.295 | | 521.615 | 9.002 | (44.123) | 18.847 |

- ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ("ITASA")

A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tem por objetivo explorar, em regime de concessão, a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá ("UHE Itá"), com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, na fronteira dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A concessão da UHE Itá é compartilhada com a ENGIE Brasil Energia S.A., sendo a participação da CSN de 48,75%.

- MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente.

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

A Companhia detém diretamente participação de 18,64% no capital social da MRS e indiretamente, por meio de sua controlada CSN Mineração, participação de 18,63% no capital social da MRS, totalizando uma participação de 34,94%.

- CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA

A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada em Rio Grande, na cidade de Conquista – MG e possui capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2019 é de R\$22.441 (R\$23.596 em 31 de dezembro de 2018) e o valor da despesa em 2019 foi de R\$6.497 (R\$5.827 em 2018).

- CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA ("CBSI")

O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a CKTR Brasil Serviços Ltda. em 2011 a qual detinha 50% de participação. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

- Combinação de Negócios: Aquisição do controle da empresa CBSI – Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura (“CBSI”)

Em 29 de novembro de 2019 a Companhia adquiriu 50% do capital da empresa CBSI, da qual já detinha outros 50%, se tornando o titular de 100% das ações. O valor da transação foi de R\$ 24.000 (vinte e quatro milhões de reais) por 1.875.146 (um milhão oitocentos e setenta e cinco mil e cento e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As partes envolvidas reconhecem que o preço foi estabelecido levando em conta os passivos, contingências, ativos e resultados, passados e futuros, da CBSI, e que não caberá pedido de indenização suplementar a qualquer das partes a qualquer tempo em relação ao valor da transação.

Os valores de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos não divergem dos valores contábeis na data da aquisição.

Determinação do preço de compra:

| Descrição | R\$ | Referência |
|---|---------------|------------|
| Valor justo da participação detida pelo adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação | 8.775 | (i) |
| Montante pago na aquisição da CBSI | 24.000 | (ii) |
| Preço de compra considerado para a combinação de negócios | 32.775 | |

- i. 50% da participação detida anteriormente à aquisição;
- ii. Valor total pago por mais 50% da empresa CBSI.

De acordo com o CPC 15 – Combinação de Negócios, a participação detida pela Companhia faz parte da contraprestação transferida.

Abaixo são apresentados os valores resultantes da combinação de negócios:

| Premissas | R\$ |
|--|---------------|
| Contraprestação paga para aquisição de outros 50% da CBSI | 24.000 |
| Valor justo da participação detida anteriormente pela CSN | 8.775 |
| Contraprestação total paga pela aquisição da CBSI | 32.775 |
| Valor justo do patrimônio líquido da CBSI na data de aquisição | (17.550) |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) | 15.225 |

O goodwill é um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, os quais não são individualmente identificados e separadamente reconhecidos. O mesmo encontra-se alocado em conta separada nas demonstrações financeiras individuais no grupo de investimentos e no grupo de intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

A seguir é apresentado o Balanço Patrimonial dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 29 de novembro de 2019:

| | |
|-------------------------------------|----------------|
| ATIVO | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.656 |
| Contas a receber | 67.340 |
| Impostos diferidos | 476 |
| Outros ativos | 11.301 |
| Estoques | 16.939 |
| Imobilizado | 9.123 |
| Intangível | 348 |
| Total dos ativos adquiridos | 108.183 |
| PASSIVO | |
| Empréstimos e financiamentos | 19.781 |
| Fornecedores | 15.564 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 32.855 |
| Obrigações fiscais | 1.950 |
| Provisões | 5.369 |
| Outras obrigações | 15.114 |
| Total dos passivos assumidos | 90.633 |
| Patrimônio líquido adquirido | 17.550 |

- **TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("TLSA")**

Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Eliseu Martins-Trindade, Trindade-Salgueiro, Salgueiro-Porto Suape, Salgueiro - Missão Velha e Missão Velha – Pecém (Malha II).

Encontra-se em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II. O cronograma aprovado, que previa o término da obra para janeiro de 2017, está atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis, conforme descrito no item 27.b. Sua Administração entende que novos prazos para a conclusão do projeto não implicarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento.

No decorrer do ano de 2017, os demais acionistas da TLSA subscreveram 2.912.997 ações no montante de R\$153.253, diluindo a participação da CSN no capital social da TLSA para 46,30%. Em decorrência das operações descritas acima e da variação na participação dos sócios no capital social da TLSA em 2017, a Companhia registrou um ganho no montante de R\$2.814 registrado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Em maio de 2019 o Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR transferiu para a CSN, BNDES e BNDESPAR, 1.677.816 (um milhão seiscentas e setenta e sete mil e oitocentas e dezesseis) ações preferencias nominativas classe "B, das quais 501.789 (quinhentas e uma mil, setecentas e oitenta e nove) ações foram transferidas especificamente para a CSN. Em 31/12/2019, a participação da Companhia no capital da TLSA é de 47,26% do capital total e de 92,60% do capital votante.

A Administração conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, conforme descrito no item 27.b, os quais espera que estejam disponíveis, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Após avaliação deste assunto, a Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Neste sentido, a TLSA realizou um teste de recuperabilidade de seus ativos próprios de longa duração utilizando-se do método do fluxo de caixa descontado. Para a realização do teste, a TLSA adotou as seguintes principais premissas:

Mensuração do Valor Recuperável:

| Projeção do fluxo de caixa | Até 2057 |
|-------------------------------------|---|
| Margem bruta | Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado |
| Estimativa de custos | Custos baseados em estudo e tendências de mercado |
| Taxa de crescimento na perpetuidade | Não foi considerada taxa de crescimento em decorrência do modelo projetar até o final da concessão. |
| Taxa de desconto | Varia de 5,09% a 6,98% em termos reais |

Adicionalmente, a CSN, como investidora, realizou o seu teste de recuperabilidade da sua participação na TLSA através da capacidade de distribuição de dividendos pela TLSA, metodologia conhecida como Dividend Discount Model, ou DDM, para remunerar o capital investido por seus acionistas. Para a realização desse teste, alguns fatores foram levados em consideração, tais como:

- O fluxo de dividendos foi extraído do fluxo de caixa nominal da TLSA;
- O fluxo de dividendos foi calculado considerando-se os percentuais de participação anuais, considerando-se as diluições da participação da CSN decorrentes da amortização de dívidas;
- Esse fluxo de dividendos foi então descontado a valor presente usando-se o custo do capital próprio (Ke) embutido na taxa WACC da TLSA; e
- Esse Ke extraído foi aquele calculado na “rolling WACC” da TLSA.

Em virtude do compartilhamento dos riscos dos investidores e pelo fato do ativo que está sendo testado representar a própria unidade geradora de caixa, que por sua vez iguala-se à entidade legal, o risco determinado pela administração da CSN é o mesmo aplicado pela TLSA quando da avaliação do investimento dos seus próprios ativos, não cabendo fator de risco adicional ao modelo.

Como resultado do teste efetuado, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* desse investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

8.e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

• STAHLWERK THÜRINGEN GMBH (“SWT”)

A SWT foi constituída a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha. A SWT produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano. A SWT é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U., subsidiária da CSN.

• COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC (“CSN LLC”)

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., a CSN LLC, planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização, sua capacidade instalada de produção é de 800 mil toneladas/ano. A CSN LLC é controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U. após fusão, anteriormente CSN Americas S.L.U., subsidiária da CSN.

Em 05 de junho de 2018 a CSN LLC teve sua razão social alterada para “Heartland Steel Processing, LLC”. Na mesma data, foi constituída nova sociedade, sob a denominação de “Companhia Siderúrgica Nacional, LLC”, subsidiária integral da Heartland Steel Processing, LLC. Em 28 de junho de 2018 a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC., passou a ser subsidiária integral da CSN Steel, em 29 de junho de 2018, a Heartland Steel Processing, LLC., foi vendida para a Steel Dynamics, Inc. (“SDI”) pelo preço base de transação de US\$ 400 milhões.

A nova “Companhia Siderúrgica Nacional, LLC” é uma importadora e comercializadora de produtos de aço e mantém suas atividades nos Estados Unidos.

- **LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. (“Lusosider”)**

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Lusosider dispõe de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e chapa oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

8.f) Outros investimentos

- **PANATLÂNTICA S. A. (“Panatlântica”)**

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento é classificado a valor justo através do resultado.

A Companhia detém atualmente 11,31% (11,33% em 31 de dezembro de 2018) do capital social total da Panatlântica.

- **USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS (“USIMINAS”)**

A USIMINAS possui sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do país, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 09 de abril de 2014, o CADE proferiu decisão a respeito das ações da Usiminas detidas pela CSN, tendo a CSN firmado um Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”), com o CADE a respeito. Nos termos da decisão do CADE e do TCD, a CSN deve reduzir sua participação na USIMINAS, dentro de um prazo especificado. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos na Usiminas continuarão suspensos até que a Companhia alcance os limites estabelecidos no TCD.

Em fevereiro de 2018 houve venda de 3.136.100 ações preferenciais (USIM5) detidas pelo fundo exclusivo “VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado”, totalizando R\$39.377.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro 2018 a participação da Companhia no capital da USIMINAS era de 15,19% nas ações ordinárias e 20,29% nas ações preferenciais.

Em dezembro de 2019 a Companhia optou por reclassificar o investimento mensurado a valor justo através do resultado para o ativo circulante mediante nova decisão da administração em relação a manutenção das ações alinhada à sua estratégia de venda de ativos.

A USIMINAS é listada na bolsa de valores de São Paulo (“B3 S.A.”: USIM3 e USIM5).

- **ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. (“Arvedi”)**

Empresa com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a CSN possuía 20,00% de participação no capital social da Arvedi.

8.g) Propriedades para investimento:

A Companhia mantém diversas propriedades com a finalidade de utilizá-las em suas operações, seja para expansões industriais, seja para benefícios aos seus funcionários e às comunidades adjacentes às suas plantas industriais.

Durante o exercício de 2019 a Companhia iniciou estudos técnicos para a exploração de atividades imobiliárias visando a auferição de renda e valorização de capital. Já visando a implantação dessas atividades, durante o exercício de 2019 alguns terrenos e edificações que estavam classificados como imobilizado foram reclassificados para propriedades para investimento conforme demonstrado abaixo:

| | Consolidado | | | Controladora | | |
|--|---------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|
| | Terrenos | Edificações | Total | Terrenos | Edificações | Total |
| Custo | 68.877 | 53.816 | 122.693 | 65.698 | 41.528 | 107.226 |
| Depreciação acumulada | | (21.498) | (21.498) | | (21.498) | (21.498) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 68.877 | 32.318 | 101.195 | 65.698 | 20.030 | 85.728 |

Em 31 de dezembro de 2019 a administração da Companhia estimou o valor justo das propriedades para investimentos em R\$ 1,7 Bilhão.

9. IMOBILIZADO

| | Consolidado | | | | | | |
|---|----------------|------------------------------|--------------------------------------|---------------------|-------------------------|--------------------|-------------------|
| | Terrenos | Edificações e Infraestrutura | Máquinas, equipamentos e instalações | Móveis e Utensílios | Obras em andamento (ii) | Direito de Uso (i) | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 287.854 | 2.678.638 | 11.687.271 | 30.530 | 3.282.436 | | 18.046.864 |
| Custo | 287.854 | 3.751.429 | 22.426.782 | 165.331 | 3.282.436 | | 30.269.600 |
| Depreciação acumulada | | (1.072.791) | (10.739.511) | (134.801) | | | (12.222.736) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 287.854 | 2.678.638 | 11.687.271 | 30.530 | 3.282.436 | | 18.046.864 |
| Efeito de ajuste de conversão | 1.499 | 2.978 | 8.033 | 106 | 2.464 | | 15.136 |
| Aquisições | 6.125 | 16.116 | 459.460 | 1.763 | 1.924.520 | 43.111 | 2.492.669 |
| Juros capitalizados (notas 24 e 29) | | 13 | | | 117.176 | | 117.189 |
| Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 23) | (2.143) | (130) | (80.426) | (1) | (30.400) | (1.354) | (114.603) |
| Depreciação (nota 22) | | (135.313) | (1.241.026) | (5.999) | | (58.843) | (1.466.219) |
| Transferência entre categorias de ativos | 790 | 294.872 | 1.766.047 | 2.629 | (2.053.290) | | (11.048) |
| Transferências para intangível | | (31) | | | (11.865) | | (11.896) |
| Direito de Uso - Reconhecimento Inicial | | | | | | 640.989 | 640.989 |
| Remensuração do Direito de Uso | | | | | | (151.558) | (151.558) |
| Atualização ARO | | 225.125 | | | | | 225.125 |
| Transferência Imobilizado para PPI | (67.176) | (20.030) | | | (13.989) | | (101.195) |
| Consolidação CBSI | | | 4.940 | (573) | | | 9.123 |
| Outros | | | (680) | | | | (680) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 226.949 | 3.062.238 | 12.603.619 | 28.455 | 3.217.052 | 472.345 | 19.700.944 |
| Custo | 226.949 | 4.250.471 | 24.372.514 | 170.229 | 3.217.052 | 531.044 | 33.154.403 |
| Depreciação acumulada | | (1.188.233) | (11.768.895) | (141.774) | | (58.699) | (13.453.459) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 226.949 | 3.062.238 | 12.603.619 | 28.455 | 3.217.052 | 472.345 | 19.700.944 |

| | Controladora | | | | | | |
|---|---------------|------------------------------|--------------------------------------|---------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| | Terrenos | Edificações e Infraestrutura | Máquinas, equipamentos e instalações | Móveis e Utensílios | Obras em andamento | Direito de Uso (i) | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 95.107 | 1.047.334 | 7.093.263 | 12.372 | 1.294.908 | | 9.562.973 |
| Custo | 95.107 | 1.323.762 | 13.411.258 | 97.642 | 1.294.908 | | 16.345.781 |
| Depreciação acumulada | | (276.428) | (6.317.995) | (85.270) | | | (6.782.808) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 95.107 | 1.047.334 | 7.093.263 | 12.372 | 1.294.908 | | 9.562.973 |
| Aquisições | 2.165 | 10.873 | 252.218 | 489 | 1.234.123 | 20.461 | 1.525.357 |
| Juros capitalizados (notas 24 e 29) | | | | | 27.961 | | 27.961 |
| Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 23) | (1.954) | | (71.686) | (3) | (15.020) | (1.338) | (90.001) |
| Depreciação (nota 22) | | (35.732) | (647.336) | (2.379) | | (22.396) | (711.809) |
| Transferências entre categorias de ativos | 788 | 21.009 | 969.835 | (6) | (995.276) | | 3.650 |
| Transferência para intangível | | | | | (10.115) | | (10.115) |
| Direito de Uso - Reconhecimento Inicial | | | | | | 61.072 | 61.072 |
| Remensuração do Direito de Uso | | | | | | (13.626) | (13.626) |
| Transferência Imobilizado para PPI | (65.698) | (20.030) | | | | | (85.728) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 30.408 | 1.023.454 | 7.596.294 | 10.473 | 1.536.581 | 44.173 | 10.266.084 |
| Custo | 30.408 | 1.309.542 | 14.333.445 | 98.103 | 1.536.581 | 66.435 | 17.506.267 |
| Depreciação acumulada | | (286.088) | (6.737.151) | (87.630) | | (22.262) | (7.240.183) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 30.408 | 1.023.454 | 7.596.294 | 10.473 | 1.536.581 | 44.173 | 10.266.084 |

(*) Referem-se substancialmente no consolidado ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos, minas e dormentes e no grupo benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares.

(i) Direito de uso

Abaixo as movimentações do direito de uso reconhecidos em 31 de dezembro de 2019:

| | Consolidado | | | | |
|--|----------------|------------------------------|--------------------------------------|---------------|----------------|
| | Terrenos | Edificações e Infraestrutura | Máquinas, equipamentos e instalações | Outros | Total |
| Reconhecimento Inicial - Direito de Uso | 556.133 | 54.513 | 9.783 | 20.560 | 640.989 |
| Adição | | 6.719 | 34.197 | 2.195 | 43.111 |
| Remensuração | (152.915) | 12.112 | (4.525) | (6.230) | (151.558) |
| Depreciação | (21.314) | (9.190) | (15.311) | (13.028) | (58.843) |
| Baixa | (1.338) | | | (16) | (1.354) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 380.566 | 64.154 | 24.144 | 3.481 | 472.345 |
| Custo | 401.746 | 73.344 | 39.455 | 16.499 | 531.044 |
| Depreciação acumulada | (21.180) | (9.190) | (15.311) | (13.018) | (58.699) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 380.566 | 64.154 | 24.144 | 3.481 | 472.345 |

| | Controladora | | | |
|--|---------------|--------------------------------------|---------------|---------------|
| | Terrenos | Máquinas, equipamentos e instalações | Outros | Total |
| Reconhecimento Inicial - Direito de Uso | 37.864 | 9.784 | 13.424 | 61.072 |
| Adição | | 20.461 | | 20.461 |
| Remensuração do Direito de Uso | 1.326 | (4.526) | (10.426) | (13.626) |
| Depreciação | (7.707) | (12.139) | (2.550) | (22.396) |
| Baixa | (1.338) | | | (1.338) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 30.145 | 13.580 | 448 | 44.173 |
| Custo | 37.719 | 25.719 | 2.997 | 66.435 |
| Depreciação acumulada | (7.574) | (12.139) | (2.549) | (22.262) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 30.145 | 13.580 | 448 | 44.173 |

(ii) Obras em andamento

A abertura dos projetos que compõem as obras em andamento é a seguinte:

| | Consolidado | | | | |
|---------------------------------|---|----------------|-------------------------------|------------------|------------------|
| | Descrição do projeto | Data de início | Data de previsão de conclusão | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Logística | | | | | |
| | Investimentos correntes para continuidade das operações atuais. | | | 81.944 | 89.595 |
| | | | | 81.944 | 89.595 |
| Mineração | | | | | |
| | Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra. | 2007 | 2020 | (1) 883.742 | 844.194 |
| | Expansão da capacidade de exportação do TECAR. | 2009 | 2022 | (2) 303.965 | 289.298 |
| | Investimentos correntes para manutenção das operações atuais. | | | 389.510 | 725.616 |
| | | | | 1.577.217 | 1.859.108 |
| Siderurgia | | | | | |
| | Fornecimento de 16 carros torpedos para operação na Siderurgia. | 2008 | 2020 | 75.582 | 94.920 |
| | Investimentos correntes para continuidade das operações atuais. | | | (3) 811.049 | 558.922 |
| | | | | 886.631 | 653.842 |
| Cimentos | | | | | |
| | Construção das fábricas de cimento. | 2011 | 2023 | (4) 577.712 | 585.163 |
| | Investimentos correntes para continuidade das operações atuais. | | | 93.548 | 94.728 |
| | | | | 671.260 | 679.891 |
| Total Obras em andamento | | | | 3.217.052 | 3.282.436 |

- (1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1;
 (2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;
 (3) Refere-se substancialmente a modernização tecnológica das máquinas de corrida contínua, aumento de eficiência nas linhas de zincagem e acordo contratual firmado para fornecimento de novos equipamentos;
 (4) Refere-se substancialmente aquisições de novas Plantas Integradas de Cimento.

As médias de vidas úteis estimadas para os exercícios são as seguintes (em anos):

| | Consolidado | | Controladora | |
|--------------------------------------|-------------|------------|--------------|------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Edificações | 38 | 38 | 41 | 41 |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 21 | 22 | 22 | 24 |
| Móveis e utensílios | 12 | 11 | 12 | 11 |
| Outros | 14 | 15 | 14 | 13 |

9.a) Juros Capitalizados

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$ 117.189 no consolidado e R\$ 27.961 na controladora em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018, R\$71.611 no consolidado e R\$16.683 na controladora). Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos da Mineração que referem substancialmente a: (i) expansão da Casa de Pedra (MG) e TECAR (RJ), vide notas 24 e 29. As taxas dos projetos não específicos em exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é 6,58% (6,31% em 31 de dezembro de 2018).

10. INTANGÍVEL

| | Consolidado | | | | | | | Controladora | | |
|---|-------------|-----------------------|-----------|-------------------|-------------------------|--------|-----------|--------------|---------------------|----------|
| | Ágio | Relações com Clientes | Software | Marcas e patentes | Direitos e Licenças (*) | Outros | Total | Software | Direitos e Licenças | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 3.590.931 | 288.773 | 54.972 | 150.009 | 3.166.999 | 1.491 | 7.253.175 | 49.613 | | 49.613 |
| Custo | 3.831.338 | 573.614 | 161.067 | 150.009 | 3.185.701 | 1.491 | 7.903.220 | 125.768 | | 125.768 |
| Amortização acumulada | (131.077) | (284.841) | (106.095) | | (18.702) | | (540.715) | (76.155) | | (76.155) |
| Ajuste pelo valor recuperável acumulado | (109.330) | | | | | | (109.330) | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 3.590.931 | 288.773 | 54.972 | 150.009 | 3.166.999 | 1.491 | 7.253.175 | 49.613 | | 49.613 |
| Efeito de ajuste de conversão | | 4.711 | 3 | 3.092 | | 33 | 7.839 | | | |
| Aquisições e gastos | | | 1.387 | | | 40 | 1.427 | | | |
| Transferência do imobilizado | | | 7.808 | | 4.088 | | 11.896 | 6.027 | 4.088 | 10.115 |
| Amortização (nota 22) | | (47.345) | (10.657) | | (127) | | (58.129) | (7.588) | (2) | (7.590) |
| Ágio Aquisição 50% CBSI (nota 8 d) | 15.225 | | | | | | 15.225 | | | |
| Consolidação CBSI em 30 de novembro | | | 346 | 2 | | | 348 | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 3.606.156 | 246.139 | 53.859 | 153.103 | 3.170.960 | 1.564 | 7.231.781 | 48.052 | 4.086 | 52.138 |
| Custo | 3.846.563 | 585.407 | 171.152 | 153.103 | 3.189.789 | 1.564 | 7.947.578 | 131.795 | 4.088 | 135.883 |
| Amortização acumulada | (131.077) | (339.268) | (117.293) | | (18.829) | | (606.467) | (83.743) | (2) | (83.745) |
| Ajuste pelo valor recuperável acumulado | (109.330) | | | | | | (109.330) | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 3.606.156 | 246.139 | 53.859 | 153.103 | 3.170.960 | 1.564 | 7.231.781 | 48.052 | 4.086 | 52.138 |

(*) Composto principalmente por direitos minerários. A amortização é pelo volume de produção.

Os prazos de vida útil médios por natureza são os seguintes (em anos):

| | Consolidado | | Controladora | |
|-----------------------|-------------|------------|--------------|------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Software | 9 | 7 | 9 | 8 |
| Relações com clientes | 13 | 13 | | |

10.a) Teste para verificação de impairment

Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e os ativos intangíveis com vida útil indefinida (marcas) foram alocados às divisões operacionais (UGCs) da CSN as quais representam o menor nível de ativos ou grupo de

ativos do Grupo. De acordo com o CPC 01(R1)/IAS36, quando uma UGC possui um ativo intangível sem vida útil definida alocado, a Companhia deve realizar um teste de impairment. As UGCs com ativos intangíveis nessa situação estão apresentadas a seguir:

| Unidade Geradora de Caixa | Segmento | Consolidado | | | | | |
|----------------------------------|------------|------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | | Ágio | | Marcas | | Total | |
| | | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Embalagens ⁽¹⁾ | Siderurgia | 158.748 | 158.748 | | | 158.748 | 158.748 |
| Aços longos ⁽²⁾ | Siderurgia | 235.595 | 235.595 | 153.103 | 150.009 | 388.698 | 385.604 |
| Mineração ⁽³⁾ | Mineração | 3.196.588 | 3.196.588 | | | 3.196.588 | 3.196.588 |
| Outros Siderurgia ⁽⁴⁾ | Siderurgia | 15.225 | | | | 15.225 | |
| | | 3.606.156 | 3.590.931 | 153.103 | 150.009 | 3.759.259 | 3.740.940 |

(1) O ágio da Unidade Geradora de Caixa Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R\$109.330, reconhecido em 2011.

(2) O ágio e a marca registrada no ativo intangível no segmento de aços longos deriva da combinação de negócios da Stahlwerk Thuringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections pela CSN e é considerado ativo com vida útil indefinida, pois se espera que contribua indefinidamente para os fluxos de caixa da Companhia.

(3) Refere-se ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela CSN Mineração concluída em dezembro de 2015, testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

(4) Em 29 de novembro de 2019, a CSN adquiriu a totalidade da participação detida pela CKTR Brasil Serviços Ltda., correspondente a 50% das ações da CBSI, passando a deter 100% do capital social da CBSI.

O teste de impairment do ágio e da marca inclui os ativos imobilizados dessas unidades geradoras de caixa além do saldo do ativo intangível. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso dessas unidades, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento ("Capex") futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2019 são as que seguem:

| | Embalagem | Mineração | Outros Siderurgia | Aços Planos (*) | Logística (**) |
|--|---|--|--|--|---|
| Mensuração do valor recuperável | Fluxo de Caixa Descontado | Fluxo de Caixa Descontado | Fluxo de Caixa Descontado | Fluxo de Caixa Descontado | Fluxo de Caixa Descontado |
| Projeção do Fluxo de Caixa | Até 2029 + perpetuidade | Até 2054 | Até 2029 + perpetuidade | Até 2029 + perpetuidade | Até 2027 |
| Margem bruta | Atualização da margem bruta baseada em dados históricos, incorporação dos impactos da reestruturação do negócio e tendências de mercado. | Reflete projeção de custos em função do avanço do plano de lavra assim como startup e ramp up de projetos. Preços e câmbio projetados conforme relatórios setoriais. | Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado. | Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado. | Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado |
| Atualização dos custos | Atualização dos custos baseados em dados históricos de cada produto e incorporação dos impactos da reestruturação do negócio. | Atualização dos custos baseados em dados históricos, avanço do plano de lavra assim como startup e ramp up de projetos | Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado. | Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado. | Custos baseados em estudo e tendências de mercado |
| Taxa de crescimento na perpetuidade | Sem crescimento. | Sem perpetuidade. | Sem crescimento. | Crescimento de 1,4% a.a. em termos reais atualizada pela inflação de longo prazo de 1,7% a.a. da zona do Euro. | Sem perpetuidade. |
| Taxa de Desconto | Para embalagem, o fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto em torno de 8% a.a. em termos reais. Para mineração, aços planos e outros siderurgia (CBSI), os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto entre 10% a 12% a.a. em termos nominais. Para logística, o fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto entre 5,09% até 5,41% a.a. em termos reais. A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete o risco específico de cada segmento. | | | | |

(*) referem-se aos ativos da controlada Lusosider, localizados em Portugal. A taxa de desconto foi aplicada sobre o fluxo de caixa descontado elaborado em Euros,

moeda funcional desta subsidiária.

(**) referem-se aos ativos da controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Para a controlada SWT – aços longos, a mensuração do valor recuperável foi baseada no valor justo e classificada como Nível 3, com base nos inputs não observáveis que refletem as premissas que os participantes de mercado utilizariam para precificação, incluindo premissas de risco e taxa de desconto.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por impairment dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

| | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|--|--------------------|------------------|------------------------|-------------------|--------------------|------------------|------------------------|-------------------|
| | Passivo Circulante | | Passivo não Circulante | | Passivo Circulante | | Passivo não Circulante | |
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Contratos de dívida no mercado internacional | | | | | | | | |
| Juros variáveis em US\$ | | | | | | | | |
| Pré-Pagamento | 1.769.975 | 1.016.737 | 2.563.928 | 3.830.240 | 1.769.055 | 1.016.737 | 2.362.393 | 3.830.240 |
| Juros fixos em US\$ | | | | | | | | |
| Bonds, Bonds Perpétuos e ACC | (1) 2.047.032 | 2.490.178 | 10.177.517 | 8.613.491 | 52.986 | 478.463 | | |
| Intercompany | | | | | 1.549.329 | 3.053.435 | 7.344.014 | 3.612.811 |
| Juros fixos em EUR | | | | | | | | |
| Intercompany | | | | | 655 | 16.988 | 1.241.360 | 997.809 |
| Outros | 223.204 | 181.056 | 147.241 | 106.535 | | | | |
| | 4.040.211 | 3.687.971 | 12.888.686 | 12.550.266 | 3.372.025 | 4.565.623 | 10.947.767 | 8.440.860 |
| Contratos de dívida no Brasil | | | | | | | | |
| Títulos com juros variáveis em R\$ | | | | | | | | |
| BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB | (2) 1.086.985 | 1.890.451 | 10.049.783 | 10.710.678 | 1.026.230 | 1.827.769 | 8.799.642 | 9.314.315 |
| Títulos com juros fixos em R\$ | | | | | | | | |
| Intercompany | 25.038 | | | | 25.038 | | 27.507 | |
| Pré-Pagamento | | 103.375 | | | | 103.375 | | |
| | 1.112.023 | 1.993.826 | 10.049.783 | 10.710.678 | 1.051.268 | 1.931.144 | 8.827.149 | 9.314.315 |
| Total de Empréstimos e Financiamentos | 5.152.234 | 5.681.797 | 22.938.469 | 23.260.944 | 4.423.293 | 6.496.767 | 19.774.916 | 17.755.175 |
| Custos de Transação e Prêmios de Emissão | (26.391) | (28.358) | (97.276) | (87.309) | (26.453) | (22.379) | (72.296) | (67.967) |
| Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação | 5.125.843 | 5.653.439 | 22.841.193 | 23.173.635 | 4.396.840 | 6.474.388 | 19.702.620 | 17.687.208 |

(1) Em abril de 2019 a Companhia emitiu por meio de sua controlada CSN Resources títulos representativos de dívida no mercado externo ("Bonds"), no valor de USD 1 bilhão, sendo USD400 milhões com vencimento em fevereiro de 2023 e USD600 milhões com vencimento em abril de 2026, ambos com juros de 7,625% a.a. Entre abril e maio de 2019 a Companhia promoveu oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A, tendo sido recomprados USD 1 bilhão em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. Em julho de 2019 a Companhia emitiu por meio de sua controlada CSN Resources títulos representativos de dívida no mercado externo ("Bonds"), no valor de US\$ 175 milhões, com vencimento em fevereiro de 2023 e juros de 7,625% a.a. e efetuou o pagamento final da dívida em mercado externo ("Notes"), emitidos pela empresa CSN Islands XI Corp em setembro 2019 no valor de US\$ 142 milhões.

(2) Em janeiro de 2019 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado interno ("Debêntures"), no valor de R\$1.950 milhões, com vencimento em 2023 e juros de 126,8% do CDI.

Na tabela a seguir demonstra a taxa média de juros:

| Consolidado | | | Controladora | |
|-------------|-------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|
| 31/12/2019 | | | 31/12/2019 | |
| | Taxa de juros média (i) | Dívida Total | Taxa de juros média (i) | Dívida Total |
| US\$ | 6,66% | 16.558.452 | 6,70% | 13.077.777 |
| R\$ | 5,71% | 11.161.806 | 5,67% | 9.878.417 |
| EUR | 2,20% | 370.445 | 2,20% | 1.242.015 |
| | | 28.090.703 | | 24.198.209 |

(i) Para determinar a taxa média de juros dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou as taxas aplicadas em 31 de dezembro de 2019. Na Controladora considera a taxa de juros dos contratos *intercompany*.

11.a) Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

| | | | | Consolidado | Controladora |
|-----------------|-----------------------|---------------------|----------------------------|-------------------|-------------------|
| | | | | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| | | | | Principal | Principal |
| | Empréstimos Bancários | Mercado de Capitais | Agencia de Desenvolvimento | Total | Total |
| 2021 | 2.884.003 | 636.667 | 55.636 | 3.576.306 | 2.956.113 |
| 2022 | 2.700.341 | 556.666 | 54.836 | 3.311.843 | 6.440.194 |
| 2023 | 2.945.897 | 4.378.398 | 53.957 | 7.378.252 | 3.247.287 |
| 2024 | 1.575.437 | | 64.746 | 1.640.183 | 5.220.555 |
| 2025 | | | 68.595 | 68.595 | 456.969 |
| Após 2025 | | 2.418.420 | 514.170 | 2.932.590 | 1.453.798 |
| Bonds Perpétuos | | 4.030.700 | | 4.030.700 | |
| | 10.105.678 | 12.020.851 | 811.940 | 22.938.469 | 19.774.916 |

11.b) Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

| | | Consolidado | | Controladora | |
|-------------------------------------|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Saldo Inicial | | 28.827.074 | 29.510.844 | 24.161.596 | 29.033.017 |
| Captações ⁽¹⁾ | | 10.149.381 | 2.154.471 | 6.798.683 | 602.110 |
| Amortização principal | | (11.775.093) | (5.019.978) | (7.431.176) | (6.098.209) |
| Pagamentos de encargos | | (2.039.112) | (2.141.710) | (1.400.496) | (1.670.988) |
| Provisão de encargos (nota 24) | | 1.996.305 | 2.009.688 | 1.376.862 | 1.541.639 |
| Consolidação CBSI em 30 de novembro | | 19.722 | | | |
| Baixa - alienação LLC | | | (10.544) | | |
| Outros ⁽²⁾ | | 788.759 | 2.324.303 | 593.991 | 754.027 |
| Saldo final | | 27.967.036 | 28.827.074 | 24.099.460 | 24.161.596 |

- Das captações ocorridas no Consolidado em 2019 R\$ 100.661(R\$10.792 em 31 de dezembro de 2018) se referem a captação para aquisição de imobilizado – vide nota 29.
- Inclusas variações cambiais e monetárias não realizadas.

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo captou e amortizou empréstimos conforme demonstrado abaixo:

- **Captações e Amortizações**

| | | | Consolidado |
|--|-------------------|---------------------------|--------------------------|
| | | | 31/12/2019 |
| Natureza de captação | Captações | Amortizações de principal | Amortizações de encargos |
| Pré - Pagamento | 805.288 | (1.596.711) | (319.257) |
| Bonds, Bonds Perpétuos, ACC e Facility | 6.616.544 | (5.959.029) | (882.007) |
| BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB | 2.727.549 | (4.219.353) | (837.848) |
| | 10.149.381 | (11.775.093) | (2.039.112) |

- **Covenants**

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores financeiros, além da divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou ainda pagamento de comissão por assunção de risco caso determinados indicadores financeiros atinja os patamares previstos em referidos contratos. A Companhia encontra-se adimplente em relação às obrigações financeiras e não financeiras (covenants) de seus contratos vigentes. No exercício de 2019 a Companhia possui provisionado no Consolidado e na Controladora R\$10.531 (em 31 de dezembro de 2018 no Consolidado R\$38.134 e na Controladora R\$14.031) de comissão por assunção de riscos.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia pode operar com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também pode operar com instrumentos financeiros derivativos, como operações de *swap* cambial, *swap* de juros e *swap* de commodity.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadoria e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria de curto prazo. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

- **Classificação de instrumentos financeiros**

| Consolidado | Consolidado | | | | | | |
|--------------------------------------|-------------|-----------------------------------|----------------------------------|------------|-----------------------------------|----------------------------------|------------|
| | | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
| | Notas | Valor Justo por meio do resultado | Mensurados pelo custo amortizado | Saldos | Valor Justo por meio do resultado | Mensurados pelo custo amortizado | Saldos |
| Ativo | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 3 | | 1.088.955 | 1.088.955 | | 2.248.004 | 2.248.004 |
| Aplicações financeiras | 4 | | 2.633.173 | 2.633.173 | | 895.713 | 895.713 |
| Contas a Receber | 5 | | 2.047.931 | 2.047.931 | | 2.078.182 | 2.078.182 |
| Dividendos a receber | 7 | | 44.554 | 44.554 | | 46.171 | 46.171 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 7 | 1.364 | | 1.364 | 351 | | 351 |
| Títulos para negociação | 7 | 4.034 | | 4.034 | 4.503 | | 4.503 |
| Empréstimos - partes relacionadas | 7 | | | | | 2.675 | 2.675 |
| Total | | 5.398 | 5.814.613 | 5.820.011 | 4.854 | 5.270.745 | 5.275.599 |
| | | | | | | | |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Aplicações Financeiras | 4 | | 95.719 | 95.719 | | 7.772 | 7.772 |
| Outros títulos a receber | 7 | | 7.059 | 7.059 | | 7.451 | 7.451 |
| Empréstimo compulsório da Eletrobrás | 7 | | 845.284 | 845.284 | | 813.428 | 813.428 |
| Empréstimos - partes relacionadas | 7 | | 846.300 | 846.300 | | 706.605 | 706.605 |
| Investimentos | 8 | 47.300 | | 47.300 | 2.279.189 | | 2.279.189 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 7 | 4.203 | | 4.203 | | | |
| Total | | 51.503 | 1.794.362 | 1.845.865 | 2.279.189 | 1.535.256 | 3.814.445 |
| Total Ativo | | 56.901 | 7.608.975 | 7.665.876 | 2.284.043 | 6.806.001 | 9.090.044 |
| | | | | | | | |
| Passivo | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | | 5.152.234 | 5.152.234 | | 5.681.797 | 5.681.797 |
| Arrendamento | 13.a | | 35.040 | 35.040 | | | |
| Fornecedores | | | 3.012.654 | 3.012.654 | | 3.408.056 | 3.408.056 |
| Fornecedores - Risco Sacado | 13 | | 1.121.312 | 1.121.312 | | 65.766 | 65.766 |
| Dividendos e JCP | 13 | | 13.252 | 13.252 | | 932.005 | 932.005 |
| Total | | | 9.334.492 | 9.334.492 | | 10.087.624 | 10.087.624 |
| | | | | | | | |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | | 22.938.469 | 22.938.469 | | 23.260.944 | 23.260.944 |
| Arrendamento | 13.a | | 439.350 | 439.350 | | | |
| Total | | | 23.377.819 | 23.377.819 | | 23.260.944 | 23.260.944 |
| | | | | | | | |
| Total Passivo | | | 32.712.311 | 32.712.311 | | 33.348.568 | 33.348.568 |

| Controladora | Controladora | | | | | | |
|--------------------------------------|--------------|-----------------------------------|----------------------------------|------------|-----------------------------------|----------------------------------|------------|
| | | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
| | Notas | Valor Justo por meio do resultado | Mensurados pelo custo amortizado | Saldos | Valor Justo por meio do resultado | Mensurados pelo custo amortizado | Saldos |
| Ativo | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 3 | | 392.107 | 392.107 | | 539.853 | 539.853 |
| Aplicações financeiras | 4 | | 2.596.424 | 2.596.424 | | 882.997 | 882.997 |
| Contas a Receber | 5 | | 1.691.643 | 1.691.643 | | 1.965.817 | 1.965.817 |
| Dividendos a receber | 7 | | 33.447 | 33.447 | | 259.186 | 259.186 |
| Títulos para negociação | 7 | 3.875 | | 3.875 | 4.352 | | 4.352 |
| Empréstimos - partes relacionadas | 7 | | | | | 22.807 | 22.807 |
| Total | | 3.875 | 4.713.621 | 4.717.496 | 4.352 | 3.670.660 | 3.675.012 |
| | | | | | | | |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Aplicações Financeiras | 4 | | 95.719 | 95.719 | | | |
| Outros títulos a receber | 7 | | 1.109 | 1.109 | | 1.213 | 1.213 |
| Empréstimo compulsório da Eletrobrás | 7 | | 844.438 | 844.438 | | 812.803 | 812.803 |
| Empréstimos - partes relacionadas | 7 | | 883.394 | 883.394 | | 588.285 | 588.285 |
| Investimentos | 8 | 47.300 | | 47.300 | 2.279.189 | | 2.279.189 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 7 | 4.203 | | 4.203 | | | |
| Total | | 51.503 | 1.824.660 | 1.876.163 | 2.279.189 | 1.402.301 | 3.681.490 |
| Total Ativo | | 55.378 | 6.538.281 | 6.593.659 | 2.283.541 | 5.072.961 | 7.356.502 |
| | | | | | | | |
| Passivo | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | | 4.423.293 | 4.423.293 | | 6.496.767 | 6.496.767 |
| Arrendamento | 13.a | | 17.269 | 17.269 | | | |
| Fornecedores | | | 2.506.244 | 2.506.244 | | 2.655.091 | 2.655.091 |
| Fornecedores - Risco Sacado | 13 | | 1.121.312 | 1.121.312 | | 65.766 | 65.766 |
| Dividendos e JCP | 13 | | 13.252 | 13.252 | | 900.541 | 900.541 |
| Total | | | 8.081.370 | 8.081.370 | | 10.118.165 | 10.118.165 |
| | | | | | | | |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | | 19.774.916 | 19.774.916 | | 17.755.175 | 17.755.175 |
| Arrendamento | 13.a | | 28.671 | 28.671 | | | |
| Total | | | 19.803.587 | 19.803.587 | | 17.755.175 | 17.755.175 |
| Total Passivo | | | 27.884.957 | 27.884.957 | | 27.873.340 | 27.873.340 |

- Mensuração do valor justo**

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado classificando-os de acordo com a hierarquia de valor justo:

| Consolidado | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
|--|---------------|--------------|---------------|------------------|------------|------------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Saldos | Nível 1 | Nível 2 | Saldos |
| Ativo | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado | | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 1.364 | 1.364 | | 351 | 351 |
| Títulos para negociação | 4.034 | | 4.034 | 4.503 | | 4.503 |
| Não Circulante | | | | | | |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado | | | | | | |
| Investimentos | 47.300 | | 47.300 | 2.279.189 | | 2.279.189 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 4.203 | 4.203 | | | |
| Total Ativo | 51.334 | 5.567 | 56.901 | 2.283.692 | 351 | 2.284.043 |

Nível 1 – Os dados são de preços cotados em mercado ativo para itens idênticos aos ativos e passivos que estão sendo mensurados.

Nível 2 – Considera *inputs* observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos.

Não há ativos ou passivos classificados no nível 3.

II – Investimentos em títulos avaliados pelo valor justo por meio do resultado

A Companhia possui ações ordinárias (USIM3), preferenciais (USIM5) da Usiminas (“Ações Usiminas”) e ações da Panatlântica S.A. (PATI3) que são designadas como valor justo por meio do resultado.

As ações da Usiminas estão classificadas como ativo circulante em aplicações financeiras e as ações da Panatlântica em ativo não circulante sob a rubrica de investimento. Estão registradas ao valor justo (*fair value*), baseado na cotação de preço de mercado na B3.

De acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente na demonstração do resultado na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais.

| Classe das Ações | 31/12/2019 | | | | 31/12/2018 | | | | 31/12/2019 |
|------------------|-------------|------------------|---------|------------------|-------------|------------------|---------|------------------|---|
| | Quantidade | Participação (%) | Cotação | Saldo Contábil | Quantidade | Participação (%) | Cotação | Saldo Contábil | Valor Justo por meio do resultado (nota 23) |
| USIM3 | 107.156.651 | 15,19% | 9,87 | 1.057.636 | 107.156.651 | 15,19% | 11,44 | 1.225.872 | (168.236) |
| USIM5 | 111.144.456 | 29,29% | 9,51 | 1.056.984 | 111.144.456 | 29,29% | 9,22 | 1.024.751 | 32.232 |
| | | | | 2.114.620 | | | | 2.250.623 | (136.004) |
| PATI3 | 2.065.529 | 11,31% | 22,90 | 47.300 | 1.997.642 | 11,33% | 14,30 | 28.566 | 17.224 |
| | | | | 2.161.920 | | | | 2.279.189 | (118.780) |

• Riscos de preço de mercado de ações

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos avaliados pelo valor justo por meio do resultado que possuem suas cotações baseado no preço de mercado na B3.

III – Gestão de riscos financeiros:

A Companhia segue estratégias de gerenciamento de riscos, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Companhia pode administrar alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, não associados a qualquer negociação especulativa ou venda a descoberto.

12.a) Risco de taxa de câmbio e de taxa de juros:

• Risco de taxa de câmbio:

A exposição decorre da existência de ativos e passivos denominados em Dólar ou Euro, uma vez que a moeda funcional da Companhia é substancialmente o Real e é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos de *hedge* adotados pela CSN.

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2019 | |
|--|-----------------------|----------------------|
| Exposição Cambial | (Valores em US\$ mil) | (Valores em €\$ mil) |
| Caixa e equivalente no exterior | 105.485 | 10.937 |
| Contas a receber | 346.264 | 1.179 |
| Outros Ativos | 3.516 | 5.815 |
| Total Ativo | 455.265 | 17.931 |
| Empréstimos e financiamentos | (4.096.899) | (24.395) |
| Fornecedores | (69.284) | (10.488) |
| Outros Passivos | (2.680) | (963) |
| Total Passivo | (4.168.863) | (35.846) |
| Exposição bruta | (3.713.598) | (17.915) |
| Hedge accounting de fluxo de caixa | 2.530.713 | |
| Sw ap CDI x Dólar | 67.000 | |
| Hedge de investimento líquido no exterior | | 24.000 |
| Exposição cambial líquida | (1.115.885) | 6.085 |
| Bonds Perpétuos | 1.000.000 | |
| Exposição cambial líquida excluindo Bonds perpétuos | (115.885) | 6.085 |

A CSN utiliza como estratégia o *Hedge Accounting*, bem como instrumentos financeiros derivativos para proteção dos fluxos de caixa futuros da CSN.

• Risco de taxa de juros:

Esse risco decorre de passivos de curto e longo prazo com taxas de juros pré ou pós fixadas e índices de inflação.

No item 12.b), demonstramos os derivativos e estratégias de *hedge* para a proteção dos riscos de câmbio.

12.b) Instrumentos de proteção: Derivativos e hedge accounting de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido no exterior

A CSN utiliza instrumentos para a proteção do risco cambial e do risco de taxa de juros, conforme demonstrado nos tópicos a seguir:

• Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos

Swap cambial Dólar x Euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro.

Swap cambial CDI x Dólar

A Companhia tem operações com derivativos junto ao Banco Bradesco para proteger sua dívida em NCE captada em setembro de 2019 com vencimento em outubro de 2023 no montante de US\$ 67 milhões (equivalente a R\$ 278 milhões) com custo compatível com o usualmente praticado pela Companhia.

| Contrapartes | Vencimento da operação | Moeda Notional | Notional | Consolidado 31/12/2019 | | | |
|--|------------------------|----------------|---------------|------------------------|------------------|---------------------------|--|
| | | | | Valorização (R\$) | | Valor Justo (mercado) | Efeito no resultado financeiro em 2019 |
| | | | | Posição Ativa | Posição Passiva | Valor a Receber / (Pagar) | |
| BCP | 07/02/2020 | Dólar | 12.875 | 51.923 | (50.559) | 1.364 | 783 |
| Total swap cambial dólar x euro | | | 12.875 | 51.923 | (50.559) | 1.364 | 783 |
| Bradesco | 02/10/2023 | Dólar | 67.000 | 298.385 | (294.182) | 4.203 | 4.203 |
| Total Swap CDI x dólar | | | 67.000 | 298.385 | (294.182) | 4.203 | 4.203 |
| | | | | 350.308 | (344.741) | 5.567 | 4.986 |

Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado

| Instrumentos | Ativo | | | 31/12/2019 |
|-------------------|--------------|----------------|--------------|--|
| | Circulante | Não Circulante | | Resultado financeiro líquido (nota 24) |
| | | | Total | |
| Swap dólar x euro | 1.364 | | 1.364 | 783 |
| Swap CDI x dólar | | 4.203 | 4.203 | 4.203 |
| | 1.364 | 4.203 | 5.567 | 4.986 |

Hedge accounting de fluxo de caixa

A Companhia designa formalmente relações de *hedge* de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar referente a vendas realizadas em dólar.

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial no resultado da Companhia, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de *hedge* de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento das flutuações do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de *hedge* não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2019, estão designados US\$2.530.713 em exportações a serem realizadas entre outubro de 2019 até abril de 2026.

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do *hedge* está alinhada ao objetivo e à estratégia de gestão de riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de dívida em montantes equivalentes à parcela das exportações futuras. A Companhia realiza contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração, bem como os montantes efetivamente exportados.

Por meio do *Hedge Accounting*, os ganhos e perdas com variações cambiais dos instrumentos financeiros de dívida não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas.

O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de *hedge* em 31 de dezembro de 2019:

| | | | | | | | | | 31/12/2019 |
|--------------------|--|---|--------------------------------|-------------------------------------|----------------------|---------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--|
| Data de Designação | Instrumento de Hedge | Objeto de hedge | Tipo de risco protegido | Período de proteção | Câmbio de Designação | Montantes designados (US\$ mil) | Parceladas amortizadas (US\$ mil) | Efeito no Resultado (*) (R\$ mil) | Saldo registrado no patrimônio líquido (R\$ mil) |
| 03/11/2014 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Outubro de 2016 a Setembro de 2019 | 2,4442 | 500.000 | (500.000) | (384.346) | |
| 01/12/2014 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Outubro de 2015 a Fevereiro de 2019 | 2,5601 | 175.000 | (175.000) | (23.184) | |
| 18/12/2014 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Maio de 2020 | 2,6805 | 30.000 | | | (40.506) |
| 18/12/2014 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Maio de 2020 | 2,678 | 35.000 | | | (47.345) |
| 18/12/2014 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Maio de 2020 | 2,6760 | 35.000 | | | (47.409) |
| 21/07/2015 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Julho de 2019 a Março 2021 | 3,1813 | 60.000 | (15.000) | (11.254) | (38.223) |
| 23/07/2015 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Julho de 2019 a Março 2021 | 3,2850 | 100.000 | (25.000) | (14.676) | (55.928) |
| 23/07/2015 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Agosto de 2018 a Outubro de 2022 | 3,2850 | 30.000 | (12.000) | (4.315) | (13.423) |
| 24/07/2015 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Agosto de 2018 a Outubro de 2022 | 3,3254 | 100.000 | (40.000) | (13.574) | (42.318) |
| 27/07/2015 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Agosto de 2018 a Outubro de 2022 | 3,3557 | 25.000 | (10.000) | (3.242) | (10.125) |
| 27/07/2015 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Agosto de 2018 a Outubro de 2022 | 3,3557 | 70.000 | (28.000) | (9.077) | (28.350) |
| 27/07/2015 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Agosto de 2018 a Outubro de 2022 | 3,3557 | 30.000 | (12.000) | (3.890) | (12.150) |
| 28/07/2015 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Agosto de 2018 a Outubro de 2022 | 3,3815 | 30.000 | (12.000) | (4.004) | (11.686) |
| 03/08/2015 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Julho de 2018 a Outubro de 2022 | 3,3940 | 355.000 | (84.091) | (12.990) | (172.488) |
| 02/04/2018 | Bonds | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Julho de 2018 a Fevereiro de 2023 | 3,3104 | 1.170.045 | (644.000) | (305.801) | (378.915) |
| 31/07/2019 | Bonds e Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Janeiro de 2020 a Abril de 2026 | 3,7649 | 1.342.759 | | | (356.904) |
| Total | | | | | | 4.087.804 | (1.557.091) | (790.353) | (1.255.770) |

(*) Em 2019 foi registrado em Outras Operacionais o montante de (R\$790.353). Em 31 de dezembro de 2018, (R\$370.191).

Nas relações de *hedge* descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes.

A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada como segue:

| | 31/12/2018 | Movimento | Realização | 31/12/2019 |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|
| Hedge accounting de fluxo de caixa | 1.441.295 | 604.828 | (790.353) | 1.255.770 |
| Valor justo do hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos | 1.441.295 | 604.828 | (790.353) | 1.255.770 |

Em 31 de dezembro de 2019 as relações de *hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos e retrospectivos realizados. Desta forma, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* foi registrada.

- Hedge de investimento líquido no exterior**

A CSN possui exposição cambial natural em Euro decorrente substancialmente de empréstimo realizado por controlada no exterior com moeda funcional em Reais para a aquisição de investimentos no exterior, cuja moeda funcional é o Euro. A referida exposição decorre da conversão dos balanços dessas controladas para a consolidação na CSN, sendo que a variação cambial dos empréstimos afetava a demonstração do resultado, na rubrica de resultado financeiro e a variação cambial dos ativos líquidos do exterior afetava diretamente o patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

A partir de 1º de setembro de 2015 a CSN passou a adotar o *hedge* de investimento líquido com a finalidade de eliminar essa exposição e cobrir futuras oscilações do Euro sobre esses empréstimos. Foram designados passivos financeiros não derivativos, representados por contratos de empréstimos com instituições financeiras no montante de €120 milhões. Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2019 relativo à designação são os seguintes:

| Data de Designação | Instrumento de Hedge | Objeto de hedge | Tipo de risco protegido | Câmbio de Designação | Montantes designados (EUR mil) | Parcelas amortizadas (US\$ mil) | 31/12/2019 Impacto sobre o patrimônio líquido |
|--------------------|---|---|-------------------------------|----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--|
| 30/09/2015 | Passivo financeiro não derivativo em EUR - Contrato de Dívida | Investimentos em coligadas cujo a moeda funcional é EUR | Cambial - taxa spot R\$ x EUR | 4,0825 | 120.000 | (96.000) | 1.469 |
| Total | | | | | 120.000 | (96.000) | 1.469 |

A movimentação dos valores relativos ao *hedge* de investimento líquido registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro 2019 é demonstrada como segue:

| | 31/12/2018 | Movimento | 31/12/2019 |
|---|--------------|----------------|--------------|
| Hedge de investimento líquido no exterior | 3.941 | (2.472) | 1.469 |
| Valor justo do hedge de investimento líquido | 3.941 | (2.472) | 1.469 |

Em 31 de dezembro de 2019 as relações de *hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Desta forma, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge* foi registrada.

12.c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais e de taxa de juros.

- Análise de sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos e Exposição Cambial Consolidada**

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2019.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

| 31/12/2019 | | | | |
|------------|----------------|------------------|-----------|-----------|
| Moeda | Taxa de câmbio | Cenário Provável | Cenário 1 | Cenário 2 |
| USD | 4,0307 | 4,4946 | 5,0384 | 6,0461 |
| EUR | 4,5305 | 5,0038 | 5,6631 | 6,7958 |
| USD x EUR | 1,1234 | 1,1122 | 1,4043 | 1,6851 |

| 31/12/2019 | | | |
|------------|---------------|-----------|-----------|
| Juros | Taxa de juros | Cenário 1 | Cenário 2 |
| CDI | 4,40% | 5,50% | 6,60% |
| TJLP | 5,57% | 6,96% | 8,36% |
| LIBOR | 1,91% | 2,39% | 2,87% |

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

| 31/12/2019 | | | | | |
|--|---------------------|--------------|----------------------|--------------------|--------------------|
| Instrumentos | Valor de Referência | Risco | Cenário Provável (*) | Cenário 1 | Cenário 2 |
| Hedge accounting de exportação | 2.530.713 | Dólar | 1.173.998 | 2.550.136 | 5.100.272 |
| Sw ap CDI x Dólar | 67.000 | Dólar | 31.081 | 67.514 | 135.028 |
| Posição cambial natural (não incluindo derivativos cambiais acima) | (3.713.598) | Dólar | (1.722.738) | (3.742.100) | (7.484.200) |
| Posição cambial consolidada em US\$ (incluindo derivativos cambiais acima) | (1.115.885) | Dólar | (517.659) | (1.124.450) | (2.248.900) |
| Hedge de investimento líquido no exterior | 24.000 | Euro | 11.359 | 27.183 | 54.366 |
| Posição cambial natural | (17.915) | Euro | (8.479) | (20.291) | (40.582) |
| Posição cambial consolidada em €\$ (incluindo derivativos cambiais acima) | 6.085 | Euro | 2.880 | 6.892 | 13.784 |
| Sw ap cambial dólar x euro | 12.875 | Dólar | (1.887) | 9.021 | 15.944 |

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar – desvalorização do Real em 11,51% / Real x Euro – desvalorização do Real em 10,45%. Euro x Dólar – valorização do Euro em 1,0%. Fonte: cotações Banco Central do Brasil e Banco Central Europeu em 02/03/2020.

• Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2019.

| Variações nas taxas de juros | % a.a | Ativo | Passivo | Cenário Provável (*) | Consolidado Impacto no resultado | |
|------------------------------|-------|---------|--------------|----------------------|-------------------------------------|-----------|
| | | | | | Cenário 1 | Cenário 2 |
| TJLP | 5,57 | | (870.637) | (2.481) | (12.124) | (24.248) |
| Libor | 1,91 | | (4.275.363) | (57.620) | (20.438) | (40.876) |
| CDI | 4,40 | 462.831 | (10.148.220) | (28.594) | (106.539) | (213.078) |

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2019 registrados no ativo e passivo da companhia.

Quanto à exposição a risco de crédito em contas a receber e outros recebíveis, a Companhia possui um comitê de risco de crédito, na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira, antes da concessão do limite de crédito e termos de pagamento e revisado periodicamente, de acordo com os procedimentos de periodicidade de cada área de negócio.

• Gestão de Capital

A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura consolidada de capital da Companhia, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

| Valores em milhares | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------|------------|
| Patrimônio (capital próprio) | 11.361.932 | 10.013.440 |
| Empréstimos e financiamentos (capital terceiros) | 27.967.036 | 28.827.074 |
| Dívida Bruta/Patrimônio Líquido | 2,46 | 2,88 |

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações classificadas no passivo circulante e não circulante possuem a seguinte composição:

| | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|---------------|
| | Circulante | | Não Circulante | | Circulante | | Não Circulante | |
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Passivos com partes relacionadas (nota 18 b) | 46.063 | 35.499 | 88.021 | 96.629 | 457.577 | 308.056 | 318.967 | 14.501 |
| Dividendos e JCP a pagar (nota 12 l) | 13.252 | 932.005 | | | 13.252 | 900.541 | | |
| Adiantamento de clientes ⁽¹⁾ | 787.604 | 137.418 | 1.845.248 | | 72.404 | 64.416 | | |
| Tributos parcelados | 19.498 | 20.179 | 67.727 | 73.934 | 9.777 | 9.756 | 1.985 | 2.378 |
| Participação sobre lucro - empregados | 162.866 | 113.219 | | | 111.171 | 72.555 | | |
| Obrigações fiscais | | | 8.805 | 8.631 | | | 7.319 | 7.145 |
| Provisão para consumo e serviços | 204.299 | 334.638 | | | 132.262 | 260.942 | | |
| Materiais terceiros em nosso poder | 78.820 | 45.915 | | | 61.976 | 45.721 | | |
| Fornecedores - Risco Sacado ⁽²⁾ | 1.121.312 | 65.766 | | | 1.121.312 | 65.766 | | |
| Passivos de Arrendamento (nota 13 a) | 35.040 | | 439.350 | | 17.269 | | 28.671 | |
| Outras obrigações | 57.690 | 85.984 | 44.551 | 48.134 | 22.788 | 17.551 | | |
| | 2.526.444 | 1.770.623 | 2.493.702 | 227.328 | 2.019.788 | 1.745.304 | 356.942 | 24.024 |

- Adiantamento Glencore: Em 29 de Março de 2019 a controlada da Companhia, CSN Mineração, recebeu antecipadamente o montante de aproximadamente US\$ 496 milhões (R\$1.951 bilhão) referente a um contrato de fornecimento de aproximadamente 22 milhões de toneladas de minério de ferro firmado com a *trader* Suíça Glencore International AG ("Glencore"), a ser executado num prazo de 5 anos. Em 11 de Julho de 2019 a CSN Mineração celebrou um aditivo ao contrato com a Glencore, e recebeu antecipadamente em 05 de Agosto de 2019 o montante de US\$ 250 milhões (R\$956 milhões) para o fornecimento adicional de aproximadamente 11 milhões de toneladas de minério de ferro.
- Fornecedores – Risco Sacado: A Companhia negociou convênios junto a instituições financeiras, possibilitando aos seus fornecedores a antecipação dos recebíveis decorrentes de vendas de mercadorias, com o objetivo de alongar os prazos das suas próprias obrigações. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus fornecedores, tendo em vista que a participação dos mesmos não é obrigatória. A Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial e nem alterações nas condições comerciais existentes entre a Companhia e seus fornecedores.

13.a) PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Os passivos de arrendamento são apresentados na demonstração financeira:

| | Consolidado | | Controladora | |
|----------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | 31/12/2019 | Adoção inicial | 31/12/2019 | Adoção inicial |
| Arrendamentos | 1.501.960 | 1.533.556 | 53.279 | 71.114 |
| AVP - Arrendamentos | (1.027.570) | (892.567) | (7.339) | (10.042) |
| | 474.390 | 640.989 | 45.940 | 61.072 |
| Classificado: | | | | |
| Circulante | 35.040 | 39.243 | 17.269 | 21.390 |
| Não Circulante | 439.350 | 601.746 | 28.671 | 39.682 |
| | 474.390 | 640.989 | 45.940 | 61.072 |

A Companhia adotou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada que não requer apresentação de saldos comparativos. Como resultado a adoção IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia alterou a política contábil para os contratos de arrendamento.

A Companhia possui contratos de arrendamento de terminais portuários em Itaguaí, o Terminal de Carga – TECAR, utilizado para o embarque e desembarque de minérios de ferro e o Terminal de Contêineres – TECON, os contratos tem prazo remanescente de 28 e 32 anos respectivamente e contrato de arrendamento para operação ferroviária utilizando a malha do Nordeste com prazo remanescente de 8 anos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamento de propriedades, utilizadas como instalações operacionais e escritórios administrativos e vendas, em diversas localidades onde a Companhia opera, com prazos remanescentes de 2, 5 e 16 anos.

A CSN também possui contratos de arrendamentos para equipamentos operacionais, utilizados nas operações de mineração e na siderurgia, com prazos de 2 a 5 anos.

O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observadas nos contratos, para os contratos que não dispunham de taxa, a Cia aplicou a taxa incremental de empréstimos – IBR, ambas em termos nominais.

A taxa incremental de empréstimos – IBR foi adquirida por meio de consulta a bancos de relacionamentos da Companhia de acordo com o prazo médio dos contratos, conforme orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019.

As taxas médias utilizadas para na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso:

| Prazo do contrato (em anos) | 31/12/2019 | | |
|--------------------------------|-------------------------|-------|-----------------|
| | Incremental - IBR (a.a) | | Implícita (a.a) |
| | BRL | EURO | BRL |
| 1 | 7,78% | 0,52% | |
| 2 | 8,16% | | |
| 3 | 8,53% | | |
| 4 | 8,90% | 1,11% | |
| 5 | 9,27% | | |
| 6 | | 1,24% | |
| 9 | | | 6,75% |
| 16 | 12,25% | | |
| 29 | | | 8,30% |
| 32 | | | 15,22% |

A movimentação dos passivos de arrendamentos, no período findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrada na tabela abaixo:

| | 31/12/2019 | |
|----------------------------------|--------------------|---------------------|
| | Consolidado | Controladora |
| Saldo inicial líquido | 640.989 | 61.072 |
| Novos arrendamentos (nota 9) | 106.584 | 12.979 |
| AVP Novos arrendamentos (nota 9) | (54.080) | (838) |
| Revisão de contratos | (175.609) | (5.308) |
| Baixa | (1.374) | (1.357) |
| Pagamento | (94.727) | (25.393) |
| Juros apropriados | 52.607 | 4.785 |
| Saldo inicial líquido | 474.390 | 45.940 |

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

| | Consolidado | | |
|---------------------|------------------------|------------------------------|----------------------------|
| | Menos de um ano | Entre um e cinco anos | Acima de cinco anos |
| Arrendamentos | 86.062 | 319.162 | 1.096.736 |
| AVP - arrendamentos | (51.022) | (229.417) | (747.131) |
| | 35.040 | 89.745 | 349.605 |
| | | | 474.390 |

- PIS e COFINS a recuperar**

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstramos abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

| | 31/12/2019 | |
|---|--------------------|---------------------|
| | Consolidado | Controladora |
| Arrendamentos | 1.489.789 | 50.899 |
| AVP - Arrendamentos | (1.026.919) | (6.963) |
| Potencial credito PIS e COFINS | 137.805 | 4.708 |
| AVP - Potencial credito de PIS e COFINS | (96.461) | (800) |

- Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:**

A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A Companhia possui contratos de direito de uso de portos (TECAR) e ferrovia (FTL) que, ainda que estabeleçam desempenhos mínimos, não é possível determinar o seu fluxo de caixa uma vez que esses pagamentos são integralmente variáveis e somente serão conhecidos quando ocorrerem. Nesses casos, os pagamentos serão reconhecidos como despesas quando incorridas.

As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

| | Consolidado | Controladora |
|---------------------------------------|--------------------|---------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| Contrato inferiores a 12 meses | 10.819 | - |
| Ativos de menor valor | 3.853 | 7.464 |
| Pagamentos variáveis de arrendamentos | 177.460 | 21.211 |
| | 192.132 | 28.675 |

De acordo com as orientações do CPC 06(R2) / IFRS 16, a Companhia utiliza na mensuração e na remensuração dos passivos de arrendamento e direito de uso, a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados.

Considerando o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia divulga a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesas de depreciação com a utilização de taxas em termos reais para desconto a valor presente de fluxos também em termos reais.

| | Consolidado | | Controladora | |
|------------------------|---|--|---|--|
| | Taxa em termos nominais e fluxo real | Taxa e fluxo em termos nominais | Taxa em termos nominais e fluxo real | Taxa e fluxo em termos nominais |
| Passivo de leasing | 474.390 | 579.390 | 45.940 | 48.515 |
| Direito de uso líquido | 472.345 | 567.905 | 44.173 | 45.795 |
| Despesa Financeira | (49.118) | (57.556) | (4.521) | (4.881) |
| Despesa de Depreciação | (53.826) | (57.356) | (20.400) | (20.992) |

Para mensurar os saldos utilizando taxa em termos reais foi utilizada a projeção para a inflação (IPCA) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|--------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| (Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | (1.564.622) | (827.229) | 24.242 | (210.887) |
| Diferido | 2.398.400 | 576.895 | 2.452.985 | 509.458 |
| | 833.778 | (250.334) | 2.477.227 | 298.571 |

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Lucro/(prejuízo) antes do IR e da CSLL | 1.410.733 | 5.450.917 | (688.160) | 4.775.565 |
| Alíquota | 34% | 34% | 34% | 34% |
| IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada | (479.649) | (1.853.312) | 233.974 | (1.623.692) |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | | | |
| Equivalência Patrimonial | 46.737 | 50.134 | 924.949 | 277.655 |
| Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas | (236.404) | (46.006) | | |
| Ajuste <i>Transfer Price</i> | (18.494) | (74.836) | (11.938) | (53.780) |
| Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído | (21.095) | (27.683) | | |
| Limite de endividamento | (20.393) | (38.486) | (20.393) | (38.486) |
| IR/CS Diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos | (2.835) | (11.964) | | |
| (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos | 1.530.185 | 1.807.909 | 1.530.185 | 1.807.909 |
| IR/CS sobre lucros no exterior | (14.424) | (30.219) | (14.424) | (28.847) |
| Incentivos fiscais | 39.042 | 36.710 | | 9.203 |
| IR/CS Diferido sobre variação cambial no patrimônio líquido | | (43.667) | | (43.667) |
| IR/CS sobre Juros capital próprio | 22.107 | | (155.083) | |
| Outras exclusões (adições) permanentes | (10.999) | (18.914) | (10.043) | (7.724) |
| IR / CSLL no resultado do exercício | 833.778 | (250.334) | 2.477.227 | 298.571 |
| Alíquota efetiva | -59% | 5% | 360% | -6% |

14.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos podem ser demonstrados como segue:

| | | | | | Consolidado |
|---|---------------|--------------------|-----------|--------|-------------|
| | Saldo Inicial | Movimentação | | | Saldo Final |
| | 31/12/2018 | Patrimônio Líquido | Resultado | Outros | 31/12/2019 |
| Diferido | | | | | |
| Prejuízos fiscais | 959.240 | | 651.561 | | 1.610.801 |
| Bases negativas | 367.358 | | 242.688 | | 610.046 |
| Diferenças temporárias | (1.838.935) | (2.357) | 1.504.151 | 59 | (337.082) |
| - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais | 334.380 | | (70.367) | | 264.013 |
| - Perdas estimadas em ativos | 181.516 | | 915 | | 182.431 |
| - (Ganhos)/Perdas em ativos financeiros | 359.776 | | 54.719 | | 414.495 |
| - Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde) | 276.032 | 38.569 | | | 314.601 |
| - Provisão para consumos e serviços | 95.644 | | 36.767 | | 132.411 |
| - Variações cambiais não realizadas ⁽¹⁾ | 1.010.532 | | 170.969 | | 1.181.501 |
| - (Ganho) na perda de controle da Transnordestina | (92.180) | | | | (92.180) |
| - Hedge Accounting de fluxo de caixa | 490.041 | (63.080) | | | 426.961 |
| - Aquisição Fair Value SWT/CBL | (172.114) | (52.071) | 39.672 | | (184.513) |
| - IR/CS diferidos não constituídos | (252.940) | | (39.021) | | (300.819) |
| - (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos | (3.086.572) | 25.159 | 1.435.415 | | (1.625.998) |
| - Combinação de negócios | (1.030.812) | | 7.471 | | (1.023.341) |
| - Consolidação CBSI | | | (12) | 62 | 50 |
| - Outras | 47.762 | 49.066 | (132.377) | (3) | (35.552) |
| Total | (512.337) | (2.357) | 2.398.400 | 59 | 1.883.765 |
| Total Diferido Ativo | 89.394 | | | | 2.473.304 |
| Total Diferido Passivo | (601.731) | | | | (589.539) |
| Total Diferido | (512.337) | | | | 1.883.765 |

(1) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

| | Controladora | | |
|---|--------------------|--------------------|------------------|
| | Saldo Inicial | Movimentação | Saldo Final |
| | 31/12/2018 | Patrimônio Líquido | 31/12/2019 |
| Diferido Ativo | | | |
| Prejuízos fiscais | 834.141 | | 1.463.981 |
| Bases negativas | 322.283 | | 549.026 |
| Diferenças temporárias | (1.173.858) | 1.596.402 | 422.544 |
| - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais | 275.288 | (82.043) | 193.245 |
| - Perdas estimadas em ativos | 118.335 | 1.310 | 119.645 |
| - (Ganhos)/Perdas em ativos financeiros | 359.776 | 54.719 | 414.495 |
| - Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde) | 279.132 | 37.921 | 317.053 |
| - Provisão para consumos e serviços | 84.509 | 37.171 | 121.680 |
| - Variações cambiais não realizadas ⁽¹⁾ | 1.014.309 | 168.744 | 1.183.053 |
| - (Ganho) na perda de controle da Transnordestina | (92.180) | | (92.180) |
| - Hedge Accounting de fluxo de caixa | 490.041 | (63.080) | 426.961 |
| - (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos | (3.086.572) | 25.159 | (1.625.998) |
| - Combinação de negócios | (721.992) | | (721.992) |
| - Outras | 105.496 | (18.914) | 86.582 |
| Total | (17.434) | 2.452.985 | 2.435.551 |
| Total Diferido Ativo | | | 3.258.542 |
| Total Diferido Passivo | (17.434) | | (822.991) |
| Total Diferido | (17.434) | | 2.435.551 |

(1) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiárias no exterior, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda nos respectivos países em que foram constituídas por alíquotas inferiores às vigentes no Brasil. No período compreendido entre 2014 e 2019 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R\$1.406.562. Caso as autoridades fiscais brasileiras entendam que estes lucros estão sujeitos à tributação adicional no Brasil pelo imposto de renda e pela contribuição social, estes, se devidos fossem, somariam aproximadamente R\$453.927. A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou apenas como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Ainda, a administração avaliou os preceitos do IFRIC 23 – “Uncertainties Over Income Tax Treatments” e considera que não há razões para que as autoridades fiscais diverjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Foi realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez. Dessa forma, considerando os resultados do estudo realizado, o qual indica que é provável a existência de lucro tributável para utilização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL são apresentados pelo líquido quando se referem a uma única jurisdição conforme o quadro abaixo:

| Em Milhões de Reais | Consolidado | Controladora |
|---|--------------|--------------|
| 2020 | 230 | 230 |
| 2021 | 713 | 713 |
| 2022 | 938 | 938 |
| 2023 | 985 | 985 |
| 2024 | 431 | 393 |
| Ativo diferido | 3.297 | 3.259 |
| Diferido passivo Controladora | (823) | (823) |
| Ativo diferido contabilizado líquido | 2.474 | 2.436 |
| Diferido passivo das subsidiárias contabilizado | (590) | |
| Ativo diferido líquido | 1.884 | 2.436 |

14.c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Ganhos atuariais de plano de benefício definido | 215.306 | 176.700 | 217.969 | 180.048 |
| Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - ganhos atuariais | (217.969) | (180.048) | (217.969) | (180.048) |
| Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior | (325.350) | (325.350) | (325.350) | (325.350) |
| <i>Hedge Accounting</i> de fluxo de caixa | 426.961 | 490.041 | 426.961 | 490.041 |
| Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - <i>hedge</i> fluxo caixa | (426.961) | (490.041) | (426.961) | (490.041) |
| | (328.013) | (328.698) | (325.350) | (325.350) |

Teste de recuperação do IR/CS Diferido Ativo

A administração da Companhia avalia constantemente a capacidade de utilização de seus créditos fiscais. Neste sentido, periodicamente a CSN atualiza o estudo técnico de projeção dos resultados tributáveis futuros para suportar a realização dos créditos fiscais e, consequentemente, embasar o reconhecimento contábil dos créditos, a manutenção no balanço ou a constituição de provisão para perda na realização desses créditos.

Esse estudo é preparado no nível da Entidade conforme a legislação tributária brasileira e é realizado considerando as projeções da Controladora, que é a Entidade que gera um montante significativo de créditos fiscais, especialmente de diferenças temporárias. A Controladora abrange os seguintes negócios:

- Aços Brasil (Siderurgia); e
- Cimentos.

O IR/CS diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias refere-se, principalmente, aos itens a seguir:

| | Natureza | Breve descrição |
|------------------------|--|---|
| | Prejuízos Fiscais | A Companhia incorre em prejuízos fiscais na Controladora em decorrência das despesas financeiras sobre seu endividamento, já que detém substancialmente todos os empréstimos e financiamentos do Grupo CSN. Entretanto, a Controladora apresentou lucro tributável em 2018. |
| Diferenças Temporárias | Despesas com variação cambial | Desde 2012, a Companhia opta pela tributação da variação cambial por regime de caixa. Como resultado, os impostos são devidos e as despesas são dedutíveis quando da liquidação do ativo ou passivo subjacente. |
| | Perda no investimento em ações da Usiminas | As movimentações no investimento em ações da Usiminas são reconhecidas por meio do regime de competência; no entanto, o evento que gera a tributação ou dedutibilidade ocorrerá somente no momento da alienação do investimento. |
| | Outras provisões | Outras provisões são reconhecidas pelo regime de competência e a sua tributação ocorre somente no momento de sua realização, tais como: provisão para contingências, perda por <i>impairment</i> , provisão para passivos ambientais, etc. |

O estudo é preparado com base no plano de negócios de longo prazo da Companhia projetado para um período razoavelmente estimável pela Administração e considera diversos cenários que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

O modelo de projeção do lucro tributável considera dois principais indicadores:

- Lucro antes dos impostos, refletindo o EBITDA projetado mais a depreciação, outras receitas e despesas e o resultado financeiro, e;
- Lucro tributável, que compõe o lucro antes dos impostos mais (menos) os itens de receita e despesa que são tributáveis fora do período de competência (diferenças temporárias).

Adicionalmente, é realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez.

A deterioração do ambiente político e macroeconômico brasileiro ocorrida em anos recentes gerou prejuízos fiscais na CSN, bem como o crescimento da sua alavancagem financeira. Esses dois aspectos combinados culminaram em um desbalanceamento entre o resultado financeiro e operacional na Controladora.

Diante desse contexto, a Companhia trabalha com um plano de negócios que visa o rebalanceamento entre o resultado financeiro e operacional da Controladora, cujas principais medidas são:

- Continuidade dos esforços de desinvestimento;
- Redução da alavancagem financeira;
- Melhoria nos resultados operacionais decorrente de aumento de volume de vendas, melhoria dos preços de seus produtos e maior eficácia no controle dos custos de produção; e
- Reperfilamento do endividamento da Controladora, com negociações para extensão de prazos de amortização e descentralização do endividamento por meio de redirecionamento de contratos para subsidiárias de acordo com a natureza e aplicação dos recursos.

Com a continuidade da execução das medidas acima, a administração da Companhia estima retomar com sustentabilidade altos índices de rentabilidade. Consequentemente, a administração considera que o reconhecimento contábil gradativo de créditos fiscais, utilizando em um primeiro momento um período de projeções inferior a 10 anos, reflete mais adequadamente a expectativa de utilização dos créditos mantidos nos livros fiscais da Companhia. Como resultado do estudo, a Companhia reverteu no exercício de 2019 o montante de R\$2.361.362 de perdas estimadas contabilizadas em anos anteriores totalizando um saldo no ativo fiscal diferido na Controladora de R\$3.258.542 em 31 de dezembro de 2019.

O estoque de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias mantidos nos livros fiscais da Companhia para utilização futura montam, respectivamente, R\$ 1.465.808 e R\$ 549.683 (R\$ 834.141 e R\$ 322.283 em 31 de dezembro de 2018).

15. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 13, estão demonstrados a seguir:

| | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|-----------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|--------------|--------------|----------------|--------------|
| | Circulante | | Não Circulante | | Circulante | | Não Circulante | |
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Refis Federal Lei 11.941/09 | 12.172 | 12.100 | 17.436 | 18.895 | 9.173 | 9.173 | | |
| Refis Federal Lei 12.865/13 | 6.481 | 6.240 | 48.306 | 52.661 | | | | |
| Demais Parcelamentos | 845 | 1.839 | 1.985 | 2.378 | 604 | 583 | 1.985 | 2.378 |
| | 19.498 | 20.179 | 67.727 | 73.934 | 9.777 | 9.756 | 1.985 | 2.378 |

16. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

| | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|-----------------------|----------------------|----------------|---------------------|----------------|----------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | Passivo Provisionado | | Depósitos Judiciais | | Passivo Provisionado | | Depósitos Judiciais | |
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Fiscais | 128.411 | 118.490 | 31.060 | 46.321 | 56.343 | 48.789 | 15.227 | 27.493 |
| Previdenciárias | 7.039 | 70.084 | | 50.898 | 6.447 | 67.978 | | 50.898 |
| Trabalhistas | 305.309 | 362.228 | 227.213 | 214.625 | 217.907 | 277.590 | 164.580 | 162.870 |
| Cíveis | 138.990 | 210.264 | 53.771 | 22.024 | 105.464 | 180.546 | 42.252 | 11.871 |
| Ambientais | 43.498 | 31.390 | 3.731 | 1.900 | 36.558 | 28.030 | 2.241 | 1.900 |
| Depósitos Cauçionados | | | 12.596 | 12.182 | | | | 563 |
| | 623.247 | 792.456 | 328.371 | 347.950 | 422.719 | 602.933 | 224.300 | 255.595 |

| | | | | | | | | |
|----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Classificado: | | | | | | | | |
| Circulante | 96.479 | 106.503 | | | 52.016 | 64.856 | | |
| Não Circulante | 526.768 | 685.953 | 328.371 | 347.950 | 370.703 | 538.077 | 224.300 | 255.595 |
| | 623.247 | 792.456 | 328.371 | 347.950 | 422.719 | 602.933 | 224.300 | 255.595 |

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2019 pode ser assim demonstrada:

| Natureza | Consolidado | | | | |
|-----------------|-----------------------------|----------------|---------------------|--------------------------------|----------------|
| | Circulante + Não Circulante | | | | |
| | 31/12/2018 | Adições | Atualização líquida | Utilização líquida de reversão | 31/12/2019 |
| Fiscais | 118.490 | 25.019 | 4.188 | (19.286) | 128.411 |
| Previdenciárias | 70.084 | 4.386 | 91 | (67.522) | 7.039 |
| Trabalhistas | 362.228 | 36.133 | 59.502 | (152.554) | 305.309 |
| Cíveis | 210.264 | 65.817 | 12.465 | (149.556) | 138.990 |
| Ambientais | 31.390 | 9.629 | 4.091 | (1.612) | 43.498 |
| | 792.456 | 140.984 | 80.337 | (390.530) | 623.247 |

| Natureza | Controladora | | | | |
|-----------------|-----------------------------|----------------|---------------------|--------------------------------|----------------|
| | Circulante + Não Circulante | | | | |
| | 31/12/2018 | Adições | Atualização líquida | Utilização líquida de reversão | 31/12/2019 |
| Fiscais | 48.789 | 22.859 | 1.361 | (16.666) | 56.343 |
| Previdenciárias | 67.978 | 3.794 | 91 | (65.416) | 6.447 |
| Trabalhistas | 277.590 | 22.119 | 36.215 | (118.017) | 217.907 |
| Cíveis | 180.546 | 64.296 | 3.578 | (142.956) | 105.464 |
| Ambientais | 28.030 | 6.802 | 3.315 | (1.589) | 36.558 |
| | 602.933 | 119.870 | 44.560 | (344.644) | 422.719 |

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Processos Tributários

Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) alguns autos de infração de ISS; (ii) divergências entre ICMS apurado e recolhido; (iii) Ação Consignatória de Pagamento de contribuições previdenciárias; (iv) Pedidos de compensação não homologados por inexistência do direito creditório.

Processos trabalhistas

O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2019, em 7.590 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes de encerramento definitivo, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões e contingências, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia.

Processos cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde.

Processos ambientais

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a Companhia figura como ré, encontram-se, procedimentos administrativos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais supostas irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, que consistem em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos impactos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia.

Os processos de natureza ambiental apresentam alta complexidade para a estimativa do valor em risco, pois devem ser levados em consideração, entre vários aspectos, a evolução processual, a extensão dos eventuais danos e a projeção dos custos de reparação.

Há outros processos de natureza ambiental para os quais ainda não é possível aferir o risco e o valor de contingência em razão da citada complexidade de estimativa, das peculiaridades das matérias que os envolvem e das fases processuais em que se encontram. Os principais procedimentos judiciais e administrativos de natureza ambiental encontram-se abaixo listados:

- Em 2018, a Companhia celebrou o TAC 07/2018, que tem por objeto a adoção de melhorias ambientais no âmbito da UPV. As obrigações do TAC 07/2018 estão vinculadas à Autorização Ambiental de Funcionamento ("AAF") nº IN 002019, com validade até outubro de 2024, que tem por objeto autorizar o regular funcionamento da UPV durante o cumprimento do TAC 07/2018.
 - Em julho de 2012, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPE/RJ) e o Ministério Público Federal (MPF) ingressaram com ações civis públicas distintas na Justiça Estadual e Federal alegando existência de suposta área contaminada no Condomínio Volta Grande IV. Em face do conflito de competência para julgar as ações, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou a competência da Justiça Federal para processar e julgar tais ações. Em breve síntese, o MPF sustenta que a Companhia deverá (i) remover todos os resíduos descartados na área utilizada como aterro industrial na cidade de Volta Redonda e (ii) transferir 750 residências localizadas no condomínio Volta Grande IV, também na cidade de Volta Redonda. Referidos pedidos foram negados pelo Tribunal, tendo sido determinado que fosse apresentado um cronograma para investigar a área e, se necessário, para remediar as questões potenciais levantadas pelo MPF. O referido cronograma foi apresentado, apontando a conclusão de todos os estudos relacionados às fases de investigação, incluindo o plano de avaliação e intervenção de risco, que foram concluídos em 30 de abril de 2014. Além disso, há ações de indenizações em trâmite movidas pelos proprietários de casas do condomínio Volta Grande IV, com pedido de ressarcimento pelos supostos danos morais e materiais suportados, ainda não julgadas.
-

- Em janeiro de 2014 foi distribuída Ação Anulatória com o objetivo de declarar a nulidade de Auto de Infração lavrado pelo INEA pela suposta contaminação do solo e águas subterrâneas no Condomínio Volta Grande IV. A sanção aplicada foi de multa simples, no valor originário de R\$ 35 milhões. O pedido de suspensão liminar da exigibilidade do débito não foi apreciado, razão pela qual o INEA ajuizou Ação de Execução Fiscal. Por último, por questões prejudiciais externas ao processo de Execução, foi protocolado pedido de suspensão do processo até conclusão da perícia na ACP Volta Grande IV.

- No que diz respeito a outras áreas supostamente contaminadas na cidade de Volta Redonda, o Ministério Público ajuizou outras três ações civis públicas destinadas à remediação ambiental e indenização das áreas denominadas Marcia I, II, III e IV, Wandir I e II e Reciclam. Em relação a área denominada Marcia I, foi encerrada a fase de produção de provas e encontra-se em análise para sentença. As demais encontram-se no estágio inicial e a CSN atualmente está realizando estudos ambientais que determinarão a extensão dos possíveis danos ambientais causados pela contaminação do solo, bem como a implementação de ações para cumprir as leis aplicáveis. Uma vez concluídos os estudos, estes serão apresentados e anexados aos respectivos processos.

- Em 2015, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública contra a CSN requerendo a adequação e regularização da emissão de particulados da Usina Presidente Vargas, com a consequente paralisação de suas atividades. De acordo com a Resolução CONAMA nº 436/2011, as empresas teriam até dezembro de 2018 para ajustar a emissão de particulados aos novos padrões legais exigíveis. Este foi compatibilizado junto ao INEA com o cronograma de ações e medidas previstas no TAC 07/2018.

- Em 2016, a CSN foi citada em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de suposto depósito irregular de resíduos na área denominada "Aterro Panco". Na referida ação, há pedidos para recuperação de áreas degradadas, reparação dos danos à flora e fauna, e à saúde humana, bem como indenização por danos materiais e morais causados ao meio ambiente.

- Em 1988, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a CSN por suposta contaminação ambiental e poluição do Rio Paraíba do Sul, causada supostamente pela atividade industrial na área. Em 1995, o juízo determinou a reunião dos processos n.º 15.497; n.º 17.563; n.º 7.304; e, n.º 7.624, face à conexão caracterizada e determinou o apensamento das 4 ações.

O Tribunal Regional Federal da Segunda Região manteve a condenação de primeira instância, reiterando a obrigação de a Companhia compensar os eventuais danos ambientais causados ao ecossistema. A Companhia recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que acolheu o recurso e anulou as decisões anteriores, determinando o retorno dos autos à 1ª Instância para retomada do processo.

- Em 2010 foi instaurado um inquérito civil para verificar (i) os requisitos ambientais para o projeto da CSN na cidade de Arcos (fábrica de cimento); (ii) monitoramento e mitigação dos impactos ambientais das atividades produtivas; (iii) conformidade da empresa com as condições de suas respectivas licenças ambientais, incluindo a criação de um museu dentro da estação ecológica de Corumbá e a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); e (iv) ações para a preservação do patrimônio cultural e adoção de medidas compensatórias. Em 2 de fevereiro de 2011, foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para efetivar o cumprimento das obrigações levantadas pelo Ministério Público. Em dezembro de 2019 foi homologado pelo Conselho do Ministério Público o arquivamento definitivo do TAC e quitação das obrigações, sem o pagamento de multas pela CSN.

- Em 2009 e 2010, foram assinados Termos de Acordos Judiciais (TAJ's) com o Ministério Público Federal buscando a recuperação de passivos ambientais causados pela mineração de carvão na Região Sudeste de Santa Catarina até a década de 1990. Os passivos ambientais abrangidos pelos acordos incluem a restauração de certas áreas degradadas. Em março de 2018, as partes renegociaram um novo acordo, com a extensão do cronograma de obras até 2030, o qual foi homologado judicialmente em 06/06/18. Atualmente a Companhia negocia junto ao MPF a suspensão dos prazos do TAJ para negociação e ajuste das obrigações e medidas compensatórias previstas.

- Em julho de 2018, a Companhia e a empresa Harsco Metals ("Harsco"), empresa prestadora de serviços para CSN, foram citadas em nova ação civil pública proposta conjuntamente pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de suposto depósito irregular de resíduo (escória de aciaria) na área denominada "Pátio de Beneficiamento de Escória". Foi proferida decisão liminar que estabeleceu certa limitação no envio mensal da escória ao

referido pátio, redução da altura das pilhas e retirada do excesso do material armazenado, o que por último teve seus efeitos suspensos por decisão liminar. A Companhia e Harsco vêm buscando alternativas factíveis de solução desse fato e trabalham na elaboração de um plano de ação com cronograma factível, em virtude da preocupação com os impactos que podem ser gerados pela remoção abrupta do material do pátio no prazo estabelecido na decisão liminar.

- Em janeiro de 1995 foi ajuizada ACP, pelo Município de Volta Redonda/RJ (“MVR”), pleiteando a condenação da CSN no cumprimento de 26 itens de Programas Ambientais Compensatórios. Após a contestação, as partes celebraram instrumento de Transação (1995), fixando as efetivas obrigações da CSN, bem como a compensação ambiental, homologada em Juízo por sentença. O Município de Volta Redonda discordou sobre o cumprimento do acordo homologado e em 2015 foi iniciado o processo de liquidação das obrigações não cumpridas. Em 27/12/18, foi assinado um novo acordo entre a CSN e o MVR para pôr fim à disputa judicial, mediante concessões recíprocas das partes, cabendo ao MVR a renúncia expressa ao direito sobre o qual se funda a ação e à CSN o investimento adicional no valor de R\$21 milhões, devendo 30% desse valor ser destinado a serviços de interesse ambiental, obras de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente de Volta Redonda. Em 2019 foi homologado o acordo firmado entre a CSN e o MVR com o desembolso efetivo pela CSN de R\$25MM, tendo na sequência o Ministério Público recorrido, o qual aguarda-se julgamento.

- Em agosto de 2017 foi iniciada, pela CSN, ação anulatória contra o auto de infração que impôs multa à CSN (R\$ 25 milhões - atualizado até dezembro/19), por suposta poluição da água do Rio Paraíba do Sul, com lançamento de efluentes da ETE do Alto Forno #2, devido acidente ocorrido em 27/11/2010. A exigibilidade da multa encontra-se suspensa por força de liminar concedida em Mandado de Segurança, até decisão final da fase recursal que discute a garantia oferecida ao Juízo (caução idônea) para a concessão da tutela.

- Em dezembro de 2019 foi iniciada Ação Civil Pública em face de Sepetiba TECON e do INEA visando a suspensão dos processos de licenciamento ambiental do terminal de contêineres Sepetiba TECON até que seja realizado o estudo da capacidade de suporte ambiental da Baía de Sepetiba, devendo o INEA abster-se de licenciar novos empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras no local, que venham a prejudicar o equilíbrio socioambiental da Baía e a preservação da fauna marinha. Sepetiba TECON tomou conhecimento da ação por notícia veiculada no site do MPF. Em 19/12/19, foi indeferido pelo juízo o pedido de tutela de urgência requerido pelo MPF, bem como determinada a oitiva da União Federal e do IBAMA. Aguarda-se citação.

- Em junho de 2019 foi proposta pela CSN ação judicial contra a Notificação INEA que determinou a suspensão das operações de movimentação de granéis sólidos no TECON por suposta ausência de previsão da atividade no objeto da Licença de Operação respectiva. Concedida decisão liminar para suspender os efeitos da Notificação e permitir a continuidade da operação de movimentação de granéis sólidos até o julgamento final da ação. Decisão confirmada em sede de recurso.

- Em relação às questões de mineração, com a ocorrência do acidente envolvendo uma empresa brasileira em novembro de 2015, o Estado de Minas Gerais instaurou diversos inquéritos civis visando investigar as empresas do segmento de mineração, com base no Inventário da Barragem do Estado divulgado em 2014. Esses procedimentos têm o escopo de averiguar as estruturas que não possuem estabilidade técnica garantida por um auditor externo, ou cuja estabilidade não foi atestada devido à falta de documentos ou dados técnicos. Em agosto de 2016, a Companhia foi citada em ação civil pública similar, em relação à estrutura de Barragem do Dique do Engenho. Foram apresentados documentos às autoridades estaduais que comprovam a estabilidade e a segurança da referida barragem. Espera-se que esse processo também seja arquivado, pelas mesmas razões que o anterior.

▪ Processos Administrativos e Judiciais Possíveis

A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível comparadas com o saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

| | Consolidado | |
|---|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Ganho de capital por suposta venda de participação societária da controlada NAMISA | 12.412.964 | 11.812.071 |
| Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela NAMISA | 3.867.663 | 3.722.888 |
| Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa dos juros de pré-pagamento decorrente dos contratos de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários | 2.249.708 | 2.165.088 |
| Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior anos 2008, 2010, 2011, 2014 ⁽¹⁾ | 2.946.288 | 1.891.149 |
| Execuções Fiscais - ICMS - Crédito de energia elétrica | 1.022.371 | 974.479 |
| Compensações não homologadas - IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e IPI | 1.100.564 | 1.481.382 |
| Glosa de créditos - ICMS - Transferência de minério | 567.534 | 529.607 |
| ICMS - transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação | 310.349 | 294.527 |
| Glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI | 538.268 | 516.583 |
| Auto de Infração- IRRF- Ganho de capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior | 254.850 | 243.007 |
| CFEM - Divergência sobre o entendimento da CSN e DNPM sobre a base de cálculo ⁽²⁾ | 1.020.266 | 311.582 |
| Auto de Infração - ICMS - Questionamento sobre vendas para Zona Incentivada | 1.015.812 | 976.438 |
| Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais) | 4.478.014 | 3.625.167 |
| Processos previdenciários | 325.492 | 287.823 |
| Ação de Execução proposta pelo CADE | 93.212 | 101.683 |
| Outros processos cíveis | 1.721.753 | 922.171 |
| Processos trabalhistas e previdenciários trabalhistas | 1.565.237 | 1.537.078 |
| Execução Fiscal Multa Volta Grande IV ⁽³⁾ | 84.599 | 75.530 |
| Outros processos ambientais | 215.691 | 144.235 |
| | 35.790.635 | 31.612.488 |

(1) Em 15 de outubro de 2019, a CSN recebeu um novo auto de infração exigindo o pagamento de IRPJ/CSLL referente a lucros auferidos por controlada no exterior, no valor total de R\$1 Bilhão;

(2) Em 23 de dezembro de 2019, a CSN Mineração recebeu 03 (três) novas Notificações de Lançamentos exigindo o pagamento de diferenças de recolhimento de CFEM, no valor total de R\$ 689 milhões;

(3) Em 8 de abril de 2013, o INEA aplicou à CSN multa no valor original de R\$ 35 milhões em relação aos aspectos envolvendo o condomínio Volta Grande IV, determinando que fossem realizadas as ações já ponderadas e discutidas na ação civil pública ajuizada em julho de 2012. Em relação à aplicação desta multa, foi ajuizada ação anulatória, distribuída, em janeiro de 2014, à 10ª Vara Cível da Comarca do Estado do Rio de Janeiro, visando a anulação da multa e de seus efeitos. Em paralelo, o INEA ajuizou ação de execução fiscal com o objetivo de executar o montante da multa imposta. A ação de Execução Fiscal mencionada foi distribuída em maio de 2014 ao 4º Cartório da Dívida Ativa de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, a referida ação de execução está suspensa até o julgamento da ação anulatória, visando evitar decisões conflitantes.

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

17. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

| | Consolidado | | Controladora | |
|-----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Passivos ambientais | 192.270 | 198.386 | 163.659 | 191.216 |
| Desativação de ativos | 331.731 | 83.380 | 805 | 668 |
| | 524.001 | 281.766 | 164.464 | 191.884 |

17.a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2019 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no CPC 25.

17.b) Desativação de Ativos

Em 2019 a Companhia decidiu antecipar a descontinuidade das barragens utilizadas em suas atividades de mineração e, conseqüentemente, o fluxo de gastos para desativação das barragens foram antecipados em relação ao planejamento inicial considerando o último estudo. Com isso, o saldo de provisão para desativação de ativos montou a R\$331.731 em 31 de dezembro de 2019 (R\$83.380 em 31 de dezembro de 2018).

18. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

18.a) Transações com Controladores

A Vicunha Aços S.A. é a principal acionista da Companhia detendo 49,24% de participação no capital votante.

Também integrando o controle da Companhia está a Rio Iaco Participações S.A. que detêm participação no capital votante da CSN de 4,22%.

A estrutura societária da Vicunha Aços S.A. é a seguinte:

Vicunha Steel S.A. – detém participação de 67,93% na Vicunha Aços S.A

CFL Participações S.A. – detém participação de 12,82% na Vicunha Aços S.A e de 40% na Vicunha Steel S.A.

Rio Purus Participações S.A. – detém participação de 19,25% na Vicunha Aços S.A e de 60% na Vicunha Steel S.A.

• Passivo

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2018. A Vicunha Aços S.A e a Rio Iaco Participações S.A receberam, respectivamente, R\$ 442.308 e R\$37.879.

Em 31 de dezembro de 2019 foi proposta a distribuição, a título de dividendos mínimos obrigatórios, do montante de R\$204.574 para a acionista Vicunha Aços S.A e de R\$17.519 para a Rio Iaco Participações S.A. Tendo em vista que em reunião do conselho de administração realizada em 18/09/2019 foi aprovada, a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório, a distribuição de dividendos intercalares à conta de lucros apurados em balanço levantado em 30 de junho de 2019, ocasião em que a Vicunha Aços S.A e a Rio Iaco Participações S.A receberam, respectivamente, R\$203.179 e R\$17.400, o saldo remanescente dos dividendos propostos de R\$1.394 para a Vicunha Aços S.A e de R\$119 para a Rio Iaco Participações S.A será deliberado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2020.

18.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

- Por operação

| | Consolidado | | | | | |
|--|-------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Circulante | | Não Circulante | | Total | |
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Ativo | | | | | | |
| Contas a receber (nota 5) | 170.588 | 93.317 | | | 170.588 | 93.317 |
| Dividendos a receber (nota 7) | 44.554 | 46.171 | | | 44.554 | 46.171 |
| Ativo Atuarial (nota 7) | | | 13.714 | 99.894 | 13.714 | 99.894 |
| Aplicações financeiras | 2.116.560 | 92.332 | 95.719 | | 2.212.279 | 92.332 |
| Empréstimos (nota 7) | | 2.675 | 846.300 | 706.605 | 846.300 | 709.280 |
| Outros Créditos (nota 7) | 1.830 | 3.649 | 428.672 | 218.840 | 430.502 | 222.489 |
| | 2.333.532 | 238.144 | 1.384.405 | 1.025.339 | 3.717.937 | 1.263.483 |
| Passivo | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | | |
| Empréstimos Intercompany (nota 11) | 25.038 | | | | 25.038 | |
| Outras obrigações (nota 13) | | | | | | |
| Contas a pagar | 23.566 | 29.286 | 88.021 | 96.629 | 111.587 | 125.915 |
| Provisão para consumo e serviços | 22.497 | 6.213 | | | 22.497 | 6.213 |
| Fornecedores | 240.984 | 135.801 | | | 240.984 | 135.801 |
| Passivo Atuarial | | | 19.788 | 7.982 | 19.788 | 7.982 |
| | 312.085 | 171.300 | 107.809 | 104.611 | 419.894 | 275.911 |
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | | | | |
| Resultado | | | | | | |
| Receitas | | | | | | |
| Vendas | 1.122.834 | 1.278.751 | | | | |
| Juros (nota 24) | 79.228 | 64.888 | | | | |
| Despesas | | | | | | |
| Compras | (1.958.958) | (1.418.282) | | | | |
| Juros (nota 24) | | (16.092) | | | | |
| Variações Cambiais e Monetárias Líquidas | 3.586 | 13.611 | | | | |
| Outras Despesas | (150.943) | | | | | |
| | (904.253) | (77.124) | | | | |

- Por empresa

| Consolidado | | | | | | | | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|--------------------|--|--------------------------------------|
| | Ativo | | | Passivo | | | Resultado | | | |
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total | Vendas | Compras | Receitas e Despesas Financeiras Líquidas | Variáveis Cambiais líquidas / Outras |
| Joint-venture e Joint-operation | | | | | | | | | | |
| Itá Energética S.A. | | | | 2.231 | | 2.231 | | (57.285) | | (57.285) |
| MRS Logística S.A. | 44.554 | | 44.554 | 142.310 | 88.021 | 230.331 | | (1.068.563) | | (14.939) |
| CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura | | | | | | | | (231.141) | | (231.141) |
| Transnordestina Logística S.A. ⁽¹⁾ | 797 | 1.273.098 | 1.273.895 | 19 | | 19 | | (7.294) | 58.250 | 50.956 |
| | 45.351 | 1.273.098 | 1.318.449 | 144.560 | 88.021 | 232.581 | | (1.364.283) | 58.250 | (14.939) |
| Outras Partes Relacionadas | | | | | | | | | | |
| CBS Previdência | | 13.714 | 13.714 | | 19.788 | 19.788 | | | | |
| Banco Fibra ⁽²⁾ | 1.940 | 95.719 | 97.659 | 25.038 | | 25.038 | | | 20.499 | 3.586 |
| Usiminas | 2.116.063 | | 2.116.063 | 129.824 | | 129.824 | | (479.868) | | (136.004) |
| Panatântica ⁽³⁾ | 128.573 | | 128.573 | 11.621 | | 11.621 | 1.043.382 | (100.482) | | 942.900 |
| Vicunha Aços S.A. | 230 | | 230 | | | | 202 | (321) | | (119) |
| Outras partes relacionadas | 1.940 | | 1.940 | 1.042 | | 1.042 | 3.620 | (14.004) | | (10.384) |
| | 2.248.746 | 109.433 | 2.358.179 | 167.525 | 19.788 | 187.313 | 1.047.204 | (594.675) | 20.499 | (132.418) |
| Coligadas | | | | | | | | | | |
| Arvedi Metalfer do Brasil S.A. | 39.435 | 1.874 | 41.309 | | | | 75.630 | | 479 | 76.109 |
| Total em 31/12/2019 | 2.333.532 | 1.384.405 | 3.717.937 | 312.085 | 107.809 | 419.894 | 1.122.834 | (1.958.958) | 79.228 | (147.357) |
| Total em 31/12/2018 | 238.144 | 1.025.339 | 1.263.483 | 171.300 | 104.611 | 275.911 | 1.278.751 | (1.418.282) | 48.796 | 13.611 |

- Transnordestina Logística S.A.: Ativo: Refere-se principalmente a contratos de mútuos em R\$: Juros taxa média de 125,0% a 130% do CDI. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos totalizam R\$844.426 (R\$706.605 em 31 de dezembro de 2018).
- Banco Fibra S.A.: Ativo: Refere-se principalmente a Eurobond do Banco Fibra com vencimento em fevereiro de 2028.
- Panatântica: Contas a receber decorrentes da venda de produtos siderúrgicos.

• Por operação

| | Controladora | | | | | |
|---|-------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Circulante | | Não Circulante | | Total | |
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Ativo | | | | | | |
| Contas a receber ⁽¹⁾ (nota 5) | 943.623 | 906.865 | | | 943.623 | 906.865 |
| Dividendos a receber ^(nota 7) | 33.447 | 259.186 | | | 33.447 | 259.186 |
| Ativo Atuarial ^(nota 7) | | | | 85.415 | | 85.415 |
| Empréstimos ^(nota 7) | | 22.807 | 883.394 | 588.285 | 883.394 | 611.092 |
| Aplicações financeiras ⁽²⁾ | 2.124.626 | 99.109 | 95.719 | 103.640 | 2.220.345 | 202.749 |
| Outros Créditos ⁽³⁾ (nota 7) | 14.770 | 15.395 | 674.800 | 458.177 | 689.570 | 473.572 |
| | 3.116.466 | 1.303.362 | 1.653.913 | 1.235.517 | 4.770.379 | 2.538.879 |
| Passivo | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | | |
| Pré-pagamento ^(nota 11) | 73.334 | 1.363.140 | 6.162.673 | 4.250.264 | 6.236.007 | 5.613.404 |
| Intercompany Bonds ^(nota 11) | 2.491 | 2.395 | 374.855 | 360.356 | 377.346 | 362.751 |
| Empréstimos Intercompany ^(nota 11) | 1.499.197 | 1.704.888 | 2.075.353 | | 3.574.550 | 1.704.888 |
| | 1.575.022 | 3.070.423 | 8.612.881 | 4.610.620 | 10.187.903 | 7.681.043 |
| Outras obrigações ^(nota 14) | | | | | | |
| Contas a pagar | 92.352 | 8.060 | 318.967 | 14.501 | 411.319 | 22.561 |
| Provisão para consumo e serviços | 365.225 | 299.996 | | | 365.225 | 299.996 |
| Fornecedores | 910.929 | 344.076 | | | 910.929 | 344.076 |
| Passivo Atuarial | | | 19.788 | 7.982 | 19.788 | 7.982 |
| | 1.368.506 | 652.132 | 338.755 | 22.483 | 1.707.261 | 674.615 |
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | | | | |
| Resultado | | | | | | |
| Receitas | | | | | | |
| Vendas/Outras | 2.836.219 | 3.387.251 | | | | |
| Juros ^(nota 24) | | 57.688 | | | | |
| Fundos Exclusivos ^(nota 24) | 1.322 | 715 | | | | |
| Despesas | | | | | | |
| Compras | (2.658.628) | (2.130.252) | | | | |
| Juros ^(nota 24) | (248.234) | (386.399) | | | | |
| Variações Cambiais e Monetárias Líquidas | (417.082) | (1.190.754) | | | | |
| Outras Despesas | (136.004) | | | | | |
| | (622.407) | (261.751) | | | | |

1. As contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto.
2. Ativo: As aplicações financeiras, classificadas no circulante, são aplicações em Fundos Exclusivos e no Banco Fibra e ações da Usiminas.
3. Não Circulante: Refere-se principalmente a adiantamento para futuro aumento de capital, dividendos a receber e contas a receber referente à aquisição de debêntures.

- **Por empresa**

| | Controladora | | | | | | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|--------------------|--|
| | Ativo | | | Passivo | | | Resultado | | |
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total | Vendas / Outras | Compras | Receitas e Despesas Financeiras Líquidas |
| Controladas | | | | | | | | | |
| Companhia Metalúrgica Prada ⁽¹⁾ | 278.739 | 121.336 | 400.075 | 8.027 | | 8.027 | 696.965 | (58.072) | |
| Estanho de Rondônia S.A. | 1.626 | 37.067 | 38.693 | 796 | | 796 | | (38.160) | 2.009 |
| Sepetiba Tecon S.A. | 12.295 | 106.796 | 119.091 | 29.171 | | 29.171 | | (58.103) | 149 |
| Minérios Nacional S.A. | 8 | | 8 | | 27.506 | 27.506 | 71 | (1.185) | (220) |
| CSN Mineração S.A. ⁽²⁾ | 12.183 | | 12.183 | 673.300 | 318.967 | 992.267 | 99.751 | (1.086.804) | |
| CSN Energia S.A. | 3.214 | | 3.214 | 83.868 | | 83.868 | | (223.481) | |
| Ferrovia Transnordestina Logística S.A. | 19 | 101.109 | 101.128 | | | | 1.327 | (345) | 2.220 |
| Companhia Siderúrgica Nacional, LLC ⁽³⁾ | 345.470 | | 345.470 | 348.060 | | 348.060 | 662.835 | (35.804) | |
| CSN Resources S.A. ⁽⁴⁾ | | | | 75.218 | 5.410.662 | 5.485.880 | | | (278.882) |
| CSN Steel Corp | | | | 503 | 959.110 | 959.613 | | | (35.842) |
| Lusosider Aços Planos, S.A. | 148.287 | | 148.287 | | | | 328.024 | | |
| CSN Islands XI Corp. ⁽⁵⁾ | | | | 25.867 | 1.761.699 | 1.787.566 | | | |
| CSN Islands XII Corp. ⁽⁶⁾ | | | | 1.448.243 | 171.653 | 1.619.896 | | | |
| Companhia de Embalagens Metálicas MMSA | | | | 17 | | 17 | | | |
| Companhia Florestal do Brasil | 1.103 | 18.466 | 19.569 | | | | | | |
| CSN Steel Holdings 1, S.L.U. | | | | 38 | 70.563 | 70.601 | | | (2.177) |
| CSN Produtos Sider. S.L. | | | | 114 | 211.688 | 211.802 | | | (6.530) |
| CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura | 6.899 | | 6.899 | 24.651 | | 24.651 | 41 | (19.727) | |
| | 809.843 | 384.774 | 1.194.617 | 2.717.873 | 8.931.848 | 11.649.721 | 1.789.014 | (1.521.681) | (319.273) |
| Joint-venture e Joint-operation | | | | | | | | | |
| MRS Logística S.A. | 22.283 | | 22.283 | 58.898 | | 58.898 | | (318.405) | |
| CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura | | | | | | | | (231.140) | |
| Transnordestina Logística S.A. ⁽⁷⁾ | 1 | 1.171.546 | 1.171.547 | | | | | (247) | 51.395 |
| | 22.284 | 1.171.546 | 1.193.830 | 58.898 | | 58.898 | | (549.792) | 51.395 |
| Outras Partes Relacionadas | | | | | | | | | |
| CBS Previdência | | | | | 19.788 | 19.788 | | | |
| Banco Fibra | 1.705 | 95.719 | 97.424 | 25.038 | | 25.038 | | | 19.164 |
| Usiminas | 2.030.634 | | 2.030.634 | 129.824 | | 129.824 | | (479.868) | |
| Panatlântica ⁽⁸⁾ | 128.573 | | 128.573 | 11.621 | | 11.621 | 1.043.382 | (100.482) | |
| Vicunha Aços S.A. | | | | | | | 202 | (321) | |
| Fundação CSN | 1.829 | | 1.829 | 274 | | 274 | | (817) | |
| Outras partes relacionadas | 108 | | 108 | | | | 3.621 | (5.667) | |
| | 2.162.849 | 95.719 | 2.258.568 | 166.757 | 19.788 | 186.545 | 1.047.205 | (587.155) | 19.164 |
| Coligadas | | | | | | | | | |
| Arvedi Metalferr do Brasil S.A. | 29.018 | 1.874 | 30.892 | | | | | | 480 |
| Fundos Exclusivos | | | | | | | | | |
| Diplic, Caixa Vertice, VR1, BB Steel ⁽⁹⁾ | 92.472 | | 92.472 | | | | | | 1.322 |
| Total em 31/12/2019 | 3.116.466 | 1.653.913 | 4.770.379 | 2.943.528 | 8.951.636 | 11.895.164 | 2.836.219 | (2.658.628) | (246.912) |
| Total em 31/12/2018 | 1.303.362 | 1.235.517 | 2.538.879 | 3.722.555 | 4.633.103 | 8.355.658 | 3.387.251 | (2.130.252) | (327.996) |

- Companhia Metalúrgica Prada: Refere-se principalmente ao valor de contas a receber no montante de R\$278.739 (254.464 em 31 de dezembro de 2018) e o montante de R\$121.336 (R\$121.336 em 31 de dezembro de 2018) de debêntures da controlada indireta CBL.
- CSN Mineração: Passivo: Contas a pagar referente à compra de minério de ferro e de serviços portuários no valor de R\$992.267 (119.952 em 31 de dezembro de 2018).
- Companhia Siderúrgica Nacional, LLC: Contas a receber no valor de R\$345.470 (R\$357.257 em 31 de dezembro de 2018), referente a operações de vendas de aços para revenda. No passivo circulante refere-se a despesas com comissão e logística nas operações de vendas de aços para revenda no valor de R\$ R\$348.060 (R\$ 298.866 em 31 de dezembro de 2018).
- CSN Resources S.A.: Contratos em dólar de Pré-Pagamento e Fixed Rate Notes. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos totalizam R\$5.485.880 (R\$4.961.357 em 31 de dezembro de 2018).
- CSN Islands XI Corp: Contratos *Intercompany* em dólar. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos totalizam R\$1.787.566 (R\$179.677 em 31 de dezembro de 2018).
- CSN Islands XII Corp: Contratos *Intercompany*, em dólar. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos totalizam R\$1.619.896 (R\$1.525.211 em 31 de dezembro de 2018).
- Transnordestina Logística S.A.: Ativo não circulante: refere-se substancialmente a contratos de mútuo de R\$742.875 (R\$588.285 em 31 de dezembro de 2018) e adiantamento para futuro aumento de capital de R\$428.672 (R\$218.840 em 31 de dezembro de 2018).
- Panatlântica S.A.: No ativo circulante refere-se a contas a receber pelo fornecimento de aços planos no valor de R\$128.573 (R\$53.027 em 31 de dezembro de 2018).
- Fundos Exclusivos: Ativo: refere-se a aplicações em títulos públicos e CDBs no montante de R\$8.301 (R\$6.989 em 31 de dezembro de 2018) e ações da Usiminas no montante de R\$84.171 (R\$103.640 em 31 de dezembro de 2018). Os fundos VR1 e Diplic II são geridos pela Taquari Asset.

18.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

• CBS Previdência

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos.

• Banco Fibra

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Aços S.A., controladora direta da Companhia, e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

• Fundação CSN

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN, da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

• Partifib Projetos Imobiliários Ltda, Vicunha Imóveis Ltda., Vicunha Serviços Ltda., Jockey Club de São Paulo, Ibis Participações e Serviços Ltda e Ibis Agrária Ltda

São empresas e entidade sem fins lucrativos sob o controle de membro da administração que mantiveram transações com a Companhia.

18.d) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo seguem as informações sobre a remuneração e os saldos existentes em 31 de dezembro de 2019.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---------------|---------------|
| | Resultado | |
| Benefícios de curto prazo para empregados e administradores | 37.452 | 32.848 |
| Benefícios pós-emprego | 109 | 105 |
| | 37.561 | 32.953 |

18.e) Avais e Fianças

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

| | Moeda | Vencimentos | Empréstimos | | Execução fiscal | | Outros | | Total | |
|--------------------------------|-------|--------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|---------------|---------------|---------------|-------------------|-------------------|
| | | | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Transnordestina Logística | R\$ | Até 19/09/2056 e Indeterminado | 2.428.194 | 2.108.917 | 37.406 | 35.336 | 8.702 | 8.231 | 2.474.302 | 2.152.484 |
| FTL - Ferrovia Transnordestina | R\$ | Até 01/04/2021 | 43.118 | 62.407 | | | | | 43.118 | 62.407 |
| Cia Metalúrgica Prada | R\$ | Indeterminado | | | 457 | 333 | 235 | 11.942 | 692 | 12.275 |
| CSN Energia | R\$ | Até 26/11/2023 e Indeterminado | | | 3.141 | 2.829 | 1.920 | 1.920 | 5.061 | 4.749 |
| CSN Mineração | R\$ | Até 21/12/2024 | 1.184.048 | 1.407.363 | | | | | 1.184.048 | 1.407.363 |
| Estanho de Rondônia | R\$ | 15/07/2022 | 1.902 | 3.153 | | | | | 1.902 | 3.153 |
| Minérios Nacional S.A. | R\$ | Até 10/09/2021 | 4.544 | 7.305 | | | | | 4.544 | 7.305 |
| Total em R\$ | | | 3.661.806 | 3.589.145 | 41.004 | 38.498 | 10.857 | 22.093 | 3.713.667 | 3.649.736 |
| CSN Islands XI | US\$ | 21/09/2019 | | 547.094 | | | | | | 547.094 |
| CSN Islands XII | US\$ | Perpétuo | 1.000.000 | 1.000.000 | | | | | 1.000.000 | 1.000.000 |
| CSN Resources | US\$ | Até 17/04/2026 | 1.958.603 | 1.402.906 | | | | | 1.958.603 | 1.402.906 |
| Total em US\$ | | | 2.958.603 | 2.950.000 | | | | | 2.958.603 | 2.950.000 |
| CSN Steel S.L. | EUR | 31/01/2020 | 24.000 | 48.000 | | | | | 24.000 | 48.000 |
| Lusosider Aços Planos | EUR | Indeterminado | | 75.000 | | | | | | 75.000 |
| Total em EUR | | | 24.000 | 123.000 | | | | | 24.000 | 123.000 |
| Total em R\$ | | | 12.033.973 | 11.976.657 | | | | | 12.429.826 | 11.976.657 |
| | | | 15.695.779 | 15.565.802 | 41.004 | 38.498 | 10.857 | 22.093 | 16.143.493 | 15.626.393 |

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.a) Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$4.540.000 dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

19.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 ações, por decisão do Conselho de Administração.

19.c) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

19.d) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2019, a composição acionária era a seguinte:

| | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
|-------------------------------------|--------------------------------|------------------|-------------------|--------------------------------|------------------|-------------------|
| | Quantidade de ações Ordinárias | % Total de ações | % Capital votante | Quantidade de ações Ordinárias | % Total de ações | % Capital votante |
| Vicunha Aços S.A. (*) | 679.522.254 | 48,97% | 49,24% | 679.522.254 | 48,97% | 49,24% |
| Rio Iaco Participações S.A. (*) | 58.193.503 | 4,19% | 4,22% | 58.193.503 | 4,19% | 4,22% |
| NYSE (ADRs) | 262.206.103 | 18,90% | 19,00% | 284.152.319 | 20,48% | 20,59% |
| Outros acionistas | 380.192.687 | 27,40% | 27,55% | 358.246.471 | 25,83% | 25,95% |
| Total de ações em circulação | 1.380.114.547 | 99,47% | 100,00% | 1.380.114.547 | 99,47% | 100,00% |
| Ações em tesouraria | 7.409.500 | 0,53% | | 7.409.500 | 0,53% | |
| Total de ações | 1.387.524.047 | 100,00% | | 1.387.524.047 | 100,00% | |

(*) Empresas do grupo controlador.

19.e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração autorizou em abril de 2018 a alienação de até 30.391.000 ações ordinárias de sua própria emissão mantidas em tesouraria e, até o fim do programa, foram vendidas 22.981.500 ações pelo valor de R\$213.494. A Companhia reconheceu o montante de R\$32.690 referente ao lucro na alienação das ações, reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

| Programa | Autorização do Conselho | Quantidade autorizada | Prazo do programa | Custo médio de aquisição | Custo mínimo e custo máximo de aquisição | Quantidade adquirida | Cancelamento das ações | Alienação das ações | Saldo em tesouraria |
|----------|-------------------------|-----------------------|----------------------------|--------------------------|--|----------------------|------------------------|---------------------------|---------------------|
| 9º (*) | 31/03/2015 | 32.770.055 | De 01/04/2015 a 30/06/2015 | | | | | | 30.391.000 |
| | 20/04/2018 | 30.391.000 | De 20/04/2018 a 30/04/2018 | Não aplicável | Não aplicável | | | 22.981.500 ⁽¹⁾ | 7.409.500 |

(*) Não houve recompra de ações neste programa.

Em 31 de dezembro de 2019 a posição das ações em tesouraria era a seguinte:

| Quantidade adquirida (em unidades) | Valor total pago pelas ações | Custo das ações | | | Valor de mercado das ações em 31/12/2019 (*) |
|------------------------------------|------------------------------|-----------------|-----------|----------|--|
| | | Mínimo | Máximo | Médio | |
| 7.409.500 | R\$ 58.264 | R\$ 4,48 | R\$ 10,07 | R\$ 7,86 | R\$ 104.548 |

(*) Utilizada a cotação média das ações na em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$14,11 por ação.

19.f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

19.g) Lucro líquido/(Prejuízo) por ação (LPA):

O lucro/(prejuízo) por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria, e foi calculado como segue:

| | Controladora | |
|--|------------------|------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | Ações ordinárias | |
| Lucro do exercício | 1.789.067 | 5.074.136 |
| Média ponderada da quantidade de ações | 1.380.114.547 | 1.373.250.595 |
| LPA Básico e Diluído | 1,29632 | 3,69498 |

A Companhia não detém ações ordinárias potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

20. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Apresentamos a seguir a destinação do lucro para 2019:

| | 31/12/2019 |
|--|--------------------|
| Lucro do exercício | 1.789.067 |
| Dividendo e JCP prescritos | 2.209 |
| Lucro para destinação | 1.791.276 |
| Destinação proposta: | |
| Reserva legal | 5% (89.454) |
| Dividendo mínimo obrigatório: | 25% (424.903) |
| - Dividendos intercalares aprovados em RCA em 18 de setembro de 2019 | (412.659) |
| - Dividendos propostos | (12.244) |
| Destinado para reserva estatutária de capital de giro | (1.276.919) |
| | (1.791.276) |
| Média ponderada da quantidade de ações | 1.380.114.547 |
| Dividendos por ação | 0,307875 |
| No passivo circulante | |
| Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2018 | 900.541 |
| Dividendos intercalares aprovados em 18/09/2019 | 412.659 |
| Dividendos propostos | 12.244 |
| Dividendo e JCP prescritos | (2.209) |
| Dividendos pagos no exercício | (1.309.983) |
| Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2019 | 13.252 |

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2018, do montante de R\$898.332, correspondendo a R\$ 0,650910577222 por ação. Os dividendos foram pagos a partir de 29 de maio de 2019, sem atualização monetária, conforme Aviso aos Acionistas divulgado em 27 de maio de 2019.

Na reunião do conselho de administração (RCA), realizada em 18 de setembro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares à conta de lucros apurados em balanço levantado em 30 de junho de 2019 no montante de R\$412.659, correspondendo R\$0,299003394462 por ação. Os dividendos foram pagos a partir de 30 de setembro de 2019, sem atualização monetária, conforme Aviso aos Acionistas divulgado na data da aprovação.

Conforme previsto no Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reverteu, para a conta de lucros acumulados, os montantes de R\$1.874 e de R\$ 335, relativos a dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, respectivamente, que serão submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

No exercício de 2019 foram aprovadas as distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio conforme abaixo:

| | Controladora | Consolidado |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Dividendo | 1.310.991 | 1.856.297 |
| Juros sobre capital próprio | | 65.020 |
| | 1.310.991 | 1.921.317 |

No exercício de 2019 foram pagos dividendo e juros sobre capital próprio conforme abaixo:

| | Dividendo | JCP | TOTAL |
|--------------------------------------|------------------|---------------|------------------|
| Aos acionistas controladores | 1.309.983 | | 1.309.983 |
| Aos acionistas não controladores (*) | 545.306 | 65.020 | 610.326 |
| | 1.855.289 | 65.020 | 1.920.309 |

(*) Refere-se a dividendo e JCP distribuído aos acionistas minoritários da CSN Mineração.

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Receita Bruta | | | | |
| Mercado interno | 14.220.420 | 14.752.901 | 13.621.367 | 14.060.360 |
| Mercado externo | 14.663.297 | 11.817.559 | 1.187.744 | 2.061.291 |
| | 28.883.717 | 26.570.460 | 14.809.111 | 16.121.651 |
| Deduções | | | | |
| Vendas canceladas, descontos e abatimentos | (325.794) | (234.851) | (312.182) | (207.193) |
| Impostos incidentes sobre vendas | (3.121.506) | (3.366.724) | (2.895.523) | (3.111.703) |
| | (3.447.300) | (3.601.575) | (3.207.705) | (3.318.896) |
| Receita Líquida | 25.436.417 | 22.968.885 | 11.601.406 | 12.802.755 |

22. DESPESAS POR NATUREZA

| | Consolidado | | Controladora | |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Matérias primas e insumos | (7.287.933) | (6.759.275) | (6.733.006) | (5.856.495) |
| Mão de obra | (2.807.280) | (2.743.460) | (1.345.202) | (1.320.954) |
| Suprimentos | (1.981.547) | (1.782.576) | (1.446.707) | (1.301.237) |
| Manutenção (serviços e materiais) | (1.340.135) | (1.326.894) | (629.786) | (701.436) |
| Serviços de terceiros | (2.392.626) | (2.368.387) | (693.704) | (1.102.347) |
| Frete | (334.509) | (109.756) | (246.957) | (5.958) |
| Frete distribuição | (1.787.979) | (1.692.785) | (254.408) | (309.895) |
| Depreciação, amortização e exaustão | (1.421.704) | (1.175.107) | (701.370) | (582.277) |
| Outros | (763.421) | (905.128) | (34.034) | (27.583) |
| | (20.117.134) | (18.863.368) | (12.085.174) | (11.208.182) |
| Classificados como: | | | | |
| Custo dos produtos vendidos | (17.263.264) | (16.105.657) | (11.285.668) | (10.320.367) |
| Despesas com vendas | (2.342.805) | (2.263.688) | (542.393) | (645.928) |
| Despesas gerais e administrativas | (511.065) | (494.023) | (257.113) | (241.887) |
| | (20.117.134) | (18.863.368) | (12.085.174) | (11.208.182) |

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo.

| | Consolidado | | Controladora | |
|------------------------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Custo de Produção ⁽¹⁾ | 1.385.306 | 1.145.793 | 677.454 | 564.920 |
| Despesa Vendas | 11.539 | 5.850 | 10.052 | 4.625 |
| Despesa Gerais e Administrativas | 24.859 | 23.464 | 13.864 | 12.732 |
| | 1.421.704 | 1.175.107 | 701.370 | 582.277 |
| Outras operacionais ⁽²⁾ | 97.627 | 97.914 | 16.033 | 3.921 |
| | 1.519.331 | 1.273.021 | 717.403 | 586.198 |

(1) No Custo de Produção, estão incluídas as depreciações referentes aos créditos de PIS e COFINS sobre os contratos de Arrendamento, em linha com as diretrizes dispostas no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 02/2019;

(2) Refere-se principalmente à depreciação e amortização de ativos paralisados, vide nota 23.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Outras receitas operacionais | | | | |
| Indenizações | 56.180 | 46.256 | 15.568 | 22.935 |
| Aluguéis e arrendamentos | 9.462 | 5.430 | 9.044 | 5.040 |
| Dividendos recebidos | 32.747 | 9.188 | 32.102 | 8.617 |
| PIS e COFINS a compensar ⁽¹⁾ | 123.677 | 1.102.365 | 123.677 | 1.102.365 |
| Multas Contratuais | 4.486 | 3.965 | 3.403 | 2.143 |
| Plano de pensão atuarial | 47.151 | 20.983 | 40.239 | 13.512 |
| Atualização ações - VJR (nota 12 II) | | 1.655.813 | | 1.655.813 |
| Acordo contratual ⁽²⁾ | 131.817 | | 131.817 | |
| Ganho na alienação LLC | | 1.164.294 | | |
| Remissão de dívida intragrupo | | | | 1.310.886 |
| Outras receitas | 98.250 | 27.749 | 70.749 | 5.595 |
| | 503.770 | 4.036.043 | 426.599 | 4.126.906 |
| Outras despesas operacionais | | | | |
| Impostos e taxas | (95.873) | (26.197) | (65.079) | (10.399) |
| Despesas com passivo ambiental líquidas | (82.669) | (60.311) | (1.300) | (47.620) |
| Despesas/Reversão com processos judiciais líquidas | (19.685) | (113.549) | 14.714 | (90.561) |
| Multas contratuais | (106.926) | (104.086) | (106.894) | |
| Depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis (nota 22) | (97.627) | (97.914) | (16.033) | (3.921) |
| Baixas de imobilizado e intangível (nota 9) | (114.603) | (27.260) | (90.001) | (19.280) |
| (Perdas)/Reversão estimadas em estoques | (136.827) | (149.704) | (42.496) | (56.253) |
| Ociosidade nos estoques e equipamentos paralisados ⁽³⁾ | (546.968) | | (540.700) | |
| Despesas com estudos e engenharia de projetos | (26.171) | (33.738) | (23.517) | (22.522) |
| Despesas com pesquisa e desenvolvimento | (1.741) | (2.688) | (1.741) | (2.688) |
| Despesa com assessoria e consultoria | | (508) | | (387) |
| Despesa plano de saúde | (119.560) | (108.369) | (119.025) | (108.191) |
| Reversão/(Provisão) reestruturação industrial | | (17.490) | | |
| Hedge fluxo de caixa realizado (nota 12 b) | (790.353) | (370.191) | (790.353) | (370.191) |
| Atualização ações - VJR (nota 12 II) | (118.780) | | (118.780) | |
| Outras despesas | (149.068) | (218.701) | (83.021) | (132.888) |
| | (2.406.851) | (1.330.706) | (1.984.226) | (864.901) |
| Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas | (1.903.081) | 2.705.337 | (1.557.627) | 3.262.005 |

(1) Trata-se da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS;

(2) Referente ao acordo contratual firmado para fornecimento de novos equipamentos;

(3) Ociosidade nos estoques: É capacidade não utilizada em função de volume de produção inferior ao normal devido à programação para reformas no Alto Forno 3.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Partes relacionadas (nota 18 b) | 79.228 | 64.888 | 76.739 | 58.403 |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 93.471 | 111.235 | 56.210 | 74.779 |
| Outros rendimentos ⁽¹⁾ | 206.343 | 1.134.391 | 131.580 | 1.221.134 |
| | 379.042 | 1.310.514 | 264.529 | 1.354.316 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira | (1.128.520) | (988.821) | (286.348) | (262.391) |
| Empréstimos e financiamentos - moeda nacional | (867.785) | (1.020.867) | (766.863) | (892.849) |
| Partes relacionadas | | (16.092) | (323.651) | (386.399) |
| Passivos de arrendamento | (49.118) | | (4.521) | |
| Juros Capitalizados (notas 9 e 29) | 117.189 | 71.611 | 27.961 | 16.683 |
| Juros, multas e moras fiscais | (104.357) | (71.100) | (96.698) | (6.167) |
| Comissões, fianças e despesas bancárias | (217.784) | (182.179) | (224.219) | (164.147) |
| PIS/COFINS s/ receitas financeiras | (25.176) | (84.404) | (15.341) | (66.870) |
| Seguro garantia | (29.191) | | (24.557) | |
| Outras despesas financeiras | (258.049) | 19.614 | (21.738) | 70.673 |
| | (2.562.791) | (2.272.238) | (1.735.975) | (1.691.467) |
| Variações monetárias e cambiais líquidas | | | | |
| Variações monetárias líquidas | 85.451 | (1.035) | 98.019 | (2.018) |
| Variações cambiais líquidas | (37.872) | (532.883) | 2.022 | (558.476) |
| Variações cambiais com derivativos | 4.986 | (1) | 4.203 | |
| | 52.565 | (533.919) | 104.244 | (560.494) |
| Resultado financeiro líquido | (2.131.184) | (1.495.643) | (1.367.202) | (897.645) |
| (*) Demonstração dos resultados das operações com derivativos | | | | |
| Sw ap dólar x euro | 783 | (1) | | |
| Sw ap CDI x Dólar (nota 12) | 4.203 | | 4.203 | |
| | 4.986 | (1) | 4.203 | |

(1) Refere-se principalmente à atualização monetária do reconhecimento da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$160.609 em 31 de dezembro de 2019 (1.106.097 em 31 de dezembro de 2018).

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

• Siderurgia

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do país, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, laminados a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, produz laminados a frio e aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, importação e comercialização de produtos de aços. A Stahlwerk Thüringen (SWT), localizada na Alemanha produz aços longo é especializada na produção de perfis usados na construção civil.

Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos no Brasil, que consolida o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

• Mineração

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho.

As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, que, além de produzirem também comercializam minério de ferro adquirido de terceiros.

Ao final do ano de 2015, a CSN e o Consórcio Asiático formalizaram um acordo de acionistas para a combinação dos ativos ligados às operações de minério de ferro e logística correlata, formando uma nova empresa, que concentrou as atividades de mineração do Grupo a partir de dezembro de 2015. Neste contexto, a nova empresa, atualmente denominada CSN Mineração S.A., passou a deter o arrendamento do TECAR, bem como a mina de Casa de Pedra e a totalidade das ações da Namisa, que foi incorporada em 31 de dezembro de 2015. A CSN ainda detém 100% da Minérios Nacional que reúne as minas de Fernandinho (operacional), Cayman e Pedras Pretas (recursos minerais), todas localizadas em Minas Gerais.

Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho no Estado de Rondônia.

• Logística

i. Ferroviária

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., as quais detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

a) MRS

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais, na região Sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, da Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e da Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de sua mina de Casa de Pedra, em Minas Gerais, e coque e carvão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para Volta Redonda/RJ e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro.

b) TLSA e FTL

A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuri, Arrojado – Recife, Itabaiana – Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I); e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém.

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

ii. Portuária

O segmento de logística portuária consolida a operação do terminal de Sepetiba construído após a lei de modernização dos portos (Lei 8.630/1993) que permitiu a transferência da realização das atividades portuárias para a iniciativa privada. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país.

• Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de cogeração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999, que utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica.

• Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ.

A Companhia produz clínquer em Arcos/MG, utilizando calcário de mina própria e também duas moagens de cimentos em adição às moagens que já operam em Volta Redonda/RJ.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

• Vendas por área geográfica

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

• Resultado por segmento

A partir do exercício de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as empresas controladas em conjunto MRS e CBSI. Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna "Despesas corporativas/eliminação".

| | | | | | | | | 31/12/2019 |
|--|-------------------|-------------------|----------------|------------------|----------------|-----------------|------------------------------------|-------------------|
| Resultado | Siderurgia | Mineração | Logística | | Energia | Cimento | Despesas Corporativas / Eliminação | Consolidado |
| | | | Portuária | Ferrovial | | | | |
| Toneladas (mil) (*) | 4.524.805 | 38.545.067 | | | | | (3.258.923) | |
| Receitas líquidas | | | | | | | | |
| Mercado interno | 10.027.999 | 926.836 | 240.451 | 1.321.355 | 325.343 | 570.805 | (2.462.088) | 10.950.701 |
| Mercado externo | 3.921.033 | 9.100.813 | | | | | 1.463.870 | 14.485.716 |
| Total receita líquida (nota 21) | 13.949.032 | 10.027.649 | 240.451 | 1.321.355 | 325.343 | 570.805 | (998.218) | 25.436.417 |
| Custo produtos e serviços vendidos | (12.962.861) | (4.396.247) | (173.344) | (1.030.210) | (266.754) | (607.719) | 2.173.871 | (17.263.264) |
| Lucro Bruto | 986.171 | 5.631.402 | 67.107 | 291.145 | 58.589 | (36.914) | 1.175.653 | 8.173.153 |
| Despesas vendas e administrativas | (834.977) | (186.189) | (34.560) | (109.770) | (29.034) | (91.466) | (1.567.874) | (2.853.870) |
| Depreciação (nota 22) | 700.074 | 476.374 | 30.568 | 387.565 | 17.471 | 139.667 | (330.015) | 1.421.704 |
| Ebitda proporcional de controladas em conjunto | | | | | | | 510.072 | 510.072 |
| EBITDA ajustado | 851.268 | 5.921.587 | 63.115 | 568.940 | 47.026 | 11.287 | (212.164) | 7.251.059 |
| Vendas por área geográfica | | | | | | | | |
| Ásia | 2.980 | 6.742.946 | | | | | 1.463.870 | 8.209.796 |
| América do Norte | 767.977 | | | | | | | 767.977 |
| América Latina | 169.036 | | | | | | | 169.036 |
| Europa | 2.978.994 | 2.357.867 | | | | | | 5.336.861 |
| Outras | 2.046 | | | | | | | 2.046 |
| Mercado externo | 3.921.033 | 9.100.813 | | | | | 1.463.870 | 14.485.716 |
| Mercado interno | 10.027.999 | 926.836 | 240.451 | 1.321.355 | 325.343 | 570.805 | (2.462.088) | 10.950.701 |
| TOTAL | 13.949.032 | 10.027.649 | 240.451 | 1.321.355 | 325.343 | 570.805 | (998.218) | 25.436.417 |

| | | | | | | | | 31/12/2018 |
|--|-------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------------------------|-------------------|
| Resultado | Siderurgia | Mineração | Logística | | Energia | Cimento | Despesas Corporativas / Eliminação | Consolidado |
| | | | Portuária | Ferrovial | | | | |
| Toneladas (mil) (*) | 5.068.758 | 34.780.756 | | | | | (4.961.345) | |
| Receitas líquidas | | | | | | | | |
| Mercado interno | 10.328.372 | 972.360 | 266.378 | 1.506.114 | 410.606 | 588.230 | (2.718.623) | 11.353.437 |
| Mercado externo | 5.305.771 | 5.012.421 | | | | | 1.297.256 | 11.615.448 |
| Total receita líquida (nota 21) | 15.634.143 | 5.984.781 | 266.378 | 1.506.114 | 410.606 | 588.230 | (1.421.367) | 22.968.885 |
| Custo produtos e serviços vendidos | (12.613.216) | (3.585.691) | (189.999) | (1.049.071) | (286.734) | (544.266) | 2.163.320 | (16.105.657) |
| Lucro Bruto | 3.020.927 | 2.399.090 | 76.379 | 457.043 | 123.872 | 43.964 | 741.953 | 6.863.228 |
| Despesas vendas e administrativas | (984.980) | (144.754) | (35.423) | (106.412) | (27.948) | (95.893) | (1.362.301) | (2.757.711) |
| Depreciação (nota 22) | 609.274 | 366.547 | 20.368 | 258.985 | 17.285 | 115.411 | (212.763) | 1.175.107 |
| Ebitda proporcional de controladas em conjunto | | | | | | | 568.045 | 568.045 |
| EBITDA ajustado | 2.645.221 | 2.620.883 | 61.324 | 609.616 | 113.209 | 63.482 | (265.066) | 5.848.669 |
| Vendas por área geográfica | | | | | | | | |
| Ásia | 40.681 | 4.422.377 | | | | | 1.297.256 | 5.760.314 |
| América do Norte | 1.506.041 | | | | | | | 1.506.041 |
| América Latina | 369.830 | | | | | | | 369.830 |
| Europa | 3.330.991 | 590.044 | | | | | | 3.921.035 |
| Outras | 58.228 | | | | | | | 58.228 |
| Mercado externo | 5.305.771 | 5.012.421 | | | | | 1.297.256 | 11.615.448 |
| Mercado interno | 10.328.372 | 972.360 | 266.378 | 1.506.114 | 410.606 | 588.230 | (2.718.623) | 11.353.437 |
| TOTAL | 15.634.143 | 5.984.781 | 266.378 | 1.506.114 | 410.606 | 588.230 | (1.421.367) | 22.968.885 |

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto.

• EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado é a principal medição pela qual o gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos, resultado de operações descontinuadas e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais acrescido do EBITDA proporcional das controladas em conjunto.

Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis:

| | Consolidado | |
|---|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Lucro líquido do exercício | 2.244.511 | 5.200.583 |
| Depreciação/amortização/exaustão (nota 22) | 1.421.704 | 1.175.107 |
| Imposto de renda e contribuição social (nota 14) | (833.778) | 250.334 |
| Receitas e (despesas) financeiras (nota 24) | 2.131.184 | 1.495.643 |
| EBITDA | 4.963.621 | 8.121.667 |
| Outras (receitas) e despesas operacionais (nota 23) | 1.903.081 | (2.705.337) |
| Resultado equivalência patrimonial (nota 8.b) | (125.715) | (135.706) |
| Ebitda proporcional de controladas em conjunto | 510.072 | 568.045 |
| EBITDA ajustado (*) | 7.251.059 | 5.848.669 |

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado excluindo a participação em investimentos e outras receitas (despesas) operacionais por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável, que está fechado para novas adesões desde setembro de 2013. A partir dessa data, todos os novos funcionários devem aderir ao Plano CBSPrev, estruturado na modalidade de contribuição definida, criado também em setembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2019 a CBS tinha 35.547 participantes (34.985 em 31 de dezembro de 2018), dos quais 22.091 eram contribuintes ativos (20.872 em 31 de dezembro de 2018), 13.139 eram funcionários aposentados (13.454 em 31 de dezembro de 2018) e 317 eram beneficiários vinculados (659 em 31 de dezembro de 2018).

Do total de participantes em 31 de dezembro de 2019, 10.616 (em 31 de dezembro 2018 11.063) estão vinculados aos planos de Benefício Definido, 11.111 (em 31 de dezembro de 2018 11.845) ao plano Misto, 841 (em 31 de dezembro 2018 1028) ao plano CBSPrev Namisa e 12.979 (em 31 de dezembro 2018 11.049) ao plano CBSPrev.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2019 a CBS detinha 1.870.652 ações ordinárias da CSN (37.084.031 em 31 de dezembro de 2018). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$5,5 bilhões em 31 de dezembro de 2019 (R\$5,3 bilhões em 31 de dezembro de 2018). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, conseqüentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

Para os planos de benefício definido, denominados "35% da Média Salarial" e "Plano de Suplementação da Média Salarial", a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdência, entidade que administra os mencionados planos, com o

objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial.

Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os últimos 4 exercícios findos (2016, 2017, 2018 e 2019), não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definido apresentaram ganhos atuariais no período.

26.a) Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

Plano misto de benefício suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBS Prev

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013.

Plano CBSPREV Namisa

É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração.

Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício. O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde julho de 2017 e em processo de extinção devido à retirada total de patrocínio.

26.b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 4.661/18, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

26.c) Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

| | Consolidado | | | |
|---------------------------------|-----------------|-----------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | Ativo Atuarial | | Passivo Atuarial | |
| Benefícios de planos de pensão | (13.714) | (99.894) | 19.788 | 7.982 |
| Benefícios de saúde pós-emprego | | | 892.396 | 897.137 |
| | (13.714) | (99.894) | 912.184 | 905.119 |

| | Controladora | | | |
|---------------------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | Ativo Atuarial | | Passivo Atuarial | |
| Benefícios de planos de pensão | | (85.415) | 6.054 | 7.982 |
| Benefícios de saúde pós-emprego | | | 892.396 | 897.137 |
| | | (85.415) | 898.450 | 905.119 |

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

| | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Valor presente da obrigação de benefício definido | 3.581.460 | 3.087.433 |
| Valor justo dos ativos do plano | (3.894.488) | (3.403.906) |
| Déficit/(Superávit) | (313.028) | (316.473) |
| Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação | 319.102 | 224.561 |
| Passivo / (Ativo) Líquido | 6.074 | (91.912) |
| Passivos | 19.788 | 7.982 |
| Ativos | (13.714) | (99.894) |
| Passivo/ (Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial | 6.074 | (91.912) |

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2019 é demonstrada a seguir:

| | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Valor presente das obrigações no início do exercício | 3.087.433 | 3.077.849 |
| Custo do serviço | 1.093 | 1.169 |
| Custo dos juros | 283.487 | 304.132 |
| Contribuições de participante realizadas no período | 2.126 | |
| Benefícios pagos | (269.995) | (280.493) |
| Perda/(ganho) atuarial | 477.316 | (15.224) |
| Valor presente das obrigações no final do exercício | 3.581.460 | 3.087.433 |

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2019 é demonstrada a seguir:

| | Consolidado | |
|---|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | (3.403.906) | (3.305.356) |
| Receita com juros | (314.102) | (327.830) |
| Benefícios pagos | 269.995 | 280.493 |
| Contribuições de participante realizadas no período | (2.127) | |
| Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros) | (444.348) | (51.213) |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | (3.894.488) | (3.403.906) |

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada a seguir:

| | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Custos de serviços correntes | 1.093 | 1.169 |
| Custos de juros | 283.487 | 304.132 |
| Retorno esperado sobre os ativos do plano | (314.102) | (327.830) |
| Juros sobre o efeito do limite de ativo | 21.502 | 16.340 |
| Total dos custos (receitas), líquidos | (8.020) | (6.189) |

O (custo) /receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais está demonstrada a seguir:

| | Consolidado | |
|---|----------------|-----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| (Ganhos) e perdas atuariais | 477.316 | (15.224) |
| Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros) | (444.348) | (51.213) |
| Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros) | 73.039 | 50.058 |
| Custo total de (ganhos) e perdas atuariais | 106.007 | (16.379) |

A abertura dos ganhos e perdas atuariais em 2019 está demonstrada a seguir:

| | Consolidado |
|--|----------------|
| | 31/12/2019 |
| (Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras | 472.715 |
| (Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência | 4.601 |
| Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros) | (444.348) |
| Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros) | 73.039 |
| (Ganhos) e perdas atuariais | 106.007 |

(Ganho) / Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|---|---|
| Método atuarial de financiamento | Crédito Unitário Projetado | Crédito Unitário Projetado |
| Moeda funcional | Real (R\$) | Real (R\$) |
| Contabilização dos ativos do plano | Valor de mercado | Valor de mercado |
| | Plano Milênio: 6,98% | Plano Milênio: 9,69% |
| Taxa de desconto nominal | Plano 35%: 6,75% | Plano 35%: 9,60% |
| | Suplementação : 6,81% | Suplementação : 9,59% |
| Taxa de inflação | 3,61% | 4,75% |
| Taxa de aumento nominal do salário | 4,65% | 5,80% |
| Taxa de aumento nominal do benefício | 3,61% | 4,75% |
| | Plano Milênio: 6,98% | Plano Milênio: 9,69% |
| Taxa de retorno dos investimentos | Plano 35%: 6,75% e Suplementação : 6,81% | Plano 35%: 9,60% e Suplementação : 9,59% |
| Tábua de mortalidade geral | Plano Milênio:AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo. Planos 35% :AT-2000 Masculina agravada em 15%. Suplementação : AT-2000 agravada em 10% segregada por sexo. | Plano Milênio:AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo. Planos 35% :AT-2000 Masculina agravada em 15%. Suplementação : AT-2000 agravada em 10% segregada por sexo. |
| Tábua de entrada em invalidez | Plano 35% e Suplementação : Light Média Plano Milênio : Prudential (Ferr. Aposent.) | Plano 35% e Suplementação : Light Média Plano Milênio : Prudential (Ferr. Aposent.) |
| Tábua de mortalidade de inválidos | Winklevoss - 1% | Winklevoss - 1% |
| Tábua de rotatividade | Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos 35% e Suplementação. | Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos 35% e Suplementação. |
| Idade de aposentadoria | 100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano | 100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano |
| Composição familiar dos participantes em atividade | 95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido | 95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido |

As premissas referentes à tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos e 40 anos:

| | Plano de 35% da Média Salarial | | Plano de Suplementação da Média Salarial | | Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio) | |
|---|--------------------------------|------------|--|------------|--|------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais | | | | | | |
| Masculino | 18,38 | 18,00 | 18,75 | 18,74 | 20,45 | 21,00 |
| Feminino | 18,38 | 18,00 | 21,41 | 22,23 | 23,02 | 23,00 |
| Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais | | | | | | |
| Masculino | 40,15 | 40,00 | 40,60 | 40,60 | 42,70 | 43,00 |
| Feminino | 40,15 | 40,00 | 44,41 | 45,37 | 46,28 | 47,00 |

Alocação dos ativos do plano:

| | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
|----------------|------------------|----------------|------------------|----------------|
| Renda Variável | 25.236 | 0,65% | 141.705 | 4,16% |
| Renda Fixa | 3.607.398 | 92,63% | 3.050.099 | 89,61% |
| Imóveis | 183.098 | 4,70% | 52.091 | 1,53% |
| Outros | 78.756 | 2,02% | 160.011 | 4,70% |
| Total | 3.894.488 | 100,00% | 3.403.906 | 100,00% |

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN.

Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B").

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para o plano de pensão, a despesa em 2019 foi de R\$40.644 (R\$40.199 em 31 de dezembro de 2018).

26.d) Contribuições esperadas

Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2020.

Para o plano misto de benefício suplementar, as contribuições esperadas no valor de R\$ 24.000 serão pagas em 2020 para a parcela de contribuição definida e R\$ 1.965 para a parcela de benefício definido (benefícios de risco).

26.e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada abaixo:

| | 31/12/2019 | | | | | |
|---|--------------------------------|----------------|--|----------------|--|----------------|
| | Plano de 35% da Média Salarial | | Plano de Suplementação da Média Salarial | | Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio) | |
| Hipótese: Taxa de Desconto | | | | | | |
| Nível de sensibilidade | 0,5% | -0,5% | 0,5% | -0,5% | 0,5% | -0,5% |
| Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais | 986 | (918) | 3.847 | (3.773) | 897 | (1.126) |
| Efeito no valor presente das obrigações | (16.683) | 18.012 | (83.364) | 98.252 | (66.416) | 73.565 |
| Hipótese: Crescimento Salarial | | | | | | |
| Nível de sensibilidade | 0,5% | -0,5% | 0,5% | -0,5% | 0,5% | -0,5% |
| Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais | | | | | 212 | (200) |
| Efeito no valor presente das obrigações | | | | | 1.122 | (1.063) |
| Hipótese: Reajuste de Benefícios | | | | | | |
| Nível de sensibilidade | 0,5% | -0,5% | 0,5% | -0,5% | 0,5% | -0,5% |
| Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais | 142 | (125) | 927 | (405) | 387 | (387) |
| Efeito no valor presente das obrigações | 2.100 | (1.846) | 13.609 | (5.945) | 5.543 | (5.543) |
| Hipótese: Tábua de Mortalidade | | | | | | |
| Nível de sensibilidade | +1 ano | - 1 ano | +1 ano | - 1 ano | +1 ano | - 1 ano |
| Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais | 1.561 | (649) | 4.715 | (4.180) | 1.543 | (1.532) |
| Efeito no valor presente das obrigações | 13.515 | (9.603) | 69.216 | (61.372) | 22.116 | (22.214) |

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefícios definidos:

| Pagamentos | 2019 |
|--------------------------------------|------------------|
| Ano 1 | 267.764 |
| Ano 2 | 261.355 |
| Ano 3 | 255.518 |
| Ano 4 | 249.398 |
| Ano 5 | 243.000 |
| Próximos 5 anos | 1.109.647 |
| Total de pagamentos esperados | 2.386.682 |

26.f) Plano de saúde – pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais. Desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Valor presente das obrigações | 892.396 | 897.137 |
| Passivo | 892.396 | 897.137 |

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Passivo atuarial no início do período | 897.137 | 866.784 |
| Despesa reconhecida no resultado do período | 69.907 | 85.748 |
| Contribuições patrimoniais vertidas no exercício anterior | (82.081) | (71.632) |
| Reconhecimento do (ganho)/perda atuarial | 7.433 | 16.237 |
| Passivo atuarial no final do período | 892.396 | 897.137 |

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| (Ganho)/Perda atuarial na obrigação | 7.433 | 16.237 |
| (Ganhos)/Perda reconhecida no patrimônio líquido | 7.433 | 16.237 |

Segue a expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais | | |
| Masculino | 20,24 | 19,55 |
| Feminino | 20,24 | 22,17 |
| Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais | | |
| Masculino | 42,74 | 41,59 |
| Feminino | 42,74 | 45,30 |

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------------|----------------------------|
| Biométricas e Demográficas | | |
| Tábua de mortalidade geral | AT-2000 agravada em 20% | AT 2000 segregada por sexo |
| Financeiras | | |
| Taxa nominal de desconto atuarial | 6,78% | 9,62% |
| Inflação | 3,61% | 4,75% |
| Aumento real dos custos médicos em função da idade (Aging Factor) | 0,5% - 3,00% real a.a. | 0,5% - 3,00% real a.a. |
| Taxa de crescimento nominal dos custos dos serviços médicos (HCCTR) | 6,98% | 8,15% |
| Custo médico médio (Claim cost) | 1.319,36 | 1.054,65 |

26.g) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para o benefício de saúde pós-emprego em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada abaixo:

| | 31/12/2019 | |
|---|---------------------------------------|----------------|
| | Plano de Assistência Médica | |
| | Hipótese: Taxa de Desconto | |
| Nível de sensibilidade | 0,5% | -0,5% |
| Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais | 1.824 | (2.006) |
| Efeito no valor presente das obrigações | (35.490) | 38.444 |
| | Hipótese: Inflação Médica | |
| Nível de sensibilidade | 1,0% | -1,0% |
| Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais | 5.646 | (4.900) |
| Efeito no valor presente das obrigações | 83.270 | (72.264) |
| | Hipótese: Tábua de Mortalidade | |
| Nível de sensibilidade | +1 ano | - 1 ano |
| Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais | 4.093 | (3.851) |
| Efeito no valor presente das obrigações | 60.367 | (56.802) |

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefício de saúde pós-emprego:

| Pagamento de benefícios esperados | 2019 |
|--|----------------|
| Ano 1 | 83.290 |
| Ano 2 | 80.574 |
| Ano 3 | 77.649 |
| Ano 4 | 74.529 |
| Ano 5 | 71.218 |
| Próximos 5 anos | 301.853 |
| Total de pagamentos esperados | 689.113 |

27. COMPROMISSOS

27.a) Contratos "take-or-pay"

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrados no quadro abaixo:

| Natureza do serviço | Pagamentos no período | | 2020 | 2021 | 2022 | Após 2022 | Total |
|--|-----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2019 | | | | | |
| Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração. | 406.920 | 1.555.398 | 1.184.627 | 1.106.047 | 1.136.469 | 4.441.842 | 7.868.985 |
| Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro, carvão, clínquer. | 658.166 | 966.405 | 391.750 | 33.317 | 24.940 | 200.121 | 650.128 |
| Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço. | 9.467 | 56.024 | 21.164 | 11.571 | 11.571 | 3.599 | 47.905 |
| Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento. | 21.533 | 5.930 | 1.896 | | | | 1.896 |
| | 1.096.086 | 2.583.757 | 1.599.437 | 1.150.935 | 1.172.980 | 4.645.562 | 8.568.914 |

27.b) Projetos e outros compromissos

• Projeto Transnordestina

O Projeto Transnordestina, que corresponde à Malha II da Malha Ferroviária Nordeste, inclui 1.753 km de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 52% e estava previsto para ser concluído em 2017, prazo atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis.

A Companhia espera que os investimentos permitam que a Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”), concessionária detentora do Projeto Transnordestina, realize o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. O prazo da concessão se encerra em 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A TLSA obteve as autorizações ambientais exigidas para os trechos em obra e a implementação está avançada em certas regiões.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) aporte de capital pela CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

O valor do orçamento aprovado é composto da seguinte forma: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões, totalizando R\$ 11,2 bilhões. Atualmente o projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária cujo orçamento proposto é na ordem de R\$ 13,2 bilhões.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, até 50% das debêntures poderão ser convertidas em ações da TLSA.

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, suspendeu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas

explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, referente ao processo TC 012.179/2016, o Tribunal de Contas da União – TCU suspendeu novos repasses de recursos públicos à TLISA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a decisão seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido.

A Companhia concluiu em dezembro/2019, conforme cronograma previsto, as entregas de engenharia referentes à revisão dos projetos dos trechos a serem executados, assim como o levantamento dos serviços já executados nos trechos em andamento e concluídos (“*as built*”), de forma a permitir a validação do orçamento regulatório e a preparação de cronograma revisitado. A Companhia aguarda as análises a serem efetuadas por parte da agência reguladora, cuja expectativa da administração é que a mesma seja realizada no decorrer do primeiro semestre de 2020.

Existe um procedimento administrativo perante a ANTT que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão correspondente à Malha II pela Concessionária TLISA. A área técnica da ANTT, em opinião unilateral, entendeu que houve descumprimento de obrigações contratuais pela Concessionária. A opinião da área técnica está sob avaliação e, caso comprovada a irregularidade, a ANTT poderá aplicar as penalidades cabíveis ou recomendar à Presidência da República a declaração de caducidade, estando o procedimento na fase de instrução, não havendo até o momento, decisão definitiva sobre o mérito.

• FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (Malha operacional)

Em relação à Malha I, operada pela FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”), existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes (“ANTT”) que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão pela Concessionária FTL. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a FTL teria descumprido o TAC assinado em 2013 em decorrência do descumprimento da meta de produção de 2013. Neste contexto, a agência propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da FTL e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER. A Companhia continua recorrendo do posicionamento da ANTT.

28. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2019, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 31 de março de 2019 a 31 de março de 2020. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$600 milhões e a franquia é de US\$ 385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes, cobrindo as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, CSN Mineração e Sepetiba Tecon.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos ⁽¹⁾ | 1.167.419 | 336.962 | | |
| Adição ao imobilizado com capitalização de juros (nota 9 e 24) | 117.189 | 71.611 | 27.961 | 16.683 |
| Adoção inicial CPC 06 - Direito de uso (nota 9.a) | 640.989 | | 61.072 | |
| Remensuração do Direito de Uso (nota 9 a) | (151.558) | | (13.626) | |
| Aquisição de imobilizado por meio de empréstimo líquido de impostos ⁽²⁾ | 78.098 | 10.792 | | 1.746 |
| Aquisição de imobilizado sem efeito caixa | 200.115 | | 177.465 | |
| Capitalização em controlada sem efeito caixa | | | 57.846 | 81.594 |
| | 2.052.252 | 419.365 | 310.718 | 100.023 |

- (1) Para o ano-calendário de 2019, a Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real Trimestral, com base no art. 1º da Lei 9.430/96, sendo o imposto de renda e contribuição social devidos pago em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento de cada trimestre;
- (2) Em 2019 ocorreu aquisição de imobilizado por meio de empréstimo no montante de R\$100.661, líquida de impostos a recuperar de R\$22.563.

30. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Lucro do exercício | 2.244.511 | 5.200.583 | 1.789.067 | 5.074.136 |
| Outros Resultados abrangentes | | | | |
| Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado | | | | |
| (Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos | 424 | 903 | (1.663) | (997) |
| (Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido | (113.518) | 413 | (111.532) | 2.313 |
| | (113.094) | 1.316 | (113.195) | 1.316 |
| Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado | | | | |
| Ajustes acumulados de conversão do período | 32.922 | (87.101) | 32.922 | (87.101) |
| Valor justo por meio de outros resultados abrangentes | | (1.559.680) | | (1.559.680) |
| (Perda)/ganho na variação percentual de investimentos | (2.288) | (105) | (2.288) | (105) |
| (Perda)/ganho hedge de fluxo de caixa | (604.828) | (1.415.962) | (604.828) | (1.415.962) |
| Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado | 790.353 | 370.191 | 790.353 | 370.191 |
| (Perda)/ganho hedge de investimentos reflexo de investimentos em controladas | | | 2.472 | (21.852) |
| (Perda)/ganho hedge de investimento líquido no exterior | 2.472 | (21.852) | | |
| (Perda)/Ganho Combinação de Negócios | | (651) | | (651) |
| | 218.631 | (2.715.160) | 218.631 | (2.715.160) |
| | 105.537 | (2.713.844) | 105.436 | (2.713.844) |
| Resultado Abrangente Total do Período | 2.350.048 | 2.486.739 | 1.894.503 | 2.360.292 |
| Atribuível a: | | | | |
| Participação dos acionistas controladores | 1.894.503 | 2.360.292 | 1.894.503 | 2.360.292 |
| Participação dos acionistas não controladores | 455.545 | 126.447 | | |
| | 2.350.048 | 2.486.739 | 1.894.503 | 2.360.292 |

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em janeiro de 2020 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), por meio de sua controlada CSN Islands XI Corp, no valor de US\$1 bilhão, com vencimento em 2028 e taxa de juros de 6,75% ao ano. Parte dos recursos captados, no valor de US\$263 milhões, foram utilizados na oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pela CSN Resources S.A. com o vencimento em 2020, conforme comunicado ao mercado no dia 17 de janeiro de 2020. As Notes são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

- As ações USIMINAS classificadas em aplicações financeiras (vide nota 4) estão expostas a mudanças no preço das ações em razão dos títulos serem avaliados pelo valor justo através do resultado conforme cotações em Bolsa de Valores. Em 04 de março de 2020 as ações ordinárias e preferenciais tiveram desvalorização no montante global de R\$ 69.989 desde a data do balanço.
-